



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE
DOUTORADO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE

JOÃO BATISTA TEIXEIRA

**TENSÕES DO PÓS-COLONIAL NAS OBRAS *CAMPO DE TRÂNSITO* DE
JOÃO PAULO BORGES COELHO E *ENTRE MEMÓRIAS SILENCIADAS*
DE UNGULANI BA KA KHOSA**

CAMPINA GRANDE/PB

2019

**TENSÕES DO PÓS-COLONIAL NAS OBRAS *CAMPO DE TRÂNSITO* DE
JOÃO PAULO BORGES COELHO E *ENTRE MEMÓRIAS SILENCIADAS*
DE UNGULANI BA KA KHOSA**

JOÃO BATISTA TEIXEIRA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, área de concentração Literatura e Estudos Culturais, na Linha de Pesquisa Literatura, Memória e Estudos Culturais, para a obtenção do título de Doutor em Literatura e Interculturalidade sob a orientação da Prof^a Dra. Rosilda Alves Bezerra.

CAMPINA GRANDE/PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T266t Teixeira, João Batista.
Tensões do Pós-colonial nas obras Campo de Trânsito, de João Paulo Borges Coelho e Entre as memórias silenciadas, de Ungulani Ba Ka Khosa. [manuscrito] / João Batista Teixeira. - 2019.
191 p.
Digitado.
Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Rosilda Alves Bezerra, Coordenação do Curso de Letras - CH."
1. Literatura Pós-colonial. 2. Campos de reeducação. 3. João Paulo Borges Coelho. 4. Ungulani Ba Ka Khosa. 5. Moçambique. 6. Operação produção. I. Título
21. ed. CDD 896

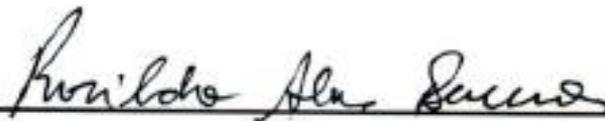
JOÃO BATISTA TEIXEIRA

**TENSÕES DO PÓS COLONIAL NAS OBRAS CAMPO DE TRÂNSITO DE
JOÃO PAULO BORGES COELHO E ENTRE MEMÓRIAS SILENCIADAS
DE UNGULANI BA KA KHOSA**

Tese de doutoramento apresentada ao PPGLI – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, Área de concentração Literatura e Estudos Interculturais na Linha de Pesquisa Literatura, Memória e Estudos Culturais, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Literatura e Interculturalidade.

APROVADA em 26 de junho de 2019.

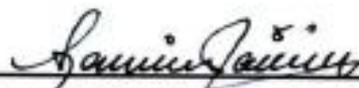
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Rosilda Alves Bezerra (UEPB/PPGLI/Orientadora)



Profª. Drª. Vanessa Neves Rimbau Pinheiro (UFPB/PPGL/ Examinadora Externa)



Prof. Dr. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira (UFRPE/Examinador externo)



Profª Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza (UEPB/PPGLI/Examinadora Interna)



Prof. Dr. Luciano B. Justino (UEPB/PPGLI/ Examinador Interno)

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus em primeiro, sempre!

A Maria, mãe de Jesus Cristo, porque não abro mão da fé e confiança na sua ajuda em minha vida.

Aos meus pais Sr. José Martins Teixeira e Sra. Rita Rejina da Silva (*in memoriam.*) Gratidão, amor e saudade, sendo o amor o sentimento que me faz crer que estaremos juntos novamente pela eternidade.

A orientadora deste trabalho Dra. Rosilda Alves Bezerra (UEPB-PPGLI) pelos ensinamentos acerca da Literatura Africana de Língua Portuguesa, pela parceria gratificante, que tem sido a nossa pesquisa que aqui se mostra e por ter tido a oportunidade de ser aperfeiçoado pelas mesmas nesses anos de pesquisa, iniciando desde o Mestrado.

A Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza (UEPB-PPGLI) pelas contribuições significativas, e disponibilidade e generosidade com as quais me apoiou e me ensinou a não desistir da busca.

A Luana Richelle Martins Teixeira e Renata Martins de Lemos, porque me apoiaram e souberam suportar minhas ausências, por tudo que fizeram e fazem por mim. Dedico!

Por fim dedico ao Poeta e amigo Natan Silva de Medeiros, pessoa querida que desejou a concretização desse esforço. Muito obrigado!

AGRADECIMENTO

A Deus, que sendo energia vital me apoia e abastece minha alma na busca por dias melhores na humanidade.

Agradecer é um ato de reconhecimento pelas lições, apoio e esteio necessários à construção dos meus caminhos e para tanto, vale lembrar pessoas muito especiais em minha vida;

Meus pais Sr. José Martins Teixeira e Sra. Rita Rejina da Silva (*in memoriam*), por terem me trazido à esta existência e me permitido conviver com eles recebendo as mais ricas lições de amor e afeto em gestos compromissados, os quais me norteiam pela eternidade. Neste momento a eles todo meu amor e saudade dos tempos, os quais me são assegurados pela memória daquilo que foi bom e permanece na lembrança.

Meus irmãos, sim, pois são as memórias mais bonitas das quais não abro mão de mantê-las por perto quando posso e na respeitosa relação que nos garante sermos quem somos.

A Luana Richelle Martins Teixeira e a Renata Martins de Lemos, filhas que o universo me presenteou para que eu fosse aprimorado nas lutas e alegrias da vida.

A Natan Silva de Medeiros, amigo que esteve a todos os instantes a motivar-me para que prosseguisse na pesquisa com responsabilidade. Grato pela presença!

As orientadoras desse trabalho Dra. Rosilda Alves Bezerra e Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza, sem as quais não seria possível a realização desta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos pelos livros(inúmeros) que me foram disponibilizados, presenteados e pela orientação solícita, rígida e afetuosa, características pelas quais, as nobres professoras são reconhecidas pelos trabalhos prestados e vida dedicada aos seus alunos. Muito obrigado!

A Universidade Estadual da Paraíba e ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade-DLI-Doutorado em Literatura e Interculturalidade pela seriedade com que trata seus alunos, pelos professores que nas Disciplinas contribuíram na formação e reflexões que s fizeram ao longo dos 48 meses de estudo e pesquisa neste programa.

Ao Professor Dr. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira(UFRPE) pela leitura d tese e participação como Examinador externo no Exame de Qualificação em novembro de 2017, o que permitiu as suas considerações valiosas a revisão e acréscimos de novas reflexões acerca do trabalho que se construía e que agora apresentamos.

Ainda agradeço aos professores Luciano Barbosa Justino (UEPB-PPGLI) pela participação como examinador interno e a Dra. Vanessa Riambau Pinheiro(UFPB-PPGL) examinadora externa, pelas contribuições.

LISTA DE ABREVIATURAS

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.

INC – Instituto Nacional de Cinema.

MANU – Mozambique African Nation Union.

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana.

UNAMO – União Africana de Moçambique.

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique.

Consequentemente, o termo pós-colonial não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural - e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou global das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico. Portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de “um então” e “agora”, de “um em casa” e “um no estrangeiro”.

Stuart Hall. In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora da UFMG, 2003.

Os detidos recebem ordens de descer dos caminhões. Surpreendentemente são deixados à vontade, vagueando pelo descampado, esticando as pernas depois de tão longa e penosa viagem. Os guardas desinteressam-se deles: mesmo que quisessem e tentassem, para onde fugiriam? Lá fora aguardá-los-ia uma amorfa massa verde com o cair da noite depressa se tornando negra, retalhada por rios caprichosos e povoada de feras inquietantes, reais ou imaginárias. Quem ousaria.

João Paulo Borges Coelho. In: *Campo de Trânsito*. Editorial Caminho, 2007.

RESUMO

Esta pesquisa discute e problematiza as situações pelas quais passou uma parcela considerável da população de Moçambique entre os anos de 1974/1980, período que compreende o fim da colonização portuguesa e implantação do Regime Marxista-leninista no Governo de Samora Moisés Machel, após a independência. As situações as quais referidas dizem respeito à chamada *Operação limpeza*. A ação se efetivou no governo independente que tentou retirar da sociedade moçambicana aqueles que se enquadraram nas categorias de desocupados, curandeiros, régulos, Testemunhas de Jeová, mulheres, prostitutas, pessoas que poderiam praticar os vícios do período colonial ou precisassem de “reeducação” para adentrar no novo tempo em Moçambique. A operação denominada de “limpeza” ou “Operação produção”, foi uma prática e um momento difícil na recente República de Moçambique, que criou os campos ditos de reeducação, para onde enviavam as pessoas retiradas da sociedade e banidas para esse espaço projetado pelo Estado. A obra ficcional dos moçambicanos, João Paulo Borges Coelho, *Campo de Trânsito* (2007) e *Entre Memórias Silenciadas* (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa, encontram-se representações que permitem investigar o *modus operandus* na sociedade moçambicana, a partir daquilo que o governo pós-colonial denominou de Operação limpeza e Operação produção. A tese se socorre da Teoria Pós-colonial e algumas vertentes dela derivadas, investigar na ficção de Borges Coelho e Ba Ka Khosa, como se deu a representação dos eventos mencionados, tal operação e a partir de revisão e levantamento bibliográfico, pesquisa em jornais da época e relatos dos sobreviventes. A *Operação limpeza* em Moçambique, foi um momento de cisão dessa sociedade e que os tais campos não só afrontaram o Moçambique enquanto nação que se descolonizava, como os direitos civis de centenas de moçambicanos que tiveram suas vidas interrompidas, sequestradas e violadas. Objetivamos visibilizar e incetar sobre o debate as questões que permeiam o Pós-colonial e as nações recém-libertas, que cuja libertação e liberdade não chega a todos e pelo fato de muitos não terem a mesma opinião ou serem suspeitos de oposição ao regime vigente de um povo. O recurso do banimento para campos cheios de violência, barbárie e imposição de uma única ordem e pensamento representa a falta de uma política cidadã, respeitando a liberdade de pensamento.

Palavras-chave: Literatura Pós-colonial, Campos de Reeducação, João Paulo Borges Coelho, Ungulani Ba Ka Khosa, Moçambique, Operação produção.

ABSTRACT

This research discusses and problematizes the situations through which a considerable part of the population of Mozambique passed between the years of 1974/1980, a period that includes the end of Portuguese colonization and the establishment of the Marxist-Leninist Regime in the Government of Samora Moisés Machel after independence. The situations referred to relate to the so-called Cleaning Operation. The action took place in the independent government that tried to remove from Mozambican society those who fell into the categories of unemployed, healers, régulos, Jehovah's Witnesses, women, prostitutes, people who could practice the vices of the colonial period or needed "re-education" to enter the new time in Mozambique. The operation known as "cleaning" or "Operation production" was a practice and a difficult moment in the recent Republic of Mozambique, which created the so-called reeducation fields, where people were sent out of society and banished to this state-projected space. The fictional work of Mozambicans, João Paulo Borges Coelho, *Campo de Trânsito* (2007) and *Between Silent Memories* (2013), by Ungulani Ba Ka Khosa, are representations that allow investigating the modus operandus in Mozambican society, from what the postcolonial government called Operation Cleaning and Operation Production. The thesis is based on the Postcolonial Theory and some slopes derived from it, investigate in the fiction of Borges Coelho and Ba Ka Khosa, as it was given the representation of the events mentioned such operation and from review and bibliographical survey, research in newspapers of the time and reports of survivors. The cleaning operation in Mozambique was a breakup of this society and that these camps not only faced Mozambique as a decolonizing nation, but also the civil rights of hundreds of Mozambicans who had their lives interrupted, abducted and violated. The questions that pervade the Postcolonial and the newly liberated nations, whose liberation and freedom do not reach all, and which many, because they do not share the same opinion or are suspected of opposing the current regime of a people, freedom does not reach everyone and many because they do not have the same opinion or at least suspect opponents of the current regime. The use of the banishment to camps full of violence, barbarism and imposition of a single order and thought represents the lack of a citizen policy, respecting freedom of thought.

Keywords: Postcolonial Literature, Reeducation Fields, João Paulo Borges Coelho and Ungulani Ba Ka Khosa, Mozambique, Production operation.

RESUMEN

Esta investigación analiza y problemática las situaciones a través de las cuales una parte considerable de la población de Mozambique pasó entre 1974/1980 años, un período que comprende el fin de la colonización portuguesa y la implementación del Régimen Marxista-Leninista en el gobierno de Samora Moses Machel, después de la independencia. Las situaciones referidas se refieren a la llamada Operación Limpieza. La acción entró en vigor en el gobierno independiente que intentó retirar de la sociedad mozambiqueña a aquellos que encajan en las categorías de desocupados, curanderos, reos, Testigos de Jehová, mujeres, prostitutas, personas que podrían practicar los vicios de Período colonial o necesaria "reeducación" para entrar en el nuevo tiempo en Mozambique. La operación llamada "limpieza" u "Operación Producción" fue una práctica difícil y el tiempo en la reciente República de Mozambique, que creó los campos de reeducación, donde enviaron a las personas retiradas de la sociedad y prohibidas por este espacio diseñado Por el estado. La obra ficticia de mozambiqueños, Joao Paulo Borges Coelho, *Campo de Trânsito*(2007) y Entre as memórias silenciadas (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa, son representaciones que permiten investigar el modus operandi en la sociedad mozambiqueña, de Que el gobierno postcolonial ha denominado la limpieza de operaciones y la producción de operaciones. La tesis se basa en la teoría postcolonial y algunos aspectos derivados de ella, investigando en la ficción de Borges Coelho y Ba Ka Khosa, como dada la representación de los acontecimientos mencionados, dicha operación y de la revisión y el estudio bibliográfico, la investigación en periódicos Del tiempo y los informes de los sobrevivientes. La operación Limpieza en Mozambique fue una época de división de esta sociedad y que estos campos no sólo se enfrentaron a Mozambique como una nación descolonizada, como los derechos civiles de cientos de mozambiqueños que tenían sus vidas interrumpidas, secuestradas y Violada. Nuestro objetivo es visualizar e increbilizadamente sobre el debate las cuestiones que impregnan a las naciones postcoloniales y recién liberadas, cuya liberación y libertad no llega a todos y el hecho de que muchos no tienen la misma opinión o son sospechosos de oposición al régimen actual de un Gente. El llamamiento del destierro a campos llenos de violencia, barbabismo e imposición de un solo orden y pensamiento representa la falta de una política ciudadanía, respetando la libertad de pensamiento.

Palabras clave: Literatura postcolonial, campos de reeducación, Joao Paulo Borges Coelho, Ungulani Ba Ka Khosa, Mozambique, Operación producción.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 DISCUTINDO AS COLONIALIDADES E SUAS REPRESENTAÇÕES NAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	17
1.1 João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa: representações de Moçambique na Literatura Pós-colonial.....	21
1.2 Presença e imposição da Colonização portuguesa a Moçambique.....	34
1.3 Colonialismos e suas formas de manipulação nas Nações e em África.....	39
1.4 Literatura colonial e Pós-colonial em Moçambique e suas representações.....	47
2 CAMPOS DE REEDUCAÇÃO OU CAMPOS DE PRISIONEIROS: OS EXCESSOS DE UM GOVERNO INDEPENDENTE.....	56
2.1 Os campos de concentração nazistas e a Shoah: História, Memória e Barbárie.....	64
2.2 Os campos de reeducação em Moçambique: o que eram e como funcionavam.....	75
2.3 Reeducação ou doutrinar? Os campos e o Biopoder na literatura de João Paulo Borges Coelho.....	85
2.4 A opinião dos moçambicanos acerca da reeducação.....	93
3 MEMÓRIA, REPRESSÃO E SILÊNCIOS NA OBRA ENTRE AS MEMÓRIAS SILENCIADAS, DE UNGULANI BA KA KHOSA.....	101
3.1 História, Memória e a Literatura Pós-colonial.....	104
3.2 Estado de exceção e os campos de reeducação em Moçambique.....	111
3.3 A história e a memória pelo cinema de Licínio de Azevedo.....	113
3.4 A poética do medo: silenciamento nos campos de reeducação.....	120
4 LITERATURA DE TESTEMUNHO E TOTALITARISMO NAS MEMÓRIAS NÃO SILENCIADAS.....	129
4.1 Literatura e totalitarismo: a barbárie nos campos de reeducação.....	136
4.2 A nação fabricando desumanidades: o mal estar pós-colonial por João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa.....	146
4.3 Literatura e Necropolítica: quando se legitima a morte do outro.....	153

4.4 Moçambique pós-independência por João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa: figurações, trânsitos e contaminações.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS.....	181

TENSÕES DO PÓS COLONIAL NAS OBRAS *CAMPO DE TRÂNSITO DE JOÃO PAULO BORGES COELHO* E *ENTRE MEMÓRIAS SILENCIADAS* DE UNGULANI BA KA KHOSA

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa convoca as ficções de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba ka Khosa à análises e reflexões acerca das condições e tensões as quais vivenciaram os moçambicanos no período do pós-independência. Momento histórico, em que a sociedade de Moçambique passou por adaptações e acomodações numa perspectiva socialista no modelo soviético, inserindo na sociedade hábitos novos de vertente e verdade únicas, comportamento já verificado nos governos que, após a implantação de um novo regime, acabaram por impor a partir de uma orientação única, um cotidiano na maioria das vezes violento e ditatorial.

A pesquisa a que nos propomos partiu das reflexões em torno da Literatura Africana de Língua Portuguesa e seus reflexos na sociedade moçambicana retratada nos romances de João Paulo Borges Coelho: *Campo de Trânsito* (2007) e de Ungulani Ba Ka Khosa, *Entre as memórias silenciadas*(2013)

Os textos provocaram o desejo de um entendimento da sociedade moçambicana no período da descolonização, pós-independência e em especial caso, a necessidade, a operacionalização dos cidadãos e cidadãs moçambicanos quando retirados de seu cotidiano passaram a compor o quadro dos excluídos e não adaptáveis no novo sistema político. Essas pessoas foram retiradas de sua comunidade sem uma explicação e levadas para os campos ditos de “reeducação”, que tinham como objetivo preparar aqueles que ainda não se afizeram ao sistema e assim inseri-los no Estado com a consciência voltada à nação e à reconstrução da mesma, já que os hábitos e modos culturais mais tradicionais não traziam ao Moçambique um status de nação liberta e socialista.

A tese discute e problematiza o modo como os cidadãos e cidadãs moçambicanos são representados na ficção de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, a partir do confinamento nos campos e quais os traumas enfrentados nesse silenciamento de boa parcela da população, o que denominamos como *Tensões do Pós-colonial*. Nesse caso, como nem todos os moçambicanos gozaram de um novo tempo na libertação e que essas vozes precisam de espaço e visibilidade, mostrando que nem sempre após a libertação de um país do jugo colonial, os aspectos políticos, socioeconômicos e culturais são considerados, e que não há em qualquer sociedade essa relação harmônica entre governantes e cidadãos.

Queremos, a partir da leitura das obras de ficção já citadas, revisão da literatura e reflexões entre literatura e sociedade à luz da teoria Pós-colonial, investigar os aspectos que compuseram os primeiros anos de uma nova ordem política e para onde foram os prisioneiros do Estado? Como eram tratados nos campos de reeducação/concentração? Quais os resquícios dessa prática no Moçambique atual e quais as consequências dessa política excludente para a memória e a história dos moçambicanos? Tais questionamentos são a base da pesquisa na condição de leitor da História de Moçambique e da busca por um questionar, problematizar e refutar tais práticas de exclusão, exílio, confinamento e sequestro.

A teoria que dá suporte à esta pesquisa tem como lastro as considerações do Pós-colonial nas reflexões de Homi Bhabha, Stuart Hall, Kwame Antony Appiah, Russel G. Hamilton, Edward Said, Paul Gilroy, Francisco Noa, Nazir Can, Ana Mafalda Leite, Pires Laranjeira, Livia Apa, Aijaz Ahmad, Marc Ferro, Albert Memmi, Ella Shohat, Robert Stam e outros, dialogando com nossas reflexões durante a pesquisa.

A Tese intitulada *Tensões do pós-colonial nas obras Campo de trânsito de João Paulo Borges Coelho e Entre as memórias silenciadas de Ungulani Ba Ka Khosa*, se organiza em torno de quatro capítulos: no Capítulo I - **Discutindo as colonialidades e suas representações na Literatura Africana de Língua Portuguesa** é apresentada a teoria pós-colonial e suas variantes assim como as relações com a literatura. No Capítulo II o título é o seguinte: **Campos de reeducação ou campos de prisioneiros? Os**

excessos de um governo independente, que insere as reflexões da pesquisa com o olhar voltado aos campos de reeducação e sua maneira de atuar sobre a sociedade moçambicana. No Capítulo III traz como título: **Memória, repressão e silêncios na obra *Entre memórias silenciadas de Ungulani Ba Ka Khosa***, com especial atenção aos temas que envolvem a Memória e a política de silenciamento feita no espaço Moçambique pós-independência e suas consequências. O Capítulo 4 intitulado: **Literatura de Testemunho e Totalitarismo nas memórias não silenciadas**, situa a discussão sobre os temas que gravitam em torno da violação e supressão dos direitos civis da comunidade citada na tese. Temos a intenção de evocar e ouvir a memória dos que vivenciaram esse período em Moçambique através da relação entre Literatura de ficção e História factual, numa análise da ficcionalização dos fatos ocorridos no Moçambique independente e que motivou a pesquisa que se apresenta.

A partir de levantamento bibliográfico e análises com foco na ficcionalização da história teceremos considerações sobre a história de Moçambique no período que se sucedeu a libertação. Com esses apontamentos pretendemos a Tese, tendo como objeto de estudo as relações que se deram nos “campos de reeducação” assim denominados, e por nós, sujeito da pesquisa de “campos de concentração e confinamento”, uma prisão em meio ao contexto de libertação da nação em 25 de Junho de 1975, uma mancha na história dos moçambicanos e que através desta pesquisa tornamos a público com a escrita e leitura de um momento da história de Moçambique, que trouxe danos irreparáveis aos que tiveram seus direitos violados.

CAPÍTULO 1

DISCUTINDO AS COLONIALIDADES E SUAS REPRESENTAÇÕES NAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

(...) Portanto, a minha ligação é a terras concretas, e, portanto e a pessoas, e, portanto, nesse sentido perceber Moçambique como uma unidade territorial que não acaba nas fronteiras, as fronteiras são construídas. Devo dizer com a máxima franqueza que não gosto da sociedade que se construiu, que existe neste momento, é uma coisa que me abafa, que me tira o ar, e me faz mal disposto todos os dias.

(João Paulo Borges Coelho. In: *Nação e Narrativa Pós-Colonial: Angola e Moçambique. Entrevistas*).

Abordamos a teoria Pós-colonial e variantes em um contexto que convoca a observar o mundo não apenas a partir da colonização e pós-colonização, mas adentrando as rasuras que esses termos provocaram ao longo dos últimos anos no âmbito dos Estudos Culturais e suas correlações, com as abordagens que se voltam aos estudos críticos e literários e que desembocam em várias acepções, como: território, identidades, alteridades, colonização e descolonização, Pós-colonialidade e Pós-colonial é escopo desta investigação.

Convocamos algumas reflexões sobre a Teoria Pós-colonial e suas variadas abordagens no que tange aos estudos sobre as comunidades que tiveram seus direitos violados numa espécie de barbárie instaurada cotidianamente, para que possamos nos apoiar, refletir, e também refutar algumas práticas já citadas e objetivadas como tese neste estudo.

Tensões do Pós-colonial inscreve-se como expressão que traz em seu significado as relações conflituosas que ocorreram e ocorrem no pós-colonial em Moçambique quando a sociedade moçambicana é vigiada e os seus civis, que não estejam alinhados ao Estado novo, são levados sem consentimento e sob a guarda do governo para os tais campos de “reeducação”, instaura-se uma tensão e uma cisão nessa mesma sociedade. Forçados à reeducação, doutrinação e confinamento para que se

tornassem homens novos, esses sujeitos perderam as referências de cultura, identidades e modos de ser, já que deveriam ser reeducados e destribalizados para servirem à nação que se erguia em meio aos escombros da colonização ferrenha, da guerra civil e da descolonização/libertação do território moçambicano. Os que foram forçados a seguir para a reeducação eram na verdade os sem chão, sem pátria e ainda tratados como criminosos, bandidos e escória, sem nenhuma explicação racional sobre a forma como eram tratados. Isto é uma tensão social instaurada pela ordem vigente.

Na busca por entendimento do que seria o Pós-colonial, Russel G. Hamilton aponta que a gênese do Pós-colonial, ao longo das décadas de oitenta e noventa em meios acadêmicos anglo-americanos, verificou-se um crescente interesse na Pós-colonialidade e na teoria Pós-colonial. Hamilton (1999) pontua que um volume de ensaios organizado por Padmini Mongia, professor de inglês no Franklin & Marshal, um colégio norte-americano, compõe 19 artigos e ensaios sobre Pós-colonialismo e Pós-colonialidade nos quais podemos citar Kwami Anthony Appiah e Edward Said. Este último tornou-se uma referência e marco inicial na teoria pós-colonial com o seu livro *Orientalismo*, publicado em 1979. É importante destacar que segundo outros pesquisadores o primeiro texto a elaborar a teoria pós-colonial seria o livro do Bill Asrehcroft, Garret Griffiths e Helen Tiffin publicado em 1989 *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Pós-colonial Literatures (O Império responde escrevendo: Teoria e Prática nas literaturas pós-coloniais)*.

Há polêmica em torno do termo *Pós-colonialismo*, pois o mesmo advém de uma concepção que a grosso modo explica uma divisão entre as sociedades antes colonizadas e agora em processo de descolonização ou libertas o que para a maioria dos estudiosos a independência política de determinada colônia dá início ao período pós-colonial, o que também não deixa de ser uma verdade. Porém, devemos nos ater à outras interpretações e conceituações do termo como difere das demais concepções, Kwame A. Appiah ao dizer que há diferenças fundamentais entre o pós-colonial (com hífen) igual ao “pós” de pós-modernismo que desafia as narrativas legitimadoras e vale lembrar que alguns estudiosos escrevem pós-colonial com traço quando o termo remete a depois do colonial. Sem traço o pós-

colonialismo refere-se por causa do colonialismo, o que significa anti-colonialismo e anti-neo-colonialismo como discute Russel Hamilton.

Explicitando sobre o pós-colonial, Inocência Mata oferece a seguinte reflexão:

O pós-colonial pressupõe, por conseguinte, uma nova visão da sociedade que reflecte sobre a sua própria condição periférica, tanto à nível estrutural como conjuntural. Não tendo o termo necessariamente a ver com a linearidade do tempo cronológico, embora dele decorra, pode entender-se pós-colonial no sentido de uma temporalidade que agencia a sua existência após um processo de descolonização e independência política – o que não quer dizer, a priori, tempo de independência real e de liberdade, como o prova a literatura que tem revelado e denunciado a internacionalização do outro no pós-independência. (MATA, 2007, p. 39)

Por extensão ao pensamento de Inocência Mata, nós entendemos que o pós-colonial é um processo que envolve diversos fatores e setores da sociedade a que se aplica o termo. Este processo que não ocorre da noite para o dia, se estende e se mescla à temporalidade, associa-se à uma sociedade que reflete a sua condição pós-independência e ainda de olho num passado recente colonial que impõe rasuras e ambiguidades, levando a compreensão de que ser pós-colonial não quer dizer ser totalmente emancipado e liberto, pois, o termo, ainda flutuante, recebe influências dos diversos setores da sociedade a que se aplica e se destina.

Refletimos a partir das considerações de Mata (2007), quando admite que se o pós-colonial remete, a partida, para o fim de um ciclo de dominação geopolítica, nem por isso aponta para a neutralização dos seus corolários, permitindo até a internalização de antigas relações de poder opressivas – e caberia aqui recuperar o substantivo plural *pós-coloniais*, proposto por Ella Shohat (2006):

Pós-coloniais que são agora as mulheres, as minorias étnicas, as minorias sociológicas, os camponeses, os dissidentes ideológicos, os críticos dos sistemas políticos, enfim, os marginalizados do processo de globalização económica, geradora de periferias culturais. O que importa hoje estudar são os efeitos das relações de poder, seja entre

entidades externas, seja entre entidades que participam do mesmo espaço interno. Isto é, a teoria pós-colonial tem de se deter na dinâmica das relações entre centro e periferia, mesmo se periferias internalizadas.

Por essas razões consideramos importante discutir a representação dos cidadãos e cidadãs moçambicanos, vítimas do sistema vigente após a libertação, recolhidos e sequestrados de suas vidas e direitos civis quando levados sob imposição do Estado para os campos ditos de “reeducação” e por nós denominados como *campos de concentração* em pleno período em que se proclama e conclama-se a libertação do tempo colonial. Nesse exercício de leitura e releitura da sociedade moçambicana, inscrevemos a teoria Pós-colonial como já citada por alguns teóricos como período ou marco histórico do fim do colonialismo português mas também por abarcar outros significados como uma releitura da história desses sujeitos que fazem parte de um Moçambique que sequestra e viola os direitos civis fundamentais dos seus a partir de uma prática que não livra os moçambicanos; camponeses, curandeiros, sacerdotes tradicionais, régulos e todos aqueles que porventura não se adequassem aos novos mandos do regime instaurado após a libertação em 1975.

Retomando a discussão sobre o Pós-colonial quando revisitamos Stuart Hall no seu texto *Quando foi o Pós-colonial? Pensando o limite* (2003), chama à reflexão de que se o momento pós-colonial é aquele definido em termos de uma divisão binária entre colonizadores e colonizados, porque o pós-colonial é também um tempo de diferença? Dessa forma já sabemos que ao tratar desse termo e aplicar alguns conceitos fundantes que o cerca também e nos coloca na situação de prestar atenção que o pós-colonial para alguns países e continentes, pode ter um sentido que em muitas situações também pode diferir de outras nações antes coloniais e agora pós-coloniais.

Esta reflexão convida a ter sempre um olhar atento e cuidadoso para com o campo de estudo ao qual nos dirigimos e refletimos, mesmo em situações instáveis à medida que os termos aos quais nos referimos podem e devem ter outras conotações, não esquecer que estamos a tratar de pós-colonial em Moçambique, herdeiro da violenta colonização portuguesa e

portador de vários trânsitos culturais à medida que tantos povos passaram ao longo da história de Moçambique e que tais intersecções, invasões e trocas políticas e culturais resultam num processo de tomada de poder e instauração de um nova ordem após 1975, o que nos coloca frente a um denso pano feito de retalhos de tantas histórias de violência e desmandos tanto na colonização ferrenha e cruel como a situação que nos atrai como objeto de estudo desta tese que é como se deu o processo de exclusão de um número considerável de moçambicanos que passaram a fazer parte dos ditos “campos de reeducação”/campos de exclusão e concentração, termos que consideramos mais apropriados às situações apontadas a partir do ficcional nas obras *Campo de Trânsito*(2007) de João Paulo Borges Coelho e *Entre as Memórias silenciadas*(2013) de Ungulani Ba Ka Khosa.

1.1 JOÃO PAULO BORGES COELHO E UNGULANI BA KA KHOSA: REPRESENTAÇÕES DE MOÇAMBIQUE NA LITERATURA PÓS-COLONIAL

O interesse em pesquisar os campos ditos de “reeducação” no Moçambique pós-independência, se deu a partir de conversas e leituras feitas em conversação em aulas da Disciplina *Poéticas da Africanidade*, ofertada no PPGLI/UEPB e que contribuiu para o interesse pela história política e construção literária de Moçambique, sendo os autores João Paulo Borges , com sua obra *Campo de Trânsito* (2007) e Ungulani Ba Ka Khosa com *Entre as Memórias Silenciadas* (2013), os caminhos em termos de ficção do citado país africano, sobre os quais nos empenhamos em percorrer e conhecer parte desse período histórico (descolonização e pós-independência) e assim seguir com nossas reflexões acerca das *Tensões do Pós-colonial* e persistir nas nossas investigações que se apresentam mais adiante.

Apresentamos neste momento o escritor e historiador moçambicano, João Paulo Borges Coelho por Nazir Ahmed Can, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro para elucidar e nos colocar frente à produção ficcional de Borges Coelho.

Nazir Can, informa que (2011), a chegada de JBPC produz um saudável abalo no universo literário moçambicano. Estamos certos que a sua escrita, como ocorre com todos os tremores, marcará uma época.

No entanto, e apesar da inegável originalidade e complexidade da sua obra, escassos têm sido os estudos que sobre ela se debruçam. Talvez porque, embora sendo moçambicano e vivendo em Moçambique, a sua figura e a sua escrita não correspondam à expectativa convencional que se gera em torno do escritor pós-colonial. O primeiro reconhecimento internacional (ainda que cingido ao espaço de língua portuguesa), que obteve com a recente atribuição do Prêmio Leya pelo seu último romance, *O olho de Hertzog* (2010), afigura-se tão tardio quanto justo. Dito prêmio, de resto comprovou que JPBC se encontra numa espécie de limbo: até o mesmo, é visto com certa desconfiança em Moçambique, país que trata de modo carinhosamente cruel em seus textos, e com certo desdém ou mesmo desconhecimento em Portugal, país onde nasceu e de onde partiu com poucos meses de idade; após referida menção, é condecorado pelo próprio presidente Armando Guebuza, em Moçambique e designado escritor “luso-moçambicano” em Portugal.

Can (2011) ainda informa que JPBC, em sua ficção, faz uma relativização ou mesmo desmistificação das certezas históricas e causas ideológicas de sentido único, a sua pedra angular. Esta opção permite ao autor projetar um novo olhar sobre a História de Moçambique, olhar que transcende a fácil dicotomia (entre “bons e maus”, “colonizadores e colonizados”) e que simultaneamente, evita a facilidade do indiferenciado no diverso. JPBC consegue encontrar um caminho original para desenvolver a sua escrita, sem ter que passar pelo o filtro de justificações normalmente exigidas ao escritor africano: porta-voz autorizado do lugar; missão social e compromisso político, que sustentam e ortogam sentido à sua vida literária entre outros.

Rita Chaves, em entrevista João Paulo Borges Coelho na REVISTA VIA ATLÂNTICA nº 16 de Dez/2009, apresenta várias faces do escritor moçambicano de *Campo de Trânsito* (2007) e outras obras. Em sua primeira intervenção a JPBC, Chaves (2009) pergunta:

RITA CHAVES: *Num cenário em que o ofício de escritor é frequentemente exercido com precocidade, você faz o contraponto. Estrear com base numa maturidade foi uma escolha ou aconteceu?*

JOÃO PAULO BORGES COELHO: Claramente, aconteceu. Muitas vezes me perguntam por que acumulei material tanto tempo sem o publicar, mas o facto é que nada acumulei. Na juventude li compulsivamente, escrevi contos, muitos poemas medíocres, mas depois atravessei duas décadas em que a escrita me rondou como uma sombra que por vezes afluía sem chegar a nunca concretizar-se. Não posso dizer-lhe as razões, uma vez que não estou certo delas. Em parte, talvez devido ao conceito fechado e monotemático que se vivia na década de 1980, em que certamente por falha minha, não fui capaz de achar uma voz, palavras que me fossem próprias. Também é certo que por essa época não segui por caminhos literários que só ocasionalmente me tentavam, porque havia outros trabalhos suficientemente aliantes para absorver a mente e o quotidiano, trabalhos esses ligados à universidade a que pertença e ao pensar e agir no país desse tempo, que era muito empolgante. A partir de certa altura, talvez por meados da década de 1990, houve transformações importantes: por um lado (e paradoxalmente, uma vez que é um período de abertura democrática) a universidade perdeu o brilho, tornou-se cinzenta, menos irreverente, trocando a criatividade que a independência lhe trouxera por uma ordem mais formal e hierarquizada, onde o espaço de discussão foi reduzido, e isso me levou de alguma maneira a que me afastasse, não no sentido profissional, mas espiritual (passei a distinguir mais o meu tempo privado que antes se fundia inteiramente com o ela). Por outro lado, cheguei a uma verdade simples, que todavia levou muito tempo a ser-me revelada: a de que a voz da escrita é profundamente individual e encontra sua razão na diferença e não no coro. Quanto à maturidade, é uma palavra de que desconfio e que só parcialmente me integro nesse processo, apenas no que pressupõe de sentido de pertença à literatura no sentido mais lato (a escrita, cada vez mais, tem de ser um acto reflectido, e, portanto, culto), de consciência social mais serena e menos iludida, de critério estético mais apoiado – tudo aquilo que, bem ou mal, se obtém naturalmente, como o passar do tempo, com a idade. Maturidade no sentido em que escrever é uma prática tornada necessária, e não a urgência febril de cumprir uma missão ou fazer passar uma mensagem. Quanto ao resto não me sinto próximo da maturidade. Na escrita de ficção há sempre a surpresa, uma insegurança juvenil, ingredientes que estão do lado oposto da maturidade. O que procuro na escrita está mais próximo da curiosidade e da descoberta do que da conclusão ou ensinamento. As incertezas vão mudando mas continuam lá, tão vincadas como sempre. Talvez, possa dizer, para lhe responder, que a partir de certa altura foi uma escolha, que continua acontecendo.

Nessa entrevista a Rita Chaves, João Paulo Borges Coelho apresenta o fazer de sua ficção. Como escritor africano e moçambicano oferece em suas representações e personagens um Moçambique mais urbano e com tipos tais como: personagens errantes e perdidos em termos como Moçambique no pós-independência e afeitos ou não ao novo tempo (descolonização) com um diálogo permanente e constante entre modernidade e tradição, com o passado colonial e leituras do novo tempo após a libertação. Temos nas personagens de João Paulo Borges Coelho, as senhoras ainda afeitas ao período colonial, como em *As Visitas do Dr Valdez* (2004), e personagens que discutem com uma certa distância na Moçambique “nova e descolonizada” como nos contos de *Setentrião* (2005) e em *Crônica da Rua 513.2*.

Nascido no Porto em 1955, João Paulo Borges Coelho, filho de pai transmontano e mãe moçambicana, muito cedo foi viver em Moçambique, adquirindo a nacionalidade desse país. Estudou em Moçambique no Liceu Pêro de Anaiá, na Beira, obtendo também e posteriormente um Doutoramento em História Econômica e Social conferido pela Universidade de Bradford no Reino Unido e Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. Historiador, ficcionista e professor de História Contemporânea de Moçambique e África Austral na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo atua, também, como professor convidado no Mestrado em História da África da Universidade de Lisboa. Foi vencedor de prêmios literários importantes como o José Craveirinha de 2005 pelo romance *As Visitas do Dr. Valdez* e o Prêmio Leya pelo *O olho de Hertzog* em 2009, tendo recebido um *Doutoramento Honoris causa* pela Universidade do Aveiro em 2012. Sua ficção se elabora a partir dos temas que discutem as guerras colonial e civil em Moçambique. Sua obra ficcional segue a seguinte cronologia¹.

¹ *As duas sombras do rio* (2003), *As visitas do Dr. Valdez* (2004), *Índicos Índicios I Setentrião – Contos*. (2005), *Índicos Índicios II Meridião – Contos* (2005), *Crônica da Rua 513.2* (2006), *Campo de Trânsito* (2007), *Hinyambaan – Novela* (2008), *O olho de Hertzog* (2009), *Cidade dos Espelhos* (2011), *Rainhas da Noite* (2013), *Água uma novela rural* (2016), *Ponte Gea* (2017).

Como professor de História contemporânea, João Paulo Borges Coelho é conhecedor da História de Moçambique e se interessa, em suas pesquisas, pelas guerras coloniais de seu país e as relações que fazem com o continente africano. Can (2009) enfatiza esse importante viés que também constrói o homem, ficcionista e historiador. Conhecedor de sua comunidade e de sua história, JPBC traz em sua ficção essa memória que sendo pessoal passa a integrar e formar os tipos e personagens que dão vida e representatividade à sua obra. Ahmed Can nos põe a refletir o valor da historicidade frente a ficcionalidade com uma dupla inscrição e que não pode dissociar-se da obra de Borges Coelho:

A história e suas sucessivas transições são sugeridas na escrita de JPBC de múltiplas formas, desde as metafóricas e metonímicas até às alegóricas, e não raras vezes na própria fronteira entre uma e outras. Os discursos, as imagens do espaço e as imagens do corpo desempenham um papel determinante para essa visibilidade. A matéria histórica é aludida pelo o que tem de mais teatral, com corpos actuando sobre um palco específico. Este palco tão performativo como os actores que sobre ela actuam, se situa nos recantos mais inesperados do cotidiano. Neste sentido, as analogias ou os sucessivos efeitos de semelhança entre discurso, corpo, espaços humanos e lugares políticos constituem o principal meio utilizado por JPBC para “ler” a história. (CAN, 2009, p.16)

Can (2009), afirma que JPBC evita, deliberadamente, o caminho da exploração factual do tecido histórico, ainda que em alguns momentos não resista à alguns “esclarecimentos” e o faz em tom irônico. Seu jogo poético combina o “pequeno” “cotidiano” com o grande dos fatos históricos, o primeiro virtuoso por excelência criando no outro um efeito de semelhança no/do segundo, multiplicando-o, segredando-o, iluminando-o, quase nunca dizendo de maneira literal. As histórias comuns do cotidiano, constituem a matéria – prima de um produto final calculadamente elaborado que traz uma visão de mundo, da qual os movimentos históricos e as preocupações de índole social são partes significativas.

Esta característica da ficção de João Paulo Borges Coelho observamos em *Campo de Trânsito* (2007) quando o narrador-personagem J. Mungau, ao discorrer sobre os campos em Moçambique pós-independência e socialista, dá pistas da História política e social dos moçambicanos desse período, embora não haja indícios claros de datas. A temporalidade nos é sugerida pelos fatos narrados e encaminha para o estudo da ficção de Borges Coelho e também da História de Moçambique em concomitância.

João Paulo Borges Coelho a Tindó Secco, ao falar de sua literatura, diz:

Sendo eu historiador, talvez a diferença em que eles procurem ir ao encontro da história e eu tente libertar-me dela, sem até a data o conseguir. Às vezes tenho a sensação de que a história nos esmaga, nos impede de fazer uma literatura mais atenta ao cotidiano. Aliás, penso que a África, de certa forma, padece de um excesso de história, que se enreda nessa teia que, por vezes, assume foros de armadilha, e que isso lhe dificulta abordar com mais eficácia o presente. Mas é justo não esquecer que, além da história, sinto com o mesmo peso a geografia, a respiração dos lugares. (SECCO, 2009).

Qual seria esse excesso de história da qual Borges Coelho fala? Seria a história da colonização, os processos de luta anticolonial, a libertação, guerrilha, guerra civil, tudo imprime a África um olhar já enviesado seja pela historiografia, jornalismo local e internacional, as artes e a literatura, modos estereotipados sobre o africano e sua cultura. Na cidade, nos campos, nas aldeias e vilas, no litoral suas personagens narram os modos de ser moçambicano e permite ao leitor entrar e conhecer, mesmo que seja por representações, os moçambicanos e as diversas moçambicanidades. Ou seja, os modos tão diversos de ser e estar em Moçambique colonial e na nação que se ergue em tempos Pós-coloniais.

Can (2012, p. 230) em ensaio intitulado: *Castelo de cartas marcadas; o discurso público da elite política nos romances de João Paulo Borges Coelho*, afirma que João Paulo Borges Coelho não é o primeiro e único autor moçambicano a revelar-se crítico para com as elites pós-independência e

suas opções políticas. Craveirinha na poesia, Suleiman Cassamo no conto e Ungulani Ba Ka Khosa ou Paulina Chiziane (apenas para citar alguns exemplos), cada um a seu modo, ilustram esta premissa. JPBC, diferencia-se dos restantes escritores moçambicanos pela forma variada como desenha e trabalha uma espécie de cartografia discursiva das autoridades ao longo de toda a sua obra.

A dita cartografia revela que o autor é portador de um projeto estético, que sendo estável no imaginário e diversificado na forma, engloba um estudo literário pormenorizado dos múltiplos modos de manipulação engendrado pelo discurso público (e oculto) das elites. Pelo projeto e regularidade, pela diversidade de formas e também não menos importante, pelo rigor estético com o qual aborda os abusos, fracassos, demagogia, eufemismos das classes dominantes e dirigentes, JPBC, reflete, como poucos acerca as relações estabelecidas no período pós-colonial entre poder e discurso, instituição e linguagem, nação e narrativa(s).

João Paulo Borges Coelho, um escritor que apresenta e traz à tona os excessos também cometidos no pós-independência quando civis são retirados da sociedade e levados a campos denominados de reeducação. Quando nos posicionamos e emitimos uma opinião acerca dos fatos históricos ficcionalizados é em função da leitura de *Campo de Trânsito* (2007). Nesta obra é ficcionalizada uma noção da história que não foi ouvida e, diria, silenciada. O personagem J. Mungau fala das mudanças que irão ocorrer a ele e aos demais personagens, sejam os presos e os que comandam os campos. No Capítulo III de *Campo de Trânsito* é descrito como é a rotina e chegada dos prisioneiros aos campos:

A coluna para a meio de um descampado de terra argilosa cozida pelo o sol, muito dura. Tão dura que nem os pesados caminhões carregados de detidos conseguem marcar nela os rodados. O pó que levantava na floresta quando a atravessavam – espesso e vermelho, deixando as árvores ensanguentadas – é aqui tão fino que só com dificuldade se consegue ver a olho nu. Surge mais tarde na água de lavar a roupa, que fica castanha; ou quando os detidos tomam banho e parece que se esvaem também eles em sangue. Mas isso Mungau só descobrirá mais tarde. Os detidos recebem ordens

de descer dos caminhões. Surpreendentemente são deixados à vontade, vagueando pelo descampado, esticando as pernas depois de tão longa e penosa viagem. Os guardas desinteressam-se deles: mesmo que quisessem e tentassem, para onde fugiriam? Lá fora aguardá-los-ia uma amorfa massa verde com o cair da noite depressa se tornando negra, retalhada por rios caprichosos e povoada de feras inquietantes. Reais ou imaginárias. Quem ousaria? (BORGES COELHO, 2007, p.41)

Esta é a descrição de um “campo” em Moçambique pós-independência. O lugar não serve mesmo para nenhum tipo de cultivo. É o que sugere a fala do narrador: “terra argilosa e cozida pelo o sol”, a água, o pó que levantado pela poeira sugeriam no banho dos detidos como se estivessem lavados de sangue. Esta descrição do lugar em que eram deixados e os soldados não se preocupavam se fugiriam ou não. As *machambas comunais* eram em meio a florestas e dessa forma a fuga tornava-se inútil. Caso os detidos fugissem, seriam pegos pelo soldados ou pelas feras da florestas. Temos ai uma arquitetura do medo, uma engenharia própria dos campos de confinamento que se caracterizavam pelo o armamento do Estado, cercas de arame farpado que impõem pavor e rotina prisional. Além disso, ainda tinham eles os “reeducandos”, a floresta desconhecida caso conseguissem se evadir daquele espaço.

Borges Coelho, como escritor pós-colonial, representa esta parcela da história de Moçambique em suas obras. Criticar o Estado não é algo que se faça de maneira aberta e pública. A literatura oferece o espaço por não necessitar “provar a veracidade”. Ela oferece, sugere e também denuncia os rumos que não conhecemos, o outro lado dos fatos, que não vieram à tona com a força ou pelo menos com a intensidade esperada.

Sobre os narradores da ficção de Borges Coelho, Ana Beatriz Matte Braun, em sua tese: O “Outro” moçambicano: expressões da moçambicanidade em João Paulo Borges Coelho (2016):

Os narradores de João Paulo Borges Coelho são eruditos, organizadores das inúmeras linhas narrativas que vão se desenrolando diante do leitor, falando a partir de uma

multiplicidade de posições: acessam a onisciência das personagens, colocam-se de perto e/ou de longe, como se olhassem a partir de uma lente que tivesse seu foco continuamente ajustado. Por meio desses olhares múltiplos, a obra de Borges Coelho tece continuamente um painel de diversidade de tempos, lugares e sujeitos; uma multiplicidade de indivíduos, mesclas de modos de ser, pensar e agir, que vão revelando ao leitor uma representação precisa de várias linhas que compõe o tecido social moçambicano. (p.11)

Um escritor e historiador que imprime à Literatura Moçambicana na atualidade um convite à reflexão e conhecimento da história desse país. Somos convocados a ler e visitar aspectos da sociedade moçambicana no pós-independência e a partir da relação entre Literatura, Sociedade, Cultura e Estudos Pós-coloniais.

A partir de agora, visitamos a obra de outro escritor moçambicano e seguiremos com a temática pretendida. Ungulani Ba Ka Khosa, nome tsonga (grupo étnico do sul de Moçambique). Francisco Esaú Cossa nasceu em 01 de agosto de 1957, em Inhaminga, província de Sofala. Graduado em Direito e em Ensino de História e Geografia, cronista em jornais co-fundador da Revista literária *Charrua* e Diretor-Adjunto do Instituto Nacional de Cinema e Audiovisual de Moçambique, Ungulani exerce atualmente as funções de Diretor do Instituto Nacional do Livro e do Disco e é Secretário-geral da Associação dos Escritores moçambicanos. Suas obras seguem a seguinte ordem cronológica²

Em 1990, recebeu o Grande Prêmio de Ficção Narrativa, com *Ualalapi* (1987). Em 1994 foi condecorado com o Prêmio Nacional de Ficção com *Ualalapi* (1987), foi reconhecido em 2002 por *Ualalapi* com um dos cem melhores romances africanos do século XX. Em 2007, recebeu o Prêmio José Craveirinha de Literatura, com *Os Sobreviventes da noite* (2005) sendo em

² *Ualalapi* (1987) Associação dos Escritores Moçambicanos; Nandyala – 2013, *Orgia dos loucos* (1990) Associação dos Escritores Moçambicanos; Kapulana – 2016, *Histórias de amor e espanto* (1993) INLD, *No reino dos abutres* (2002) Imprensa Universitária, *Os sobreviventes da noite* (2005) Texto Editores, *Choriro* (2009) Sextante, *O rei mocho* (reconto) (2012) Escola Portuguesa de Moçambique; Kapulana – 2016, *Entre as memórias silenciadas* (2013) Texto Editores.

2013 agraciado com o Prêmio BCI de Literatura com *Entre as memórias silenciadas* (2013)

De acordo com Fernanda Gallo (2015) a obra *Entre memórias silenciadas* (2013) é dividida os atos da orquestra de marimbas e centra-se em dois principais núcleos: na relação de três prisioneiros em um campo, na distante Província do Niassa, e na amizade de quatro amigos na capital Maputo. De forma perspicaz, ao supostamente dividir os dois grupos entre universo rural e universo urbano, o autor propõe a imbricação de ambos:

No campo de reeducação (destinado aos supostos tribalistas, curandeiros, improdutivos, reacionários) o velho Tomás, homem de expressões proverbiais, percorre o tempo pintando cruzes nas palhotas dos mortos ou quase mortos. Armando, um dissidente do exército, homossexual assumido, passa os dias fumando estrume seco de elefante e conversando com Gil, levado ao chamado norte profundo por incitar a prostituição no seu bairro Mafalala. (GALLO,2015, p. 294)

A vida nos campos é uma ferida não cicatrizada na história de Moçambique que apresenta como ponte o personagem central Pedro, irmão de Gil e suas relações com os amigos Mário, José e Antônio na boêmia maputense. Com “maestria” segundo Fernanda Gallo (2015), Khosa explora a complexidade psicológica dos personagens como a exemplo de Lotasse, pai de Pedro, que deixou a terra ancestral e foi para a cidade, após ver o pai matar seu boi predileto num ritual familiar. Por ele, narra-se a vida em “Lourenço Marques”, nome antigo de Maputo colonial.

Ungulani Ba Ka Khosa (re) escreve a história moçambicana por meio de um desencanto com os fatos que se sucedem no pós-independência. Gallo(2015) refere-se ao espaço da narrativa, localizando basicamente, os primeiros anos da independência de Moçambique, salienta que, antes da independência o governo da FRELIMO trabalhava com o intuito de combater determinados comportamentos sociais considerados defensores do colonialismo. A FRELIMO escolheu o modelo socialista marxista-leninista para a governação do Estado moçambicano, da nova nação de onde hábitos antigos deveriam ser suplantados em nome da unificação de um só povo.

Ao remeter à temática dos campos, a obra *Entre as memórias silenciadas* (2013) passa a ser também do interesse da investigação desta tese que se configura em conhecer como foram criados e como funcionavam os campos bem como quais eram as categorias sociais enviadas para os mesmos. Se houve sobreviventes e quais consequências em Moçambique pós-independência, deixaram como trauma e mancha na história moçambicana.

A obra ficcional de Ungulani Ba Ka Khosa, *Entre as memórias silenciadas*, sustenta também a tese a que nos propomos: investigar em Moçambique pós-independência como funcionavam os campos de reeducação.

Acerca do seu olhar sobre a literatura moçambicana atual, Ungulani Ba Ka Khosa, em uma entrevista concedida a Rosália Estelita Gregório Diogo, no artigo da Revista SCRIPTA (2010) responde:

O que eu posso dizer é que sou apanhado pela independência do país aos 17, 18 anos de idade. Todas as referências literárias até então, muito mais ao nível de escola, advinham do que conseguimos do universo português, e de certo modo, honra seja feita, digamos também do processo brasileiro. Mas, há uma grande aventura, também nossa, em termos do que se escreve. Na prosa, por exemplo, tivemos alguns primeiros movimentos há muito tempo, como foi o caso de Luís Bernardo Honwana com a obra *Nós matamos o cão tinhoso*. Mas fundamentalmente foi a poesia que abriu o horizonte para que pudéssemos captar a identidade cultural moçambicana. Num caso concreto tenho que dizer, para além das referências, digamos universais, eu pessoalmente acredito que a minha maneira de entrar nesse universo, foi pela poesia de Craveirinha, por aquilo que eu chamo de lado telúrico de José Craveirinha, na maneira com ele encontra o que é nosso, como utiliza a língua portuguesa como uma grande veículo para passar a cultura bantu. Por outro lado, é preciso falar de uma área que não está ligada à literatura como tal, que é todo o universo mítico apresentado por Malangantana, grande artista plástico que veio à tona. As tradições, todas as tradições eram colocadas de maneira muito distante para a nossa realidade. Não só ficavam distantes, como eram excluídas. A nossa história não entrava no desenvolvimento do país. Então houve um processo histórico que não foi favorável à libertação de valores tradicionais enclausurados desde o período colonial e à sua implantação na arte e na literatura. DIOGO (2010, p.187-188)

Ba Ka Khosa apresenta nesta narrativa algumas pistas desse período de fechamento aos valores da tradição, e sobre as dificuldades que a sua literatura e a de outros autores tiveram pouco ou quase nenhum espaço, para a imagem da vertente de Moçambique mais étnica e tradicionalmente calcada em valores que não tinham porta de acessibilidade no pós-independência. Khosa, nessa mesma entrevista cita a literatura-americana, hispânica com o *boom* da literatura fantástica, como motivação e expressão de liberdade na escrita e criatividade da mesma. Também que o ajudou muito o fato de ter sido professor de História do último nível e ter trabalhado como área o Império de Gaza e com toda a zona sul da Zambézia, se dedicando a uma área de estudo que foge do domínio da África Austral e a migração de pessoas, a partir da fundação do Império de Gaza auxilia Ungulani na sua ficção. Ao estudar tais conteúdos, o autor diz que os viu depois como um ato político. Admite que não há nenhum país que não tenha seus limites e alicerces. Considera que é importante dizer para todos que existem grandes referenciais e ter a consciência de que a literatura, da opressão não tem a ver só com a cor, mas com o sistema. Pois mesmo no Império de Gaza havia os oprimidos e os invasores. Dessa forma, Khosa foi rotulado como escritor que criava uma literatura muito ligada à história e ele diz que não se vê assim. Ao contrário em Moçambique não havia grandes referências à nível de construção interna como no Brasil e outros países. Cada um de nós foi seguindo o seu caminho, as suas motivações. Temos algumas referências diferenciadas, mas isso frutifica a cada dia, diz Khosa. Lima (2017) afirma:

Na ficção moçambicana é justamente na geração de intelectuais que vivenciaram as desterritorizações forçadas durante os primeiros anos da independência que encontramos um escritor como Ungulani Ba Ka Khosa. Lançado no ano de 2013, o romance *Entre as memórias silenciadas*, configura episódios passados na primeira década da independência após a *operação produção* (1083), uma das grandes ações políticas e militares de fabricação de indesejáveis. Nessa operação, depois de acusados e capturados, os indesejáveis foram transportados para o Niassa para, através do trabalho forçado nas *machambas*, serem transformados em genuínos “cidadãos moçambicanos”. Uma vez no Niassa, os sujeitos eram vigiados por militares e cultivavam produtos agrícolas para o desenvolvimento do país, mas ao mesmo tempo eram

abandonados à própria sorte em péssimas condições de sobrevivência.

O romance de Khosa busca entrelaçar história com a ficção, numa escritura comprometida com a história de seu país. O Moçambique descrito por Ungulani Ba Ka Khosa em *Entre as memórias silenciadas* (2013) é um país que para o seu projeto de unificação do território, retira os “indesejáveis da nação”, aqueles que manchariam a imagem de povo que se dinamiza nos projetos anti-tradição e se mostram afeitos a um mundo que ao se descolonizar, acaba impondo outro modo de colonização aos seus. Sendo essas pessoas afeitas ou não ao regime de Samora Moisés Machel, eram eles antes de qualquer categoria social cidadãos civis moçambicanos.

Lima (2017, p.4) apresenta o espaço da narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa e suas relações com os personagens:

O romance de Ungulani Ba Ka Khosa se passa em dois espaços complementares, em um campo de reeducação no Niassa e no trabalho urbano de Maputo, capital de Moçambique. Os espaços não representam apenas a oposição entre o campo e a cidade, mas organizam a narrativa na medida em que a alternância de lugares representados acompanha a mudança dos capítulos. O paralelismo dos dois espaços se faz também na estrutura da narrativa através dos núcleos dos sujeitos ficcionais em torno dos irmãos gêmeos, Pedro e Gil: quando representando os fatos no Niassa, no campo, a narração é definida pela voz individualizada de Gil; quando se volta para a cidade, para o grupo de amigos de Pedro, a voz narrativa assume o distanciamento da terceira pessoa. Gil e Pedro são vítimas do poder autoritário e, como os demais sujeitos ficcionais, figuram as diferentes subjetividades e memórias policiadas pelo o estado.

São variados os aspectos que caracterizam os campos de reeducação na obra de Khosa. Homens e mulheres deveriam estar separados em cada casa deveriam residir apenas três pessoas. Isso ocorria, principalmente para combater e extinguir a homossexualidade, tida como resíduo do colonialismo e também reforçaria a vigilância disciplinar dos indesejáveis. Rainério dos Santos Lima (2017) informa acerca dos campos como um projeto falido e uma fábrica de dessubjetivações coletivas e como máquina da morte.

Ungulani Ba Ka Khosa com sua obra *Entre Memórias Silenciadas* (2013), instiga a leitura e interpretações da história dos banidos e indesejáveis da nação moçambicana. Banidos por serem retirados de seus lugares e de forma violenta passarem a ocupar outros espaços (os campos de reeducação) e indesejáveis por carecerem de “reeducação” de doutrinação político e imposição de um modelo único de pensar, agir e governar-lhes as vontades. É período de pós-independência (1974/1980) em que se esperaria uma melhora para a nação e todos os civis, isso não esperamos nós que se efetivasse de forma “tranquila e suavizante”, os embates políticos e ideológicos não são uma notícia e prática do governo independente moçambicano, porém excluir, retirar, segregar, doutrinar e afastar as pessoas da sociedade em guetos, em campos que trazem no quesito morte social a mesma perspectiva dos campos de concentração nazis. Uma afronta aos Direitos humanos e a vida.

A Literatura Moçambicana traz o seu contributo à Memória e à História dos banidos e excluídos da nação, através da ficção de Ungulani Ba Ka Khosa em sua obra *Entre Memórias Silenciadas* (2013) e permite uma visibilidade a Vida e a Memória dos que tiveram seus direitos violados a partir dos confinamentos nos temidos campos, no Moçambique dos primeiros anos do pós-independência.

1.2 PRESENÇA E IMPOSIÇÃO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA A MOÇAMBIQUE

Discutir acerca do Pós-colonial na sociedade moçambicana pós-independência, faz emergirem questões ligadas a emancipação, às lutas internas, guerra civil e tomada do poder em 1975 e situação da África colonial. Hobsbawm (2014, p.93-94) argumenta sobre a questão da formação dos impérios e do poder que os mesmos impunham, diz ser muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido se transformasse naquilo que eles denominariam de mundo dos avançados e que dominariam os atrasados, o mundo do Império. Ainda acrescenta que nesse período da história moderna (1875-1914) chegou ao

máximo o número de governantes que se autodenominavam imperadores, e que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título.

O processo de colonização portuguesa em Moçambique se deu de maneira violenta, como em geral o foi o processo de colonização por toda a África. A chegada do português em território moçambicano é também citada por José Luís de Oliveira Cabaço em sua Tese: *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*:

Nos primeiros dias do ano de 1498 da era cristã, os habitantes da costa sul de Moçambique, em algum lugar situado entre as atuais cidades de Inharrime e Inhambane, viram chegar estranhas embarcações, enormes em relação às que até então já tinham visto. Delas desceram outros barcos menores transportando gente de pele pálida e vestida de modo insólito. Não se compreendeu o que eles diziam, mas não pareceram agressivos pelo o que os agentes locais os acolheram sem animosidade. Os forasteiros recolheram água fresca, trocaram alguns objetos e regressaram às grandes embarcações que voltariam a desaparecer no mar profundo. Ninguém sabia quem eram os visitantes, muito menos podia imaginar que testemunhavam um momento histórico: os primeiros contatos da África oriental com a Europa na viagem de Vasco da Gama em demanda da rota do Oriente. (CABAÇO, 2007, p.27)

Essa imagem é o retrato dos contatos primeiros entre colonizadores e aqueles que seriam os motivos das empreitadas denominadas grandes viagens marítimas, que tinham de fato como objetivo maior tomar posse dos territórios alheios. Esse contato e figura que surge na dilatação do Império português povoa a mente dos povos colonizados por séculos, que tinham nesses visitantes a figura do diferente e que nessa diferença surgem as primeiras formas de colonização das mentes e dos povos à medida que a religião e a cultura do povo português passa a ser a ordem do momento e se instaura uma outra forma de governação conhecida como colonização e imperialismo, da imposição da cultura e religião portuguesa e que os colonizados precisariam dessa ajuda “benéfica” dos povos ditos superiores em língua, casta e cultura estariam a serviço de melhorias daqueles que

atrasados culturalmente, careciam avançar na modernidade e no mundo agora em rota de viagens e conhecimentos inaugurados também pelo povo português e pelo Império.

Perpétua Gonçalves (2000), sobre a colonização portuguesa usa também o marco acima citado em finais do século XV em 1498, quando Vasco da Gama chega a Moçambique lançando as bases históricas para o uso da Língua Portuguesa a partir do processo de colonização o que levaria anos para que somente a partir do século XX essa língua se tornasse um efetivo meio de comunicação para grande parte da população moçambicana. Gonçalves (2000), informa que durante os séculos XVI e XVII, a presença portuguesa se fez sentir no litoral de Moçambique como também ao longo do vale do Zambeze, em Sofala e Tete com atividade comercial principal motivo dos contatos entre os portugueses e a população local o que houve também resistência aos portugueses nesse processo.

A partir de meados do século XVIII em 1752 é que a administração de Moçambique passa a depender efetivamente de Portugal e não da Índia e nos finais do século XIX em 1886 então os portugueses se mostram interessados e pretendem assegurar sua presença no território com o início das campanhas militares ditas de “pacificação”.

Na costa moçambicana, os portugueses procuraram dominar outras posições estratégicas e de interesse comercial, com o objetivo de neutralizar os árabes na rota do comércio do Oriente, os mesmos ofereceram resistência mas acabaram neutralizados e dessa forma os portugueses adquiriram forças e modos de penetrar o interior de Moçambique.

A cedência do território moçambicano à colonização portuguesa não se deu de forma tão tranquila assim. Grandes reinos dominaram a região central e austral da África que, segundo Fritzen (2015, p.15) entre estes, o maior e mais poderoso, no século XVI, foi o reino do Monomotapa, com sofisticadas instituições religiosas e ritos que reforçavam o poder do rei. Sob esse sistema, havia o controle das minas de ouro e os produtos agrícolas dos seus súditos e também monopolizava o comércio internacional com os mercadores Suaíli.

A coroa portuguesa agiu decisivamente contra os suaíli e em 1525 obteve o controle de Sofala, estabelecendo um povoado na ilha de Moçambique. Com sua política de expansão, em 1607, os portugueses fizeram um acordo com o monomotapa Gatsi Rusere, tendo a todas as minas de ouro do seu território e estabeleceu a soberania da coroa portuguesa na região. Daí por diante um acordo militar selou a aliança dos portugueses com o reino Malauí estendendo seu poder e consolidando o processo de tomada do território no século XVII.

Destacamos as reflexões de Fritzen,

Porém no final do século XVII em 1692, o rei monomotapa expulsou os portugueses das terras altas do Zimbábue e do interior da região do Zambezi. Enquanto os chefes Chope e Tonga, ao sul da região de Sofala e os Makua na região da ilha de Moçambique, se recusaram a continuar aceitando a soberania portuguesa. Em 1752 Portugal deu à Moçambique a condição de colônia autônoma, pois até esta data, a administração era feita como parte da Índia portuguesa (Goa). (FRITZEN, 2015, pp.16-17)

A colonização portuguesa que ocorreu de forma violenta com imposição ao povo moçambicano, foi buscando apoio nas fragilidades de alguns dos naturais da terra, que para se livrarem de determinados opositores se uniram à colonização e suas formas de atuar. Fritzen (2015, p.18) fala que com a *Conferência de Berlim*, a pacificação e o controle efetivo de Moçambique foi uma das exigências das potências coloniais para que o continuasse colônia de Portugal. A primeira e principal ação portuguesa para se manter no território e o dominar foi desestabilizar a soberania dos povos que o ocupava, sendo a reação dos mesmos as mais diversas, enquanto parte da comunidade dos Tongas de Inhambane, colaboraram na administração portuguesa, para assim livrar-se da opressão dos guerreiros Gaza. A grande maioria manteve-se armada e confrontando a ocupação portuguesa.

Fritzen (2015, p.23) relata que após a conquista do Reino de Giza (1895-97), Portugal começou a ocupar o território moçambicano e implementou várias ações para esse fim. Além de tomar posse do território, implementou o controle da população através da implantação da economia e sua monetarização: impostos, consumo e processos de trabalho como a migração para a África do Sul.

O colonialismo estabeleceu-se numa relação de soberania e imposição da cultura portuguesa e a separação de classes, ou seja, o indígena seria monitorado, assimilado e escravizado em diversos momentos da colonização. Tal prática reforçou o projeto de aniquilamento do outro e uma usura legitimada pelo poder dos impérios que lhes roubavam desde o território, cultura. Impuseram uma verdade única e numa perspectiva e missão civilizatória dos povos do Oriente. Retomamos as considerações de José Luís Cabaço (2007,p.38) que aponta as relações na sociedade colonial em África como algo bem demarcado, não só preto e branco, indígena e colonizador, mas também civilizado e primitivo, tradicional e moderno, cultura, usos, costumes, oralidade e escrita, sociedade com história e sociedade sem história, superstição e religião ,regime jurídico europeu e direito consuetudinário, valores em que uns se apresentam como a negação dos outros e já sabemos quem se mostra superior como modelo civilizatório para os que foram violentados no processo colonizador.

Refletimos sobre a colonização portuguesa em Moçambique como um dano a essa sociedade à medida que a violência que preside ao arranjo do mundo colonial parafraseando Frantz Fanon (2005,p.57) usurpou de forma incansável a partir de práticas de destruição das formas sociais indígenas demolindo sem restrições as referências da economia, aparência, indumentária como forma mesmo de apagamento do outro, uma das práticas da indústria da colonização, ato violento que exerceria sobre os povos colonizados danos irreparáveis nos códigos da vida e da sua cultura.

1.3 OS COLONIALISMOS E SUAS FORMAS DE MANIPULAÇÃO NAS NAÇÕES E EM ÁFRICA

O termo *colonialismo*, segundo Ella Shohat (2006, p.41-42) é o etnocentrismo armado, institucionalizado e globalizado. Este processo teve início em expansões internas na Europa com as Cruzadas, a invasão inglesa na Irlanda, a reconquista espanhola e deu um salto gigantesco com as viagens de descobrimento e com a instituição do escravismo atingindo seu apogeu com o imperialismo da virada do século, vindo esta situação a sofrer sua decadência com a desintegração dos impérios após a Segunda Guerra Mundial. Algumas de suas principais consequências foram a expropriação dos territórios em escala maciça, destruição dos povos e culturas locais, a transformação de africanos e índios em escravos; a colonização da África e da Ásia e ascensão do racismo não apenas nos territórios colonizados como também dentro da própria Europa.

O colonialismo impôs aos povos colonizados hábitos e modos de operacionalizar, desde as situações mais simples de seu cotidiano a questões ligadas ao comércio e à economia local. Essa posição de dividir e cindir a sociedade que passou por esse processo colocava o colonizador como aquele que traria uma benéfica prática civilizatória e à medida que não considerava os líderes locais e suas formas de organização e se acenava para a cultura local, era para se misturar ou hibridizar-se e disso tirar proveito em benefício da colônia e dos impérios que orquestravam e manipulavam a máquina da colonização e expansão de seu poderio nos territórios conquistados.

No colonialismo havia uma descrença na figura do oriental e isso se traduzia nas diversas opiniões dos que tratavam do assunto colonizar na teoria e na prática:

É verdade que se debatia sobre a forma de governar as colônias, e discutia-se se deveriam abrir mão de algumas delas. Mas ninguém com alguma capacidade de influir na política ou no debate público contestava a superioridade básica do homem branco europeu, que sempre devia manter

tal primazia. Declarações como “o hindu é intrinsecamente desleal e não tem coragem moral” eram fórmulas das quais pouquíssimas pessoas, menos ainda os governadores de Bengala, discordavam; da mesma forma, ao conceber sua obra, um historiador da Índia, como sir H.M. Elliot, conferiu um papel crucial à ideia de barbárie indiana. O clima e a geografia determinavam certos traços de caráter do indiano; os orientais, segundo Lord Cromer, um de seus governantes mais temíveis, não conseguiam aprender a andar nas calçadas, não sabiam dizer a verdade, não eram capazes de usar a lógica; o nativo da Malásia era essencialmente preguiçoso, assim como o europeu setentrional era essencialmente ativo e cheio de iniciativa. (SAID, 2011, p.245)

A forma como o oriental é descrito, enaltece o papel do europeu civilizador, exemplo de uma cultura que se sobressai das demais e tal imagem é também repassada na historiografia, na literatura de ficção, nas artes e em geral nas manifestações da cultura ocidental que por via de uma verdade absoluta e colonizadora cria e repassa a história da maneira que lhe convém no seu projeto de expansão e implementação dos ideais do império tendo como ambiente disseminador dessas vertentes a colônia, ambiente em que se estabelece esse poder, a partir da invasão e ressignificação do cotidiano dos povos colonizados e da quebra dos códigos culturais e imposição de leis civis e ordenamentos para que o poder do colonizador não fosse questionado. Sobre o termo “Império” utilizamos o que propõe Hardt e Negri (2003, p.116) ao dizer que o conceito de Império é crucial para definir o ordenamento global temporário.

A expressão “Império” faz referência sobretudo, à nova forma de dominação que veio após a soberania do Estado-nação, uma forma ilimitada de soberania que excede e não conhece fronteiras ou só considera as fronteiras flexíveis e móveis. Nesse sentido, destacamos as considerações de Francisco Noa ao falar sobre Moçambique como invenção literária:

Em síntese, e em face das diferentes posições que temos aqui cotejado, a colonialidade literária significa, no essencial; reação do europeu perante um meio e seres que lhe são estranhos; sobreposição de um ponto de vista eurocêntrico; escrita cujos autores não abdicam da sua identidade cultural;

instituição de relações de poder dominadores/dominados; expressão de um relativismo cultural pendularmente etnocêntrico e limitação da capacidade interpretativa do Ocidente. (NOA, 2009, p. 49)

A interpretação e criação literárias na perspectiva do olhar colonial não poderiam dar conta das representações da arte e da cultura de Moçambique e de África. Francisco Noa (2002) reflete que o adjetivo colonial será provavelmente, uma das palavras mais carregadas de sentido(s), pois implica um triplo horizonte: do colonizado, do colonizador e do que resulta desse cruzamento entre ambos e se mostra como síntese. Noa destaca ainda que a situação colonial representa uma verdadeira armadilha histórica da qual nem uns nem outros saíram incólumes.

A colonização como projeto da modernidade e globalizante na sua estrutura, não reconhece e nem respeita as fronteiras. Dilata sua ocupação numa prática de aniquilamento dos espaços e das culturas por onde caminha e se estabelece impondo-se como missão civilizatória que se traduz em violência e violação dos códigos civis, culturais e religiosos que compõem qualquer país em sua essência e identidades.

Noa (2002, p.53) sobre a colonização da África, comenta que na metade do século XIX assiste-se à retomada do movimento ocupacionista no sentido de criar uma administração colonial e tal movimento será selado com a *Conferência de Berlim* e a partilha da África entre as potências europeias. No entanto, Portugal em função de novas circunstâncias redefiniu sua política colonial em relação a Moçambique com algumas medidas como a introdução da tarifa colonial, em 1892, a alienação de grande parte de Moçambique às companhias concessionárias, os acordos laborais com a África do Sul, nova legislação sobre a terra, os impostos, e a mão-de-obra, a lei laboral de 1899, onde entre outras coisas, reconhecia-se a existência de duas classes de cidadãos: indígenas e não-indígenas. Esta distinção será uma das especificidades da colonização portuguesa em Moçambique esta que acabará por ser recriada pela literatura colonial.

A indústria da colonização era bem pensada e articulada para que a empresa desse certo:

Será, portanto, com o advento do Estado Novo, em 1926, que a política colonial- que só se fará sentir, de modo efectivo, em África a partir da década de 30 – fica traçada em definitivo. Numa leitura atenta deste período, Manuel Ferreira afirma que, com a implantação do Estado Novo, se iniciou um frenético movimento propagandístico, cultural e ideológico (literatura, cinema, jornais, revistas, jornadas, semanas, slogans, de glorificação do regime, programas escolares, congressos e exposições coloniais, prêmios da literatura colonial, paradas militares, viagens presidenciais ao Ultramar, criação da Agência-Geral das Colônias, da Junta de Investigação Ultramar), numa impressionante e desmedida pirotecnia colonial do Governo em que nada e ninguém escapava a este vendaval da impunidade imperial. (NOA, 2002, pp.53-54)

Os termos “colonial e pós-colonial” acabam informando como se construiu a sociedade moçambicana a partir da penetração do império com seu projeto de expansão e dominação. Sobre o termo Pós-colonial, acatamos os posicionamentos de Ana Mafalda Leite, quando refere:

O termo *Pós-colonialismo* pode entender-se como incluindo todas as estratégias discursivas e performativas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial, incluindo, obviamente, a época colonial; o termo é passível de englobar além dos escritos provenientes das ex-colônias da Europa, o conjunto de práticas discursivas, em que predomina a resistência às ideologias colonialistas, implicando em um alargamento do *corpus*, capaz de incluir outra textualidade que não apenas das literaturas emergentes, como o caso dos textos literários da ex-metrópole, reveladores de sentidos críticos sobre o colonialismo. (LEITE, 2013, p.11)

E ao discorrer sobre o pós-colonial em África é de forma muito próxima da temática que continua a falar no plural, nas ex-colônias que viveram o período da colonização portuguesa:

África, refiro-me às ex-colônias, pesa na memória portuguesa com alguma violência, particularmente experimentada nos últimos quinze anos, em que a guerra colonial antecedeu as independências. Parece haver uma quase necessidade de esquecimento da carga demasiada pesada que o processo imperial arrastou consigo. O passado tende, por vezes, a ser olhado ou com algum desconhecimento – a memória é curta, e certas memórias são para esquecer – ou com uma visão mais ou menos maniqueísta, que considera apenas o sentimento de uma certa culpabilidade, e o necessário investimento de remissão dessa culpa histórica. Entre o culpado, que personifica a imagem do colono, e a vítima, que encena o colonizado, haverá certamente um lugar mais distanciado e, provavelmente, mais neutro de encarar os fatos da história e da literatura. (LEITE, 2013, p.11)

O processo de colonização em Moçambique irá alargar-se por anos, de forma que se impõe a língua, a cultura e o cristianismo em parte do território moçambicano levando em consideração que havia o Islã ao norte de Moçambique e as línguas nativas, sendo características que se percebe por todo o território em que o colonizador foi deixando presença imposta. O mecanismo de imposição da cultura portuguesa foi se alargando ao longo do território moçambicano e isso como uma política de expansão do império e impingiu também como processo cultural uma literatura colonial baseada nos feitos grandiosos do “povo civilizador” uma narrativa baseada em valores eurocêntricos e calcada na figura do autóctone como ser primitivo e portador de uma paisagem e cotidiano que exprimiam o exotismo africano tão propalado pelo europeus em suas convicções e traduções limitadas do povo de África.

Em se tratando da ruptura com o pensamento colonial, Jean Pierre Chauvin (2015) diz que Anticolonialismo é uma palavra de sentido abrangente e com muitas acepções que consiste em um misto de sentimentos, reflexões, posturas e atitudes que envolvem os indivíduos interessados em estudar, relativizar, questionar e principalmente resistir ao estatuto colonial, levando em consideração determinados contextos e territórios: estados, países, nações, tribos e povos inseridos e localizados historicamente e espacialmente. Anticolonialismo aqui ocorre como uma postura crítica e

teórica que refuta a presença e imposição dos impérios aos continentes e povos que usurpados em sua cultura e sistema político se insurgem em movimentos, organizações e maneiras diversas de enfrentar o colonialismo. A esse modo de pensar retomamos a presença e fala sempre oportuna de Edward Said com suas obras *Orientalismo* (2003) e *Cultura e Imperialismo* (2011) que discutem de forma pontual os problemas referentes à colonização e a necessidade de um pensamento que se oponha aos desmandos e política de segregação dos impérios.

Ella Shohat (2006) convoca-nos a entender:

Embora o controle colonial tenha praticamente chegado ao fim, grande parte do mundo permanece sob a égide de um neocolonialismo; ou seja, uma conjuntura na qual o controle político e militar deu lugar a formas de controle abstratas, indiretas, em geral de natureza econômica, que dependem de uma forte aliança entre o capital estrangeiro e as elites locais. Em parte, como resultado do colonialismo, o cenário global contemporâneo foi dominado por um conjunto de poderosos estados – nações, compostos basicamente pela Europa Ocidental, pelos Estados Unidos e pelo Japão. Tal dominação é econômica(o grupo dos Sete, o FMI, o Banco Mundial, o GATT); a política(os cinco membros com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU); (a nova OTAN unipolar); assim como o técnico e cultural (Hollywood, UPI, Reuters, France Press, CNN). A dominação neocolonial é reforçada por meio de termos de contrato degradantes e “programas de austeridade” através dos quais o Banco Mundial e o FMI, muitas vezes com o apoio das elites locais, impõem regras que os países de Terceiro Mundo jamais tolerariam. Os efeitos do neocolonialismo têm sido: pobreza generalizada (mesmo em países ricos em recursos naturais); fome crescente (mesmo em países outrora autosuficientes); paralisantes dívidas externas; abertura de recursos locais para os interesses do capital estrangeiro; e, em muitos casos, opressão política interna. (p.42-43)

Reler a história da colonização e a queda dos impérios na virada do século XX pode nos oferecer uma interpretação de que tais poderes e modos de opressão tenham cessado suas maneiras de operar e se perpetuar com as lutas e surgimento das nações pós-coloniais. Mas, o neocolonialismo se abre e se ressignifica com a sutileza de novas formas organizacionais de Biopoder,

dominação, violência, guerras, totalitarismos que se movem nas velhas estruturas econômicas de poder e financiamento da máquina de dominação no mundo. Shohat (2006) nos ajuda a compreender esse termo político “Terceiro Mundo”, sua definição surge de maneira lógica da presente discussão sobre colonialismo e racismo, pois no Terceiro Mundo é composto pelas nações e minorias colonizadas, neocolonizadas ou descolonizadas em que cujas desvantagens estruturais foram formadas pelo processo colonial e também por uma divisão internacional do trabalho injusta.

O termo “Terceiro Mundo”, cunhado pelo demógrafo francês Alfred Sauvy nos anos 50 em alusão e analogia ao terceiro estado da França revolucionária – ou seja, o povo em contraste com a nobreza (primeiro estado) e ao clero (segundo estado). Segundo Ella Shohat esse termo também pressupõe três mundos: Primeiro Mundo capitalista (Europa, Estados Unidos, Austrália e Japão), o Segundo Mundo do bloco comunista (a China foi motivo de debate por se inserir nesse termo), e o Terceiro Mundo propriamente dito tem mais a ver com uma prolongada dominação estrutural do que com categorias econômicas; os pobres de desenvolvimento, os atrasados raciais, os não-brancos, ou geográficas o Oriente, o Sul.

Esses posicionamentos ainda se evidenciam em algumas nações pós-coloniais. Por isso a necessidade de um pensamento e um olhar que desconstrua tais concepções e ideias consolidadas pelo colonialismo. A literatura de João Paulo Borges Coelho, seja em *Campo de Trânsito* (2007) e nas suas outras obras nos mostra esse mundo caótico de ideias ainda coloniais e neocoloniais na fala e posicionamento dos seus narradores e personagens que narram justamente esse mundo que ainda se descoloniza. Ingenuidade crítica acreditar que a descolonização é um marco temporal, e que Moçambique após 1975 já se constrói como uma nação nova, de homens novos e hábitos que caracterizem as posições de um governo que insiste na morte da tribo e no nascimento da nação. Há muitos caminhos, discursos, emblemas e ordens que resvalam e fazem o colonial surgir em alguns hábitos tais como a construção dos campos ditos de reeducação e no afastamento e na “limpeza” dos que não se achavam na medida e perspectiva do governo em voga após a independência.

Passamos a ler os romances de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, com olhar e intenção pós-colonial. O personagem-narrador, Mungau, em conversa com o Diretor do campo de trânsito, passa a colaborar com a rotina do campo. Sua posição agora de detido e preso, passa a colaborar com os mandos e desmandos do governo independente de Moçambique:

“Por outro lado, esperamos que tenha entendido a intenção do nosso gesto quando lhe oferecemos a colher. Foi um gesto de simpatia, tivemos em conta as dificuldades por que passa quem chega pela primeira vez a este Campo. Mas foi também uma mensagem! Esperamos que a tenha entendido.”

“Claro excelência”.

(...)

Muito bem, muito bem, Ficámos, digamos assim, com um certo crédito. Um crédito que você evidentemente saldará quando fizer o trabalho que estamos em vias de lhe propor. Se o trabalho for concluído com sucesso você ficará, claro, em boa posição de receber novas propostas de trabalhos e, por conseguinte, habilitado a receber novas recompensas: pequenos objetos que aqui são tão necessários, um novo estatuto até. (BORGES COELHO, 2007, p. 82)

Os arranjos começam a serem feitos no *Campo de trânsito*(2007). Ao receber a colher, o prisioneiro passa a pertencer a uma outra categoria, e achega-se ao poder que comanda o campo. Mesmo o Bexigoso não lhe sendo simpático, o Diretor daquele espaço o chama em sua sala para lhe propor um trabalho e recompensas, até mesmo mudança no estatuto. Essa condição que Mungau assume na narrativa é fundamental para o andamento da mesma. Como narrador – personagem, ele passa como uma lente da história. Aquele que prisioneiro do campo de reeducação poderá a partir de uma negociação com o Diretor adentrar os recônditos do regime e dessa forma pode narrar com mais propriedade a história dos banidos no Moçambique pós-independência. Borges Coelho traz esse olhar ficcional numa narrativa pós-colonial de forma a imbricarem-se num jogo de vozes e performances narrativas personagem-narrador e enredo, para que assim venha a história via ficção de maneira e inserir o leitor no contexto que a obra explora.

A conversa entre o Diretor do campo de trânsito e Mungau evolui:

O Director entra finalmente no essencial.

Como se sabe (os prisioneiros arranjam sempre maneiras de saber das coisas...), estivemos recentemente nos dois outros campos que aqui temos, o Antigo e o Novo. Visita de rotina a que nos vemos obrigados pelo menos uma vez por ano, antes do inverno. O que nos leva lá é esta preocupação que temos, e da qual não conseguimos nos libertar, de nos certificarmos de que tudo segue como conforme o previsto, sem sobressaltos, antes que chegue o inverno para obrigar a que coisas se suspendam. Acontece que desta vez estivemos longe de nos sentirmos satisfeitos com o que vimos. Evidentemente que fomos bem recebidos (não seria de esperar outra coisa depois de todo o esforço que fizemos!), com paradas de guardas, inspeção aos prisioneiros e tudo o mais. Mas ficou-nos uma difusa sensação que nos deixou preocupados. Talvez no modo como subordinantes e subordinados trocavam olhares, não sabemos ao certo(...) (BORGES COELHO, 2007, p.82)

Tem-se aquele comportamento que se denomina arranjo pós-colonial. Para sobreviver ao sistema dos campos, Mungau passou a interagir com o Diretor e recebeu instruções para inspecionar o outro campo. Numa síntese do pensamento pós-colonial temos aquele que sofre a violência pelo sistema, mas acaba diluído pelo mesmo. Mungau adentrará os recônditos mais sujos e impregnados do abuso de poder e truculência impostos ali pelos guardas e pela ordem dos que mandam e fazem as leis ao seu modo

1.4 LITERATURAS COLONIAL E PÓS – COLONIAL EM MOÇAMBIQUE E REPRESENTAÇÕES

A literatura como uma das representações da cultura e costumes de um povo, traz em suas manifestações a caracterização e a tradução das histórias e vivências de uma comunidade. Seja na poesia ou na prosa, as intenções do autor não se sobrepõe às maneiras e modos de conduzir a sociedade a que pertence tal literatura. Em se tratando da literatura colonial em Moçambique, nosso intento é discutir a partir das intersecções que se

entrelaçam no espaço colonizado/colonial/ e quais as formas de expressão artística e literária observadas nesse local, por quem é feita essa literatura e quais os motivos composicionais a alimentam. Francisco Noa, ao discutir a literatura colonial, enfatiza:

Em síntese, e em face das diferentes posições que temos aqui cotejado, a colonialidade literária significa, no essencial: reação do europeu perante um meio e seres que lhes são estranhos; sobreposição de um ponto de vista eurocêntrico; escrita cujos autores não abdicam da sua identidade cultural; instituições de relações de poder dominadores/dominados; expressão de um relativismo cultural pendularmente eurocêntrico e limitação da capacidade interpretativa do Ocidente. (NOA, 2002, p.49)

Consoante a colonização portuguesa a necessidade de expandir o império e suas formas culturais e estéticas, a implementação de uma escrita colonial é uma empresa que positiva todas as ações do colonizador, a sua religião e maneiras ocidentais de vestir, comer e portar-se em sociedade levando ao tecido e composição literária a imagem do africano como selvagem e primitivo, sensual, pouco dado a conversação e de um comportamento a ser domado e civilizado isso no tocante aos tipos e situações que pendulam a narrativa colonial.

É importante refletir que tais posicionamentos na empresa colonial têm por objetivo mesmo também mostrar o Ocidente como “espaço civilizado” e exemplo para todos os povos. Noa (2002,p.55) enfatiza que vocábulos como “selvagem”, “mato” e “primitivo” são reveladores da ação civilizadora, e leia-se colonizadora, como um ato providencial sendo assim um discurso essencialmente apresentado como autojustificativo.Noa alude que a literatura colonial pode ser vista em geral, como tributária, tendo em atenção todo o percurso histórico da mesma como um circunstancialismo: literário no que se refere às narrativas de viagens já referidas e político ideológico em função da ocupação no século XIX e que terá com o movimento que lançou e consagrou Salazar em Portugal. Muitas das obras irão denotar o ideário colonialista em seus conteúdos rudimentares a exemplos dos romances de Eduardo Correia

de Matos e de Rodrigues Júnior, este último, sendo um dos mais panfletários e prolíferos do regime.

Dessa forma, a influência da posição e imposição do colonizador literato e versado em todas as ciências possíveis e imagináveis, tornava o espaço colonizado refratário da visão simplista e equivocada acerca da cultura e costumes dos povos africanos. Com esse intento, a literatura colonial não pode ser vista apenas como um período literário que representa tão somente um momento da história da colonização portuguesa no sentido de um traçar cronológico, um demarcar que aqui começa e dessa forma termina.

A literatura colonial é também parte do projeto ultramarino, imperialista e colonizador no sentido de mostrar ao resto do mundo os “feitos heróicos da nação lusitana” e a depreciação do Oriente como lugar exótico tão somente, e que abriga as “raças inferiores”, discursos propalados por Hegel e outros que reinventam o Oriente de acordo com os seus interesses, e de expandir a Europa através das viagens marítimas, dominar o mundo através do comércio que irá se apresentar adiante não só a troca e venda de mercadorias, mas também o tráfico humano que está também inserido na pauta e mapa das colonizações.

Já o caminho que o faz a Literatura Pós-colonial é contrário a proposta daquilo que se conhece por textos literários que trazem ao centro a literatura do Império.

É importante reafirmar que o marco dos Estudos Pós-coloniais se efetiva a partir da obra de Edward Said, *Cultura e Imperialismo*. Suas reflexões tomam o termo “Imperialismo” para explicar a prática dos impérios dominantes com a colonização e implantação do colonialismo como prática de imposição e anulamento das culturas a partir da imposição do centro metropolitano à colônia.

As diversas formas de registros historiográficos, literários e outros, sempre trouxeram ao mundo a ideia de primitivismo, atraso e nenhuma capacidade intelectual dos habitantes dos espaços colonizados. Isso foi motivação para a manutenção da colonização em África e seus povos

causando-lhes danos irreparáveis ao longo dos séculos. E não podemos deixar de verificar que no movimento expansionista e colonizador, Os tais discursos de uma África perdida na barbárie a carecer de “civilidade e fé”, permitiu e orquestrou uma literatura que passeou o restante do mundo espalhando essa ideia de que o Ocidente civilizado deveria impor o Oriente à sua vontade, cultura e modos de ser.

Fornos (2013, p.5) sobre os sujeitos pós-coloniais, afirma que:

Com a presença dos sujeitos pós-coloniais, efeito de expansão global do capital, fruto do processo de colonização e das lutas de independência nacionais, em como das guerras étnico-civis em países do chamado Terceiro Mundo, os estudos de literatura recebem um novo impulso. A crítica pós-colonial dá testemunho disso ao indagar acerca das diferenças culturais e dos processos de hibridização como fator epistêmico na compreensão das nações e comunidades. Uma nova dinâmica disciplinar ocorre ao se inserir em sua matéria metodológica tais categorias, acrescidas, ainda, das noções de viagem, diáspora, exílio e migração.

São os sujeitos pós-coloniais que escrevem a literatura de caráter anticolonialista e trazem ao centro as discussões que por longos anos ficaram à margem. Autores como os moçambicanos João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa em suas construções ficcionais apontam para novas e velhas cartografias. Os espaços coloniais e pós-coloniais estão muito próximos à medida em que se discutem as guerras coloniais, a descolonização, os resquícios da colonização ainda presentes e combatidos a partir da construção do homem novo moçambicano, das rasuras da história dos banidos para os campos, as tensões do pós-colonial como um discurso recente que abriga ambivalências/ identidades/ressignificação de poderes, troca de lugares por figuras do poder e suas faces diferentes a cada contexto que esse ou aquele sistema cai em desuso e outro passa a vigorar e tudo isso imerso em construções que não podem e não darão conta do uno e diverso Moçambique.

Ana Mafalda Leite (2012, p.37-38) esclarece:

A leitura de um texto de literatura africana torna-se assim, um lugar de múltiplas filtragens, desfigurações e reconfigurações. Se a escrita é uma prática social, com uma função social, em precisa, em África, herança que subjaz, parcialmente da oratura, sugere a possibilidade de que, também, o sentido seja uma construção social, caracterizada pela participação do escritor e do leitor no acontecimento do discurso. No entanto, a diferença que o registro do texto africano arrasta consigo passa por essa relação autor/leitor; a prática de leitura, no ocidente, da textualidade africana de língua portuguesa, dialoga a partir de dois lugares diferentes, o lugar da enunciação cultura/nacional de quem escreve, e o lugar daquele que lê. A construção do sentido assemelha-se porventura a um acto de tradução; é como que interrompida por um descontínuo, o texto, legível e estrangeiro, ao mesmo tempo, criando distância e indidibilidade entre os dois polos. O mesmo se passa com o autor/leitor africano, que ao confrontar-se com a textualidade ocidental, procede a um acto de tradução parcial, e por isso apropriativa, recriativa e questionante.

São questões como essas apresentadas por Ana Mafalda Leite em *Pós-colonialismo, um caminho crítico e teórico* (2012) que podem traçar caminhos para que entendamos os textos pós-coloniais. São olhares e configurações diferenciadas. Na ficção de João Paulo Borges Coelho, seja em *Campo de Trânsito* (2007) e outras obras temos um forte indício desses discursos entrecruzados e um certo descontentamento com o seu país Moçambique nos tempos atuais.

Não vemos em João Paulo Borges Coelho o discurso de mão única e de ovação ao nacionalismo africano/Moçambicano. Temos em *Campo de Trânsito* esse olhar pós-colonial, um olhar que vai se espalhando e recolhendo-se nos recônditos da história local que oferece via ficção uma outra face ou outras faces da história de Moçambique no pós-independência; como uma narrativa que se intitula *Campo de Trânsito* e a partir do enredo vai situando o leitor moçambicano ou estrangeiro de língua portuguesa ou não, em fatos, situações e histórias de maneira a dizer que no seu país houve esse segregar e violar de vidas e que isso não foi algo que ocorreu de forma isolada e sim de maneira pensada e arquitetada pela

conjuntura social e política daquele momento da história de Moçambique. Tal condução dos fatos via ficção é um ato de criação e recriação da história e caracteriza também a escrita pós-colonial.

Por isso, os textos pós-coloniais estão no outro lado da margem do rio, em território alheio, apesar de uma ponte imaginária, que é a língua, nos unir. A ponte é a metáfora infinita e nunca mais acaba, pois, quanto mais andamos, mais longe ficamos, pois tal ponte é ilusória e assim torna-se impossível caminhar sobre a água, a mesma nos escapa sempre, muito ou pouco, assim como a outra margem como diz Leite (2012) finalizando seu ensaio.

A ponte como construção que liga e une, mas também separa, exila, perde, encontra e desencontra é metáfora utilizada por João Paulo Borges Coelho para apresentar Moçambique aos seus leitores. É um convite, uma provocação ao leitor de sua ficção que necessariamente há de situar-se em tempos e com que modos Borges Coelho escreve e inscreve sua literatura:

Para entrar em Moçambique é necessário atravessar a ponte. Ponte estreita, metálica, quase infinita, que nos leva da terra firme para o outro lado. Como sempre, há a versão daqueles que olham a ilha com estranheza e a dos outros, que a consideram o centro do mundo, e ao outro lado o mato. De qualquer maneira, sendo ou não como cada um diz, é na ponte que reside todo o mistério pois que, unindo, ela traz a lembrança à separação. Sem ponte seria um mundo à parte, com ela transformou-se a Ilha numa ilha, num espaço fechado onde só pela ponte se entra ou sai. Como em todas as ilhas os habitantes são inquietos, olhando o continente com desdém, outras vezes como se o desejasse, todavia, a alcançá-lo. (BORGES COELHO, 2005, p.13)

Esse fragmento do conto *O pano encantado*, do livro de contos, *Setentrião* (2005) de João Paulo Borges Coelho, permite uma visão de quem adentra Moçambique, seja como visitante ou pela ficção, o que nos aguarda é esse campo histórico das incertezas e diversas formas de narrar os fatos. Seja na colonização ou descolonização, há que considerar todos os personagens e feitos da história moçambicana. Borges Coelho em sua ficção

não mostra a céu aberto os fatos de forma sequenciais e cronologicamente organizados: o autor vai sugerindo e mostrando as pistas da história de Moçambique seja pela ponte que permite o acesso e também pode negá-lo dependendo da capacidade de sairmos da opacidade e ler a sua ficção respeitando os liames dos fatos e modos de conduzir o leitor em perspectiva pós-colonial a adentrar os temas que são afeitos à sua ficção.

É fundamental que percebamos a ficção que se elabora a partir de um ou mais discursos, que trazem a representação desse mesmo espaço, antes apenas visibilizado pelo olhar e escritura de valorização da cultura ocidental e do colonizador e agora visto, reescrito e visibilizado por autores que demonstram uma reinvenção literária com vistas à valorização dos costumes, culturas, lugares e pessoas que antes não figuravam como retratos do seu país e se eram ficcionalizados. Eram de fato a parecerem “inferiores” culturalmente e fortemente marcados como ideia de atrasos e necessitados do apoio e instrução do colonizador.

Maria Paula Menezes, em *Nação e Narrativas Pós-coloniais: interrogações em torno dos processos identitários em Moçambique* (2012, p.319) é incisiva ao dizer que a descolonização é muito mais do que a mera transição para a independência, ou a transferência e mudança de poderes. Exige a análise das lutas, compromissos, promessas e também o repensar dos conceitos fundamentais que ligavam espaços e tempos. Dessa forma, é fundamental entender que não é uma via de mão única ou uma seta unidirecional.

Os temas da memória são revisitados na Literatura Pós-colonial. Em Moçambique, a luta pela libertação estará sempre presente na produção dessa nova ficção. É ponto de partida e reflexão a luta e independência, assim como os anos em que essa nova nação se ergue às custas dos que eram simpáticos ao novo sistema e também pelas vidas que não foram respeitadas como no caso do que investigamos como Tese, os campos de reeducação no pós-independência via ficção em João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, autores moçambicanos que apresentam a escrita Pós-colonial não apenas em contexto cronológico(fim da colonização e libertação de Moçambique),mas por tratar de maneira particular e diferenciada

o país recém-liberto de modo a ouvir e ficcionalizar as vozes silenciadas daqueles que tiveram seus direitos civis violados. Nesse contexto, Menezes (2012) convoca a pensar que:

A ligação entre a literatura, a nação e a língua é ela própria geradora de dinâmicas conflituais, que devem ser analisados em detalhe: o debate entre autenticidade e exotismo, entre português de Moçambique e língua portuguesa, entre outros. A literatura está profundamente envolvida nos debates pós-coloniais, pois que os estudos pós-coloniais se têm vindo a projectar com uma dupla valência: reconstroem o objecto literário historicizando-o, substituindo-o numa narrativa que procura ter em atenção a relação entre império e colônia.

A relação entre império e colônia estará sempre sendo revisitada na ficção pós-colonial. A relação se dá pela memória social e coletiva daquilo que se vivenciou, da memória imposta pelo regime colonial que traz ao escritor de literatura pós-colonial tecido para a sua construção e pela elaboração de um pensamento que instiga, contradiz e se impõe à medida em que esses espaços ficcionais podem se permitir a uma outra forma narrativa que ao trazer um novo representante de um mundo que se descoloniza, seja também capaz de dialogar com o passado colonial, esse estará sempre como uma situação e vivência que não macula a nova ficção pós-colonial, mas é problematizadora e instigante na composição de diálogos, personagens e lugares que olhem para a história com um olhar que não se subalterniza (SPIVAK, 2010), espreitando caminhos e práticas sociais de forma a revelar de fato uma ligação persistente e comprometida com uma ficção que perturbe o olhar e passado colonial na perspectiva de que o mesmo não se repita e que tenha visibilidade a construção discursiva que se inscreve e escreve em língua portuguesa que mesmo sendo o idioma do colonizador é reinventada na tradição e torna-se instrumento para os novos dizeres no mundo que se descoloniza.

Consideramos o pensamento de Menezes (2012), quando afirma que o pós-colonial funciona também como um idioma crítico que procura refletir

sobre os processos de descolonização, nos lugares gerados pela violência do encontro colonial. A autora reitera que de forma mais ampla, os estudos pós-coloniais insistem nas articulações, imbricações e interligações entre as várias representações do tempo e do espaço.

CAPÍTULO 2

CAMPOS DE REEDUCAÇÃO OU CAMPOS DE PRISIONEIRO? OS EXCESSOS DE UM GOVERNO INDEPENDENTE

A Literatura é soberana no sentido mais essencial, e a finalidade da ficção é abrir espaço de uma história que através da leitura possamos contar a nós próprios.

(João Paulo Borges Coelho, em Entrevista à Via Atlântica, por Rita Chaves).

Adentrar a temática *campo de concentração* se faz necessário, para que possamos persistir na busca do entendimento de como e com que funções se efetivaram os *campos ditos de reeducação* no Moçambique pós-independência.

Os sinais para os quais nos movemos nessa tese em um primeiro momento (temos também a intenção de visitar a obra *Entre Memórias Silenciadas*, de Ungulani Ba Ka Khosa, principalmente a partir das leituras da Obra literária *Campo de Trânsito*(2007) de João Paulo Borges Coelho, autor moçambicano que a partir da construção dos personagens da referida obra, permite conhecer através do ficcional essa parte da história de Moçambique, após o período colonial entre os anos de 1974/1980 fins da colonização portuguesa e início do governo de Samora Moisés Machel.

Um dos romances corpus da Tese, *Campo de Trânsito*(2013), foi publicado em 2007 pela Editorial Caminho em Lisboa/Portugal e relata a história de J. Mungau, um civil que é transportado para os campos sem de fato compreender o que se passa e os motivos de sua prisão e confinamento. Sendo ele, J. Mungau retirado de seu apartamento numa madrugada sob pressão do estado socialista moçambicano, de “cidadão livre” passa a ser um prisioneiro do Estado numa violação dos seus direitos civis. Numa espécie de sequestro é encaminhado para fora da sociedade em que vive, sendo dessa forma, confinado em um espaço de apagamento das vontades e diluição das identidades, para que a partir do trabalho forçado e esquecimento da vida em

sociedades anteriores, possa dar a sua contribuição na formação do Estado novo:

As pancadas são agora um martelar agudo que lhe fura os tímpanos. Três de cada vez.
 Já vou! Já vou! Resmunga, entredentes, enquanto se arrasta pelo corredor para abrir a porta.
 Novo alerta, nova hesitação. Ele do lado de cá com as suas dores de estômago e a cabeça explodindo. (...)
 J. Mungau?
 Sim sou eu, responde.
 Estás detido!
 Só a um deles- o que falou-parece conhecer vagamente, dos bares ou porque tem uma figura fora do comum. Aos outros dois nunca viu.
 Fica a olhar para eles, desperto agora por inteiro, e eles para ele. Deram-lhe o tempo de acordar, dão-lhe agora o tempo de absorver a notícia.
 Por ordem de quem?
 Vá, vai vestir-te se não queres acompanhar-nos nesse estado, diz o que falou que parece ser quem ali manda.
 (BORGES COELHO, 2007, p.10)

Neste excerto temos o momento em que J. Mungau é preso pelo governo pós-independência moçambicano e sem compreender o motivo dessa invasão ao seu domicílio, recebe ordens para seguir com os que representam o sistema vigente. Daí por diante o personagem narrador irá numa sequência de fatos apresentar a sua história e a dos outros concidadãos moçambicanos, que terão suas vidas alteradas pela ordem não mais colonial, mas numa perspectiva contemporânea e no Moçambique liberto apresentado através das falas J.Mungau e dos outros prisioneiros, assim como os que promovem os sequestros dos cidadãos daquele país, que a libertação e a liberdade não atingiu a todos, que houve um movimento de divisão e exclusão de alguns da sociedade moçambicana, trazendo graves danos aos que eram recolhidos pelas estradas, cidades e aldeias e levados à força para os ditos “campos de reeducação”.

No capítulo 5 do romance *Campo de trânsito* (2013), vários episódios são narrados com base no cotidiano do campo; desde a questão da alimentação que se baseiam nas papas fumegantes, a aquisição de uma faca por Mungau, às aulas oferecidas no campo pelo professor naquele espaço

guetizado, detalhes que movem o cotidiano do narrador-personagem ao longo da estada nos dois campos pelos quais passa.

Can (2011) enfatiza:

JBPC esquematiza em *CT* uma leitura que é tanto histórica quanto filosófica, evitando, por ente, a fácil dicotomia entre colonizador e colonizado, entre Norte e Sul, entre passado e presente. De resto, não existe nenhuma referência que localize a narrativa num espaço e num tempo preciso. O Campo de Trânsito, espécie de campo de concentração para onde é enviado o jovem Mungau sem qualquer tipo de razão aparente constitui o lugar – final, espaço soberano do absurdo e do moderno.

Persequimos a ideia de que nos campos havia certa “doutrinação ou catequização” das vontades, termo para aludir também ao processo de inversão de valores e imposição de uma única verdade nesse espaço denominado campo de reeducação, armas já conhecidas da Colonização e revisitadas na Pós-colonização e Pós-independência de Moçambique, a partir da retirada de um cidadão moçambicano de sua vida e que passando a conviver como detido e em seguida como prisioneiro sem ao menos mensurar o motivo da sua expulsão violenta da sociedade.

Em *Campo de Trânsito* (2007), a rotina dos prisioneiros é alternada em celas individuais, trabalhos no campo e aulas ministradas aos detidos sobre os conceitos de *singularidades e coletividades*, espécie de ironia e sarcasmo num país que, recém- liberto, impõe aos seus cidadãos uma rotina de retirada da sociedade e confinamento num campo também associado a um campo de concentração.

Nem todos os prisioneiros do campo de trânsito aderem às aulas, pois as mesmas não são obrigatórias. O professor anuncia que o tema da aula nesse dia será a importância da coletividade. O mesmo, sabedor de sua importância naquele espaço por deter o conhecimento, aquele que faz revelações usa seu cargo para sentir-se pleno e pergunta:

Quem quer definir colectividade? Pergunta. Ninguém se atreve a fazê-lo. Olham uns para os outros, cada qual se esconde atrás do anterior não vá o professor reparar nele e pedir-lhe que se levante e tome a palavra. (...) Muito bem, 15.6(és o 15.6, não é verdade?), como nos explicaria o que é colectividade? Mungau levanta-se, clareia a voz e arrisca hesitante: om eu acho que colectividade é um corpo só, um corpo que se resulta de várias singularidades. (...) Recorrendo aos modernos métodos de envolvimento da classe de alunos, o Professor pergunta: Quem quer completar a modesta tentativa do 15.6? (BORGES COELHO, 2007, p.75-76)

O prisioneiro 13.2 colabora com a discussão da aula ao dizer que a singularidade é uma categoria forçosamente limitada. Dessa maneira, uma união simples de singularidade só poderia resultar numa singularidade que mesmo maior, seria ainda limitada. O 13.2 critica a colocação de Mungau ao dizer que faltou a conceituação do mesmo acrescentar o aspecto fundamental que é o da transformação. “Uma colectividade é isso uma união de singularidades transformadas”.

Sendo assim, resta-nos apreciar e refletir sobre como as singularidade de uma nação passam a ser transformadas em colectividades? Seria esse o papel dos campos ditos de reeducação? Doutrinar, forjar e elaborar uma ideia de nação a partir do modelo stalinista?

Os dissidentes do regime em voga no Moçambique socialista deveriam ser doutrinados, afastados da sociedade a partir da vivência nos campos e passando a adotar o modelo erigido e exigido pelo Estado. No romance *Campo de Trânsito* a localização desse espaço não fica claro como afirma Can (2011), mas ao perseguir os rastros da história somos conduzidos a aludir a maneiras perversas de minar e retirar da sociedade a que pertence o indivíduo ou indivíduos que não concordem ou que sugiram algum tipo de posicionamento contrário ao sistema vigente. O professor prossegue com sua catequização das mentalidades:

Muito bem, 13.2. Transformadas! Boa definição de colectividade, diz o Professor. O grave erro em que muitos incorrem é o de manter invariável a singularidade, o de adicionar entidades que não tem um denominador comum. Dizendo isto, o Professor estica um pauzinho de giz de cada mão, para concluir: Está errado, nada há em comum entre um

dedo de uma mão e o dedo da outra! Depois, estica dois pauzinhos de giz da mesma mão e grita: Só assim está certo só assim temos uma coletividade.

Ao pensar sobre os temas “colectividades e singularidades” a partir das considerações feitas pelo professor na aula do campo de trânsito lembramos Stuart Hall (2005) cujas reflexões sobre identidade/identidades numa perspectiva pós-colonial comentando que o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; assim composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não – resolvidas. Correspondentemente, as identidades que já compunham as paisagens sociais lá fora e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as necessidades também objetivas da cultura, entraram em colapso como resultado de mudanças culturais e institucionais.

Nessa mesma condição, Hall (2003) ensina que as identidades são definidas historicamente e não biologicamente. Lembra também que o sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor de um *eu* coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias empurrando em diferentes direções de tal maneira que nossas convicções estão sendo a todo momento e continuamente deslocadas.

Ao analisar as falas e os discursos empreendidos em *Campo de Trânsito*, faz-se mister pensar que o jogo das identidades já tão bem descrito por Stuart Hall, não pode responder apenas por aquele que detém o poder nas rasuras da sociedade pós-colonial. Todos os atores envolvidos nessa encenação política na qual estão todos lançados como num movimento violento podemos perceber através da aula sobre *colectividades e singularidades* uma urgência em impor um único discurso, uma única verdade aos prisioneiros desse espaço. Porém isso torna-se também um recurso de mão dupla pois à medida que se expõe o tema já há uma fragilidade no sistema que não satisfeito em retirar os cidadãos de sua vida e afazeres cotidianos, confina-os e lhes impõe uma rotina de trabalho árduo, alimentação

precária, frio e aquilo que podemos definir como catequização e doutrinação das consciências.

Trazemos à discussão reflexões sobre os campos de concentração nazistas. Sabemos que são sociedades e modos diferentes de operacionalizar o Estado. Porém são formas já ditas e reconhecidas como espaços de morte e apagamento social dos indivíduos. Por isso nesse momento das nossas interpretações fazemos uma intervenção para que se possa acrescentar a nossa pesquisa considerações teóricas e históricas acerca dos campos.

Lucy Miranda do Nascimento (2011, p.28) apresenta que os campos de concentração assim como as prisões, são configurados como espaços extralegais, criados pelo poder com o objetivo de prender os sujeitos considerados uma ameaça ao progresso e a ordem social. Também que os campos nazistas ultrapassaram todos os limites de crueldade já formulados pelo Estado. A pretensão de tais campos não era só punir seus prisioneiros, mas suprimi-los e exterminar o maior número possível, aumentando assim o maior número possível de corpos indesejáveis. Destaca ainda que no campo, a única meta era a morte, a mesma ocorria lentamente, configurando-se numa estratégia de tortura. Era necessário que transparecesse como morte natural, entretanto e na verdade é que inúmeras torturas físicas e psicológicas, foram elaboradas para os aniquilar a passos lentos.

Nascimento (2011) cita como exemplo de torturado, o escritor italiano Primo Levi que sobreviveu aos horrores dos campos. Em *É isto um homem* (1988) ele expõe as torturas e reflexos desmoralizantes que o fragmentou como pessoa. O escritor italiano diz que está no fundo poço, que tem fome desde que chegou a quinze dias. Explica que é a fome crônica que os homens livres desconhecem, que faz sonhar à noite, que fica dentro dos ossos. Assim, Primo Levi narra que empurra vagões, trabalha na chuva, trabalha com a pá, desfalece na chuva, treme no vento, que o seu corpo não mais lhe pertence, membros ressequidos, ventre inchado e que alguns deles (os prisioneiros) têm a pele amarelada, outros cinzenta a ponto de ao passarem quatro dias sem se verem acabam por desconhecem-se.

Reflexões feitas a partir da releitura da história factual, como sedimento que se constitui como chão das vergonhosas ações dos totalitaristas, que priorizaram a barbárie na humanidade, seja nos campos de concentração nazistas ou nos tendenciosos campos ditos de reeducação no Moçambique socialista. As condições nas quais impuseram um cotidiano infecto e desumano aos judeus e a todos aqueles que não cabiam na “higienização” feita por Hitler e seus seguidores, são similares nos campos de reeducação em Moçambique e aparecem também de forma menos “sofisticada” mas com a mesma intenção de segregar e violar a vida, princípio maior que defendemos como bandeira e emblema útil à humanidade e que deveria permear o ideal de qualquer regime político, a esse modo de refletir sobre essas questões convocamos Foucault (1979, p.148) em *Microfísica do poder* ao dizer:

Acho que me distingo tanto da perspectiva marxista quanto da para-marxista. Quanto à primeira, eu não sou dos que tentam delimitar os efeitos de poder ao nível de ideologia. Eu me pergunto se, antes de colocar a questão da ideologia, não seria mais materialista estudar a questão do corpo, dos efeitos do poder sobre ele. Pois o que me incomoda nestas análises que privilegiam a ideologia é que sempre se supõe um sujeito humano, cujo modelo foi fornecido pela filosofia clássica, que seria dotado de uma consciência de que o poder viria a se apoderar.

O controle dos corpos é visto em muitas variantes nas diversas sociedades do mundo. Há mudanças nas maneiras de o operar e o controlar por meio de mecanismos que trazem e instauram a barbárie entre os povos. O que refletimos, é que tanto no período colonial como na descolonização os corpos que não se mostrassem dóceis, como o diz Michel Foucault, seriam assim uma ameaça ao Estado e ao poder em vigência. Em *Microfísica do Poder*, Foucault sobre a Governamentalidade num Curso do Collège de France em 1 de fevereiro de 1978, discorre sobre as diversas questões do Estado e as maneiras de controle da população e sobre o poder disciplinar diz:

Mas nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população. E gerir não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente à nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade de, minuciosamente, no detalhe. A ideia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais.

O espaço disciplinar tem essa mesma função. O poder vigilante e ditatorial para manter-se, vale-se dos instrumentos mais cruéis e coercitivos. Ao olho da disciplina interessa tudo, maneira de vestir-se, a alimentação, os modos culturais e religiosos e o cotidiano e es escrutinado de forma perversa a ponto de as pessoas mais atingidas pelo olhar disciplinador terem a certeza de que seus passos e tudo o que venha a pensar e realizar não mais é uma questão singular, mas imersos se acham nas “coletividades”, termo ambíguo e aqui não cabe como uma política que a todos insere e respeita, mas a coletividade a partir da fusão das “singularidades” resultando no coletivo plural e disciplinador na esfera e maneira de o Estado conduzir as mentalidades. Essa temática será alvo de nossas análise em *Campo de Trânsito* (2007), de Borges Coelho, numa aula que ocorre no campo de trânsito e que J. Mungau, personagem, discorre e aponta como também um poder disciplinador da nação em construção.

Esta reflexão será uma busca por entender como se dava o cotidiano dos que se encontravam nessa condição ambígua, de sequestrados de seus direitos e prisioneiros sem crimes, e mais ainda sem julgamento ou direito a reverem pelos códigos da sociedade a que pertenciam a possibilidade de um júri e tribunal que os socorresse ou ouvisse em suas queixas e questionamentos, como o personagem coloca:

“De que será que me acusam?”, é a reflexão de Mungau. Chegam finalmente ao destino. Transpõem altos portões de ferro, dão uma curva larga no pátio do Comando e estacionam junto ao edifício principal. São sete horas da

manhã e falta ainda um pouco para que os funcionários comecem a chegar. Está, portanto, garantida uma certa privacidade, e Mungau agradece mentalmente ao Bexigoso por isso: não estaria preparado para que alguém o visse e reconhecesse nesta condição. Saem do automóvel, um ruído de portas batendo em sucessão. Levam-no agora agarrado levemente pelos braços: um absurdo: se não fugiu antes não é agora que iria tentá-lo. Deixou essas ideias do lado de fora dos altos portões, vai agora sem ideias. Mas o facto de se encontrarem no Comando obriga os agentes a um comportamento mais empenhado. Afeiçoamos os nossos gestos ao modo como achamos que os outros nos vêem agir. (BORGES COELHO, 2007, p.15-16)

J. Mungau em *Campo de Trânsito* (2007) relata a ida ao campo dito de reeducação, mas não entende a causa de sua prisão. Descreve o primeiro contato com esse espaço disciplinador e panóptico, lembrando Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, os altos portões e também a rotina do campo com horários definidos como qualquer aparelho de Estado. J.Mungau no trajeto até o campo e ensaia uma fuga, mas não leva adiante seu plano, pois, seria inútil fugir já que estava sob a mira de armas e no controle da situação estão os agentes do Estado. Também evidencia em sua fala que não adianta ter “ideias” e que as mesmas deveriam ficar do lado de fora. Esta assertiva já mostra que aqueles que como o Primo Levi em *É isto um homem* (1998) expõe como a morte social do indivíduo que passa a compor uma massa dos sem ideias e sem opinião análogo ao Mungau personagem de *Campo de Trânsito* que apresenta também essa mesma característica de morte social.

2.1 OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTA E A SHOAH: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Sobre os campos de concentração nazistas, a memória coletiva já se encarrega de traumáticamente reviver a cada momento em que os direitos humanos e o direito à vida são violados. Coimbra Narciso(2012) enfatiza que abordar a história do referido evento é desafiador por trazer à tona traumas referentes aos campos nazistas, evento com que a humanidade se deparou como uma realidade inesperada, a ponto de revisar a interpretação do mundo,

visto que os mecanismos até então utilizados para interpretar a realidade se tornaram insuficientes, dada a gravidade do evento e assim fazendo com que Política, História, Ética, Psicologia, Hermenêutica e até mesmo as Artes fossem repensadas.

Sobre o destino dos judeus e seu extermínio promovido pela política nazista, os documentos existem, embora em quantidade não muito expressiva. Mas, segundo Coimbra Narciso (2012, p.31) mesmo com a falta de documentação, existem declarações públicas de lideranças nazistas, incluindo Adolf Hitler expressando o destino do povo judeu e que indicam a intenção de destruí-los por completo. Walter Laqueur (2001:204) informa que o plano de extermínio dos judeus não era secreto, entretanto os resultados daquilo que se denominou pelos nazistas como solução final só foram vistos por todos no verão de 1944. Com o fim da Segunda Guerra Mundial pode-se perceber a crueldade que embasou a ação da *Solução Final da Questão Judaica Européia* que conseguiu efetivar, exterminando milhões de judeus. O termo “Solução Final” pode ser reducionista ao pensarmos que apenas se aplicaria aos judeus. Por isso é importante enfatizar que a matança nazista se dirigiu também a outros grupos étnicos e sociais tais como: homossexuais, comunistas, liberais, maçons, imigrantes, Testemunhas de Jeová, e até mesmo os considerados foras-da-lei da Alemanha nazista foram vítimas dessa limpeza social promovida pelo Partido nazista

Os registros da história atestam a dor e dano irreparável ao povo judeu, e também trazemos essas outras categorias sociais que foram maculadas, mortas e torturadas pela política de extermínio de Hitler, não em mesmo número mas na proporção do dano e das perdas também tiveram seus direitos violados e suas vidas ceifadas como os judeus que em maior número tiveram suas vidas desconsideradas pela barbárie e extermínio pensado e promovido pelos nazistas.

Sobre os campos de concentração, a memória se acende sempre que nos deparamos com a Arte, Literatura, Cinema e outras formas de representação da realidade que tratam sobre a temática. Dessa forma, ao citar Auschwitz, há um revisitar da dor e sofrimento do povo judeu e outros

que se viram presos e com suas vidas banalizadas nesse local. Leila Danziger (2007), citada no texto de Coimbra Narciso reflete:

Como nenhum outro, o nome Auschwitz tornou-se sinônimo de extermínio dos judeus europeus e tem sido suficiente para designar, além do campo em território polonês, além mesmo do complexo de campos de concentração e extermínio (o universo concentracionário), todo o conjunto de procedimentos criados pelos nazistas para aviltar a vida e a morte em parcelas da espécie humana.

Auschwitz tornou-se símbolo da degradação da vida humana pelos artefactos e maneiras hediondas utilizadas para pôr em prática os experimentos e modos de os nazistas conduzirem a vida humana. Os campos de concentração não são uma invenção dos nazistas, este recurso utilizado nas guerras, já trazia em si e em seu cotidiano uma violação aos direitos humanos, à medida em que seus prisioneiros, sendo cidadãos civis ou prisioneiros de guerra eram e são tratados de forma execrável. Porém, os campos de concentração nazistas se superaram na fabricação de um cotidiano de dor e morte, tendo como objetivo maior e “Solução Final” o extermínio em massa dos judeus europeus e outras categorias sociais que não eram consideradas nos seus direitos humanitários e civis pelo governo nazista. Auschwitz e sua caracterização:

O campo de Auschwitz na verdade era um complexo de campos, sendo eles Auschwitz I, Auschwitz II ou Auschwitz-Birkenau e Auschwitz III ou Auschwitz-Monowitz. Auschwitz I foi o primeiro a ser construído, sendo utilizado pelo exército nazista de 1940, funcionando basicamente como campo de concentração. Auschwitz-Birkenau começou a ser construído em 1941, esse diferentemente de Auschwitz I e II era um campo exclusivo para extermínio, assim, o que a maioria das pessoas conhece como Auschwitz é na verdade Auschwitz-Birkenau, no qual a matança era promovida em larga escala. Estima-se que o número de mortos em Birkenau é de um milhão a um milhão e meio de pessoas. Auschwitz-Monowitz que começou a funcionar em maio de 1942 era um campo de trabalho, funcionava associado à empresa IG Farben produzindo borrachas sintéticas e combustíveis líquidos. (COIMBRA NARCISO, 2012, p.33)

Coimbra Narciso (2012) informa que um outro ponto a ser destacado sobre a construção de Auschwitz como símbolo da barbárie nazista e do sofrimento judeu é porque nesse campo(campos) o extermínio em massa era algo que caminhava concomitante com a produção industrial, sendo assim o extermínio dos judeus encarado como algo rotineiro, uma atividade de cotidiano. Importa dizer que para esse campo eram enviados os prisioneiros vítimas da Solução final (p.34). Assim, a vida humana foi conduzida com a banalidade que era marca cruel do Regime Nazista em relação aos judeus, tratados como a escória humana.

Sobre o caráter judaico da memória Lyslei Nascimento (2007) *apud* Foster (1999, p.8-9) que referenda a memória judaica como um modo de persistência, um fio que seguindo caminhos de labirintos reúne, sem entraves, tempos distintos, experiências diversas e biografias que sedimentaram a minha própria tradição espiritual. Ser judeu é um modo de ler e interpretar, é essa a percepção de um ser visitante em terra alheia, também um encontro estranho com palavras de outros tempos e um tipo de inadiável dever ético que sempre está ali, quase escondido, mas trabalhando infatigavelmente a consciência. Lembrando Walter Benjamin (1993), a memória judaica se relaciona, pois, com aquilo que está ameaçado e que se exila no esquecimento.

Elucidativa a postulação de Márcio Seligmann-Silva (2012) em *Testemunho da Shoah e literatura*:

A questão do testemunho tem sido cada vez mais estudada desde os anos 1970. Para evitar confusões devemos deixar claro dois pontos centrais(a) Ao invés de se falar em literatura de testemunho, que não é um gênero, percebemos agora uma *face da literatura* que vem à tona na nossa época das catástrofes e que faz com que toda história da literatura-após duzentos anos de auto-referência seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “*teor testemunhal*” que marca toda a obra literária(mas, repito que aprendemos a detectar a partir da concentração deste teor da literatura e escritura do século

XX) Este teor indica diversas modalidades da relação metonímica entre o real e a escritura.(b)Em segundo lugar, esse real não deve ser confundido com a realidade tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance naturalista e realista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação.

Não temos como avançar nas nossas investigações acerca dos campos no Moçambique socialista, no Pós-colonial, sem nos determos e refletirmos sobre barbárie e situação vexatória, como vergonha da humanidade que foram os campos de concentração nazistas. O que ocorreu, não necessariamente precisa ser representado apenas na ficção de Borges Coelho, pois supomos e pretendemos investigar além do objeto ficcional (não o desprezando nem o tendo apenas dependente do factual) mas como essa representação do “real” que permitirá, ao longo da pesquisa, perceber e através da investigação pretendida, que houve abusos à dignidade e à vida humana nos campos em Moçambique.

Não há como fugir à comparação dos campos de concentração nazistas e os campos ditos de reeducação no Moçambique liberta e socialista, mas, perceber os pontos de ligação e que cada qual, a seu modo segregou, violou e sequestrou direitos civis. Consideramos uma afronta aos direitos humanos e à vida independente do continente, do regime ao qual pertence e ao contexto até mesmo de libertação em Moçambique.

J. Mungau, personagem do romance moçambicano *Campo de Trânsito* (2007), narra o traslado de um campo para outro e a maneira como se sente, já sem vontade e comandado pela força do Bexigoso, que manda e traslada ao novo e definitivo campo:

Cresce o rumor de vozes que enche o pátio lá fora, atravessa as paredes espessas e ecoa pelos corredores. Mungau levanta-se estremunhado, arrasta o catre para junto da janela, sobe-lhe em cima e espreita. O pátio é uma mancha escura e tumultuada onde vultos apressados atravessam feixes de luz dos faróis dos caminhões. (...)Chega por fim a sua vez. A grade da cela abre-se de rompante e gritam-lhe que saia. Fá-lo rapidamente, internando-se na fila que se forma no

corredor. No pouco tempo que ali esteve aprendeu a ter pressa em obedecer as ordens para poder dissolver-se no seio de outros detidos. O anonimato diminui a vulnerabilidade, a resistência acentua-a.(...)Depressa deixam a cidade de cimento, o piscar ritmado e silencioso que a faz parecer viva e calada ao mesmo tempo, os montes de lixo fermentando e exalando o seu cheiro adocicado, as direitas avenidas. (BORGES COELHO, 2007, p.27-28)

J. Mungau em *Campo de Trânsito* (2007) começa a integrar-se a nova situação. Ainda não sabe se é um detido ou prisioneiro do Estado. Essa dúvida irá persistir e mover suas falas ao longo do romance de Borges Coelho. Perder-se ou se integrar à nova ordem e como o mesmo diz que o “anonimato diminui a vulnerabilidade, a resistência acentua” levam a refletir que J. Mungau era um dos afeitos ao regime vigente, pois durante vários momentos da narrativa ele pergunta, pergunta ao comandante da situação a causa de se encontrar a caminho de um campo de reeducação. Se J. Mungau era alguém importante para o governo socialista de Moçambique, isso agora não faz a menor diferença, e o mais humilhante é também não saber a qual categoria pertence; *banido, bandido, preso, detido, recolhido* ou qualquer outra denominação não fica claro durante mais de 3 capítulos do romance até que o desenrolar da narrativa vai situando o personagem no campo e sua função no mesmo.

Sobre a literatura de testemunho Seligmann-Silva (1998), conduz suas reflexões dizendo:

O conceito de testemunho concentra em si uma série de questões que sempre polarizaram a reflexão sobre a literatura: antes de qualquer coisa, ele põe em questão as fronteiras entre o literário, o fictício e o descritivo. E mais: o testemunho aporta uma *ética da escritura*. Partindo-se do pressuposto, hoje em dia banal, que não existe grau zero da escritura, ou seja, a literatura está ali onde o sujeito se manifesta na narrativa, não podemos deixar de reconhecer que, por outro lado, o histórico que está na base do testemunho exige uma “visão referencial”, que não reduza o “real” à sua “ficção” literária. Ou seja, o testemunho impõe uma crítica da postura que reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação.

A ficção de Borges Coelho pode ser também visitada à guisa da literatura de testemunho nos moldes de Selligmann-Silva. Estamos trabalhando com ficção e com os intervalos da história factual. Quando referimos e trabalhamos com termos, tais, como: *Moçambique, Colônia, Descolonização, Pós-colonização, Anti-colonização, Campo de concentração/Campos de reeducação* entre outros termos convocados ao longo da pesquisa, estamos imbuídos de um sentido histórico e nos voltamos à história da humanidade de um país de África, Moçambique sob vistas da representação literária de Borges Coelho, na obra *Campo de Trânsito* (2007). Este é nosso compromisso enquanto investigadores das construções da história factual, à medida que discutimos, no texto ficcional, e nos voltamos à realidade da história de Moçambique período pós-colonial.

Seligmann-Silva(1998), expõe que o conceito de testemunho tornou-se uma peça central na teoria literária nas últimas décadas, em função da sua capacidade de responder às novas questões postas também pelos Estudos Pós-coloniais de se pensar um espaço para a escuta (e leitura) da voz (e escritura) daqueles que antes não tinham direito a ela.

Dessa maneira, Borges Coelho, em sua ficção, apresenta o cotidiano daqueles que foram retirados e sequestrados de suas existências e postos a serviço do regime socialista em um campo dito como de reeducação. Em *Campo de Trânsito* (2007) o Estado disciplinador se ocupa também dessas pessoas que não poderiam “contribuir intelectualmente” e como emblema do Moçambique socialista e Pós-colonial, eram pessoas que não trariam *status quo* ao Estado novo que faziam questão da morte da aldeia e o nascimento da nação. Era preciso que a ideia de “atraso cultural” fosse superada e Moçambique avançasse como uma nação liberta e afeita ao regime socialista, que implantou os campos de reeducação com o objetivo de retirar da sociedade nova, os que não poderiam contribuir com o ideário da nação em nascimento e afirmação.

Sobre a construção do nacionalismo moçambicano, Paredes, afirma:

A construção do nacionalismo moçambicano pode ser dividida, em pelo menos em três períodos históricos: o primeiro momento(1910/20-1962),antes da eclosão da luta armada pela independência, em que o associativismo e o jornalismo tiveram um papel importante nas demandas social e na luta anticolonial(Zamparoni,1998);um segundo momento, marcado pelo conflito armado e pela formação da FRELIMO, reunindo diversos movimentos, tendo como objetivo comum a libertação nacional frente ao salazarismo colonialista português(1962/1975); e um terceiro, iniciado imediatamente após a Independência, tendo como principal promotor ideário da Frelimo(convertida de frente nacionalista ampla em Partido único revolucionário, sendo esta diferença entre a designação FRELIMO/Frelimo),sob a liderança de Samora Machel (1975/1986). (PAREDES, 2014, p.132)

Paredes (2014) informa que é consensual estabelecer a centralidade da Frelimo na organização, promoção e proclamação da independência nacional de Moçambique. A mesma (FRELIMO) Frente de Libertação de Moçambique, foi formada em 1962, na Tanzânia e agregou três movimentos de luta anticolonial que já existiam: a UNAMO (União Africana de Moçambique), a MANU (Mozambique African Nation Union) e a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) aludindo à Enders (1997) grande frente de libertação, que tinha um caráter nacionalista amplo e contava com o apoio internacional de seus vizinhos ao norte do país; Malawi, Zâmbia, Rodésia do Sul, Zimbábue e Tanzânia. Tinha com emblema ou ideário um forte anti-salazarismo, sendo sua orientação política com o bloco soviético ainda de caráter estratégico, no âmbito da luta anticolonial. A Frelimo, enquanto frente política ampla, e sob a liderança de Eduardo Mondlane, não se teria proclamado marxista-leninista durante a luta pela independência de Moçambique. Esta postura virá com o contexto pós-independência, já vinculado à política de construção identitária nacional.

Tratar da construção de uma identidade nacional é tema visitado em muitas áreas do Estudos culturais e Estudos pós-coloniais, tema também recorrente em estudos sobre as nações libertas, tais como as ex-colônias de Portugal. Falar sobre identidade(s) em Moçambique nesse contexto de FRELIMO como partido único, já impõe uma série de questões que são portais semiabertos do mundo pós-colonial.

Como se encontrava Moçambique nesse período de orientação leninista-marxista? A luta anticolonial é legítima e a apoiamos em sua historicidade. Isso é fato e se alinha ao mundo que se descoloniza, mas também atrai e impele a pesquisar na ficção e nos rastros da história por onde andam e o que foi feito daqueles, que por uma razão ou outra, não eram “simpáticos” ao novo governo moçambicano. Seriam esses os que são representados na ficção de Borges Coelho através no personagem-narrador J. Mungau e os outros personagens que irão compor a trama de *Campo de Trânsito* (2007). O que lhes foi reservado? Como chegaram aos campos? Como era a rotina dos mesmos? quem os conduzia e o que lhe era oferecido naquele espaço? doutrinação? apagamento das identidades? ostracismo e esquecimento a ponto de não saberem mais a que mundo pertenciam e para onde retornariam? São perguntas que nortearão no intuito de desvelar que a prática de segregar e retirar os cidadãos da comunidade a que pertenciam, não pode ser encarado como algo comum e simples.

Na história de Moçambique houve um crime coletivo, um sujeitar a uma única ordem e vontade, vidas que antes aprisionadas no regime colonial, agora na libertação do país não tiveram seus direitos civis preservados, sendo sequestrados e exilados em seu próprio país; são cidadãos privados da cidadania e do direito a ir e vir em seu território.

A rotina do campo de trânsito é observada e narrada por J. Mungau, as reflexões acerca daquele espaço em que as vontades são suprimidas e a vida dos que ali se encontram passam a se relacionar ao cotidiano e às ordens que determinam como se deve ser a partir dali:

Na longa semana em que esperam o regresso do Director, Mungau aprende quase tudo o que é necessário a respeito das normas de funcionamento do Campo de Trânsito. Duas vezes por dia fazem os prisioneiros longas filas de prato de esmalte na mão para ganharem o direito à ração. Ao alvorecer para receber umas papas de aveia fumegantes, ao anoitecer para as receber de novo. Reparou, no dia da chegada___ era já escuro___, que um dos prisioneiros perguntou em voz alta como iria conseguir comer aquilo sem colher, recebendo por resposta um coro de gargalhadas dos guardas de plantão e dos prisioneiros mais antigos. Concluiu que de nada serve fazermos perguntas a não ser para despertar uma atenção imprudente sobre nós próprios, uma

atenção que abre pequenas brechas no anonimato é praticamente a única arma que tem. (...) Nota que os prisioneiros mais antigos comem mesmo com tascas colheres de madeira; alguns têm-nas mesmo de alumínio, assim, facas, garfos e outros objetos. São geralmente esses que têm no prato, para além das costumeiras papas, pequenos peixes do rio, pássaros, bocados de carne e mesmo alguns legumes. São esses os mais bem instalados, comportando-se aqui como se estivessem na sua própria casa. Outros pelo contrário não têm mais do que aquilo que ele próprio traz quando faz a fila da ração: um simples prato de esmalte e uma grande paciência. Socorrem-se de paus ou bocados de cascas de árvore que utilizam como se fossem colheres, com maior ou menor perícia. (BORGES COELHO, 2007, p.44-45)

Esta é uma caracterização do campo dito de reeducação. A alimentação é denominada ração, que coloca o ser humano na categoria de animal, uma maneira de desmerecer e desprestigiar os indivíduos que ali se encontram sob a guarda do Estado. Um governo autoritário também se mantém pelas instituições de caráter disciplinar. É preciso que se tema o Estado, para que o mesmo seja um artefacto de jurisdição e disciplinador na perspectiva do assujeitar as vontades e que aquele espaço sirva de “modelo de reeducação”, caso mais alguns se rebelem contra o sistema vigente.

Há o *campo de concentração* e há também o *campo de reeducação*, em continentes e contextos diferenciados: porém, ambos privam os indivíduos da vida social a que pertenciam e instauram um cotidiano de horror e morte, seja por câmaras de gás, experimentos científicos com as vidas e corpos dos judeus, trabalhos forçados e uma violência frequente desde o retirar os cidadãos de seus espaços e torná-los nada e ninguém. Cada qual a seu modo e em tempos diferentes são verdadeiras prisões e fábricas de mortes. São todas criadas pelo Estado disciplinador seja ele pertencente ao regime político que melhor lhe assenta e apraz. Isso não os torna menos violentos em face à vida. Pelo contrário, cada um a seu modo expõe a vida humana a um aniquilamento da existência e da decência num projeto de sofisticação por meios médicos, políticos, trabalhos forçados e anulamento das vontades e identidades. O extermínio do diferente, daquele que não concorda com as ordens e mandos dos que estão no poder, mesmo que esses que se acham

prejudicados, em algum momento tenham ajudado na escalada do poder os seus algozes.

Seriam essas relações que estabelecem as tensões do Pós-colonial?

Percebemos através das experiências de J. Mungau, as violações dos direitos civis, prisão e afastamento do convívio social para aqueles que não estavam para colaborar ou ovacionar o regime em voga.

Stuart Hall (2003) para clarificar essas questões de ambivalência, dupla inscrição e maneiras outras de traduzir e interpretar questões políticas e culturais no que tange ao universo colonização, descolonização, anticolonização e pós-colonial, disserta:

É precisamente essa “dupla inscrição” ___ que rompe com as demarcações claras que separam o dentro/fora do sistema colonial, sobre as quais as histórias do imperialismo floresceram por tanto tempo__ que o conceito de “pós-colonial” não se restringe a descrever uma sociedade ou uma época. Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural___ e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um em casa e um no “estrangeiro”. “Global” neste sentido não significa universal, nem tampouco é algo específico a alguma nação ou sociedade. Trata-se de como as relações transversais e laterais que Gilroy denomina “diaspórica” (Gilroy,1993) complementam e ao mesmo tempo des-locam as noções de centro e periferia, e de como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro. (HALL, 2003, p.102-103)

Conduzir as leituras e interpretações da obra *Campo de Trânsito* (2007), coloca os elementos ficcionais historicizados frente à teoria Pós-colonial ao eleger esta forma de interpretar os caminhos políticos e culturais de um país livre que passou por uma longa colonização, também pode levar ao equívoco que após 1975, Moçambique já vive os tempos em que se discute o Pós-colonial com a força política que este termo impõe. Esta abordagem permite ler a ficção de Borges Coelho como ficcionalização da história do Moçambique independente. Isso se dá em função de um visitar

Moçambique através da ficção com personagens investidos dessa “dupla inscrição”. São homens e mulheres que após 1975, com a libertação do seu país poderiam ter a possibilidade de romper com toda e qualquer prática de segregação e violação dos seus direitos. Porém, o que lhes ocorre, ao menos a um número ou parcela dessa população é serem prisioneiros de um campo de reeducação/concentração numa contradição ferrenha e medonha, à medida que se celebrava a libertação de Moçambique do jugo colonial e das amarras de Portugal. Têm-se naquele país uma história de sequestro, prisão e exílio daqueles que porventura não se encaixassem no novo modo de ser e governar.

A literatura de João Paulo Borges Coelho, mostra a possibilidade da releitura da sociedade moçambicana a partir da libertação e dos meios pelos os quais se estabeleceu um poder corrosivo, que institui os campos ditos de reeducação como espaço de diluição das identidades, local onde o homem velho deveria morrer e assim nascerem homens e ideias com o país independente: a nova nação, livre dos códigos culturais, das crenças e tradição fosse a partir de então o Moçambique moderno a qualquer preço, mesmo criasse espaços para prisioneiros de guerra alguma. Não estamos a falar da guerra civil que se estabeleceu concomitante à libertação, referimo-nos a cidadãos que não estavam em frente de batalha e nem compondo os dissidentes que se organizavam e uniam-se na guerra civil. Não havia uma luta, não havia o inimigo embora se insistisse e forjar o “inimigo comum” termo utilizado pelo governo de Samora Machel para designar aqueles que não estivessem aptos para compor esse projeto de nação nova, apenas a covardia do Estado em suprimir de sua pauta e do seu projeto de “nação independente”. Esse comportamento é arrogante e violento.

2.2. OS CAMPOS DE REEDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: O QUE ERAM E COMO FUNCIONAVAM?

As *Tensões do Pós-colonial* levam a discutir questões de suma importância acerca dos crimes praticados e que a humanidade não pode

tolerar e nem permitir. Acreditamos que as tensões do “Pós-colonial” são essas rasuras e violências feitas pelo governo socialista moçambicano e como através, das práticas do Biopoder, situações vexatórias e de extermínio de vidas podem passar como algo específico de determinada cultura. Refutamos e reprovamos qualquer prática que viole o direito à vida e que permitiu adentrar a temática sobre os campos ditos de reeducação em Moçambique pós-libertação.

É importante a luta pela libertação de Moçambique e o papel da FRELIMO. Ao discutir a questão dos campos ditos de reeducação em Moçambique, não queremos de forma imatura e preliminar formar ideias e opiniões sobre o trabalho e a luta que se travou pelo o fim do colonialismo. Queremos respeitar o percurso histórico e os personagens que ali estiveram e deixaram seu legado positivo, mas, também refletir sobre a retirada de cidadãos moçambicanos e lançados em campos de trabalhos forçados a serviço do Estado em afronta aos direitos civis. Marçal de Menezes Praxedes (2014, p.13) sobre o novo Moçambique aponta:

Como presidente da I República de Moçambique, Samora Machel, juntamente com a elite da Frelimo (partido único), foi o responsável pela reestruturação do projeto nacional. É neste ponto que sua governação põe em marcha um projeto de reenquadramento identitário. A lógica da ruptura radical com o passado — marcado pelo colonialismo português, pela exploração econômica burguesa, pelo racismo e pela cultura europeia assimilacionista — já antes difundida como objetivo principal a ser alcançado, entrará em fase de construção da “nova” realidade. Eis aqui o ponto de interesse central no âmbito da discussão sobre as identidades africanas em geral e sob a construção das nações e dos nacionalismos em África. Após a independência, foi adotado o modelo de partido único no país, opção justificada a partir de uma postulada coincidência entre o projeto da FRELIMO como representante das aspirações do “povo” moçambicano do Rovuma ao Maputo.

Nesse reenquadramento identitário promovido no governo de Samora Machel, foi necessário que Moçambique se tornasse uno e mesmo sendo ele um país diverso com tantas línguas e culturas, sob o olhar vigilante do Estado

novo, foi mister que viesse o país a se organizar e se fortalecer na ideia de Nação.

Segundo Praxedes (2014, p.145) o depoimento de Sérgio Vieira, membro fundador da FRELIMO e responsável por várias pastas e cargos importantes antes e também durante a transição política e também após proclamar a independência, as palavras do antigo diretor do Gabinete do Presidente da República entre 1975/1977 são relevantes no que concerne à singularidade da construção política moçambicana. Se o colonialismo português se aproveitou da diversidade cultural e dividiu as etnias para depois dominar, segundo Sérgio Vieira o passado trouxera a lição da amarga experiência da divisão por um punhado de conquistadores unidos e que sabiam/souberam usar as fissuras entre nós (os moçambicanos) levando-nos a combater os moçambicanos em favor dos novos senhores. Era preciso agora, na independência, a construção do novo homem e o novo moçambicano seria a negação do passado colonial.

Praxedes (2014) diz que no seu discurso de posse como Presidente da República Popular de Moçambique, o presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, afirmava que a luta de libertação nacional de Moçambique teria sido contra o caráter imperialista do colonialismo português e de maneira clara e contundente afirmava que o racismo, o regionalismo e o tribalismo como inimigos deveriam ser combatidos da mesma forma que se fez com o colonialismo. A questão que agora nos impele a prosseguir é que aqueles que significariam atraso ao projeto de unificação da nação, passariam a ocupar um outro espaço, serem retirados da sociedade e a comporem a população que habitaria os campos.

Destacamos que apesar das variadas influências teórico-práticas, foi em 1977, durante o seu *IV Congresso*, o partido Frelimo adotou oficialmente a orientação e estruturação política marxista-leninista e dessa forma seguiu com o projeto de uniformização da nação. Praxedes (2014) ainda informa que é importante levar em conta que no mesmo ano, havia estourado a guerra civil no país que se mostrava, naquele contexto e vinculada aos embates existentes entre o “socialismo africano” por um lado, e o modelo racista de *apartheid* da Rodésia, atual Zimbábue. É fato, segundo Praxedes que mesmo

durante o período de transição (entre o acordo de Lusaka, em 7 de setembro de 1974 até a independência em 25 de junho de 1975) a Frelimo havia posto em prática a *operação limpeza*. A política apresentava com a ação de militares vinculados ao governo promovendo o bloqueio das ruas e becos do centro de Lourenço Marques (atual Maputo) fechando bares e cabarés. Esta ação tinha por objetivo prender “marginais” e “agitadores da oposição”. Parte desses presos foram levados aos campos ditos de reeducação, tal prática mostrava a ação do Estado para moralizar e efetivar a revolução em curso. Ainda sob a administração desses espaços de reeducação e moralização é importante destacar que a política de construção do homem novo/novo cidadão moçambicano não se efetivou apenas no período de transição, vindo a mostrar-se mais eficiente nos anos posteriores.

Destaca-se a forte experiência denominada de *Operação produção*, organizada em 1981, projeto de reeducação popular em grandes campos de cultivo rural denominados de *Machambas*, sendo localizados no interior do país, a maioria no norte do país, em Cabo Delgado e Nampula. Praxedes cita Omar Ribeiro Thomaz (2008) que afirma, em 1982, havia cerca de 1.352 *Machambas*, quase todas funcionando como um laboratório de reconversão política, para onde eram levados os indivíduos que trouxessem em si práticas que simbolizassem valores condenáveis ou condutas reprováveis na sociedade.

As *machambas*, eram grandes acampamentos para onde eram enviados os ditos considerados inimigos do Estado. Nelas todos deviam trabalhar na lavoura, construir palhoças e receber orientação política em cursos de marxismo-leninismo. Destacamos o discurso de Samora Moisés Machel sobre as machambas comunais:

Política e militarmente foi forjada a unidade, a partir de um pensamento consciência patriótica de classe. Entramos em Nashingwea como Macondes, Macuas, Niajas, Manicas, Shanganas, Ajauas, Rongas, Sena; saímos Moçambicanos. Entramos como negros, brancos, mistos, indianos; saímos moçambicanos. Quando chegamos, trazemos nossos vícios e defeitos, egoísmos, liberalismo, elitismo. Nós destruimos esses valores negativos e reacionários. Nós aprendemos a

incorporar os hábitos e os comportamentos de um militante da Frelimo. Quando entramos temos uma visão limitada, pois conhecemos apenas nossa região. Lá, aprendemos a escala do nosso país e os valores revolucionários. (MACHEL1981 *apud* PRAXEDES 2014)

O trabalho de Praxedes (2014) importa para as nossas discussões em terreno tão delicado como a história de Moçambique, no Pós-independência. Suas considerações históricas dão uma ideia da formação dos campos como um instrumento do Estado novo moçambicano para a “organização e limpeza” da sociedade e uma forma de controle e Biopoder, ou seja, os que resistissem ou não estivessem de acordo com o governo de Samora Machel, seriam retirados da sociedade e postos em machambas comunais para o trabalho na lavoura e na doutrinação do governo independente moçambicano à guisa do marxismo-leninismo soviético.

Em *Campo de Trânsito* (2007, p.75) temos uma aula para os prisioneiros quem vêm justamente demonstrar a parte da doutrinação marxista-leninista praticada nos campos de reeducação:

“Caros alunos, hoje vamos debater a importância da colectividade”

Os prisioneiros assentem. É manifesto que confiam cegamente no professor. Ali no campo é ele quem detém o conhecimento, quem faz as revelações; quem proporciona o que procuram. Ciente da sua importância, o professor é nestas alturas, um homem pleno que quase não cabe em si.

“Quem quer definir colectividade”? pergunta

Ninguém se atreve a fazê-lo. Olham uns para os outros, cada qual se esconde atrás do anterior não vá o professor reparar nele e pedir-lhe que se levante e tome a palavra.

O dedo indicador do professor excetua complexas evoluções no ar, um pau de giz riscando a atmosfera. Subitamente dispara um voo picado na direção de Mungau:

“Muito bem.15.6(és o 15.6, não é verdade?), como nos explicaria o que é colectividade”?

Mungau levanta-se, clareia a voz e arrisca, hesitante:

“Bom... acho que a colectividade é um corpo só, um corpo que resulta da união das singularidades”.

Segue-se uma explosão de gargalhadas. Há-as de alívio, daqueles que não foram escolhidos e poderiam tê-lo sido; há-as nervosas, dos que temem ser escolhidos da próxima vez em que for colocada uma questão; há-as enfim desabridas, daqueles que se alegram com as dificuldades alheias. Todas elas despoletadas por estas motivações gerais menos a do 13.2, portador de uma gargalhada que visa especificamente a Mungau. (...)

Quanto ao professor, limita-se a sorrir com complacência. É notório que esperava este tipo de resposta vinda de quem vem, um prisioneiro novo, da sexta e última carrada. Esperava o desafio. Aos professores compete ajudar os seus alunos a percorrer o caminho desde a obscuridade até a luz. Mungau aguarda. (BORGES COELHO, 2007, p.75)

O doutrinamento acerca do novo regime e a construção do homem novo é do interesse dessa aula no campo de trânsito. Definir o que é colectividade e singularidade é um meio perspicaz de introduzir, de maneira tácita, o aparelho ideológico e a visão marxista-leninista num socialismo africano, por assim dizer.

Temos os personagens marcados por números como faziam os nazistas nos campos de concentração. Aqui não há a importância de ter um nome, uma genealogia ou tradição, um passado ou relação familiar com alguma tribo ou grupo étnico. Nesse espaço a ideia deve ser comum, o ideário de nação deve permear a todos. Mungau, ao ser perguntado sobre o que seria colectividade? Alude e responde já na perspectiva de chegar-se ao máximo na resposta pretendida pelo professor; “uma união de várias singularidades”, o personagem narrador Mungau responde com base naquilo que já compreendia ser a rotina do campo de reeducação.

A resposta de Mungau é interessante para o Estado novo moçambicano? “Uma união de várias singularidades”. Praxedes (2014, p.151) informa que o Programa da Frelimo passava pela luta contra as fidelidades ao passado, sejam as do colonialismo ou sejam as do tradicionalismo. Assim, a experiência das aldeias comunais de reeducação aponta para o uso científico dos acampamentos na perspectiva de alinhar e construir um cidadão voltado ao Estado-Frelimo.

A aula em *Campo de Trânsito* (2007) sobre Coletividades e Singularidades continua e apresenta outros desdobramentos:

“A singularidade é uma categoria forçosamente limitada, diz 13.2.” Portanto, uma união simples de singularidades só poderia resultar numa singularidade que, embora maior, continuaria a ser também ela limitada. Na definição do colega falta um aspecto fundamental, que é o da transformação. Uma colectividade é, isso sim, uma união de singularidades *transformadas*.”

“Muito bem, 13.2.Transformadas! Boa definição de colectividade,” diz o Professor. O grave erro em que muitos incorrem é o de manter invariável a singularidade, o de adicionar entidades que não tem um denominador comum”. Dizendo isto, o professor estica um pauzinho de giz em cada mão, para concluir: Está errado, nada há em comum entre um dedo de uma mão e o dedo de outra!” Depois estica dois pauzinhos de giz da mesma mão e grita: Só assim está certo, só assim temos uma colectividade! Dedos da mesma mão singularidades tornadas iguais e erguidas em uma só voz! e abate essa colectividade feita de cinco transformadas singularidades de giz sobre a tosca tábua que lhe serve de secretária, para sublinhar a conclusão. (BORGES COELHO, 2007, p.76)

“Transformar as mentalidades” é esse o intuito dessa aula na qual J. Mungau e demais prisioneiros se veem acompanhados pelo o Estado e preparados para que suas singularidades se dissolvem na coletividade proposta pelo marxismo-leninismo expresso na aula-doutrinação efetivada no campo de trânsito.

Macagno (2005) informa que:

Um sintoma indicativo de que a orientação da Frelimo cairia, cedo ou tarde, sob os postulados teóricos do “marxismo-leninismo” pode ser rastreado em uma famosa entrevista que Aquino de Bragança realizou com Eduardo Mondlane em 1969, pouco antes desse último ser assassinado. Naquela entrevista o fundador da Frelimo admite que não havia outra alternativa afora a adoção do marxismo-leninismo. Há uma coalescência de pensamento que atuou durante os últimos seis anos, dizia Mondlane, que me autoriza a concluir que a Frelimo realmente é agora muito mais socialista, revolucionária e progressista do que nunca. E, é a linha, agora, a tendência mais e mais em direção ao socialismo do tipo marxista-leninista. Por que as condições de vida de

Moçambique, o tipo de inimigo que nós temos, não admite qualquer outra alternativa.

O inimigo do qual Mondlane falava, se caracteriza pelos colonos que não assimilavam a libertação de Moçambique. É certo que havia os não satisfeitos com o novo regime e os que acabariam por compor as populações dos campos. Moçambique, além da tarefa de unir aquilo que já era diverso: etnias, costumes, hábitos e outros fatores que compunham o quadro de elementos e situações políticas a nível interno e suas relações internacionais. Promover a unidade da nação constitui o pensamento no pós-independência e isso seria feito com muitas lutas internas e impedimentos que já eram da ordem de um país que experimentou e vivenciou os anos de colonização portuguesa e as influências de outras culturas que passaram por Moçambique e deixaram suas marcas a exemplo da Índia, cultura muito presente entre os moçambicanos.

Esta união de “singularidades transformadas” (BORGES COELHO, 2017, p.76) custaria o envio também dessas pessoas aos campos ditos de reeducação e mais que isso, o silenciamento e absorção da ideologia dominante de modo forçado e imposto. Um abuso, uma violência impor uma única verdade e caminho, um único direcionamento. Só o fato de ser levado aos campos sem ser interrogado ou oferecido qualquer tipo de explicação, já demonstra autoritarismo e cerceamento das identidades e vontades.

Quanto ao Estado, produzir “discursos e verdades,” tarefa para a consolidação de uma estrutura de poder; Foucault diz:

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo o poder à produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial. Para caracterizar não o seu mecanismo, mas a sua intensidade e constância, poderia dizer que somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca

da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir a riqueza. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é a lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. (FOUCAULT, 1979, p.179-180)

Essa verdade produzida pelo Estado vai fomentando as estruturas de poder e vigilância. Temos isso também nas instituições como: escolas, hospitais, universidades, centros de pesquisa. Qualquer pessoa que não concorde ou prefira outras “formas de verdades”, passa a ser inimigo do Estado e sob a vigilância do mesmo é retirado do convívio social como aconteceu com os cidadãos moçambicanos que no pós-independência não se sentiram parte dessa liberdade ou libertação do seu país. Michel Foucault (1979, p.180) ainda discutindo sobre a produção das verdades diz que no fim, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto, regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade, ou regras de poder e poder de discursos verdadeiros, constituem aproximadamente o campo muito geral que escolhi como afirma Foucault, percorrer apesar de saber claramente que de maneira parcial e ziguezagueando muito.

Os campos em Moçambique no pós-libertação, apresentam essa interface com a produção de verdades ou de uma ideologia que assenta o Estado e lhe permite agir.

Em conversa com o Diretor do campo de trânsito, J. Mungau é interpelado e o tema e o conceito de justiça, é uma das falas do que comanda aquele espaço:

Então, sempre tiveram aula hoje? Pergunta o Director casualmente enquanto folheia a pasta.

Tivemos sim, excelência.

Muito bem, muito bem. De que trataram?

“Tratámos do conceito de colectividade e da sua importância, excelência”.

“Muito bem, muito bem. É uma matéria importante sobretudo para os recém-chegados...”

“De facto, excelência. Quase tão importante quanto a questão da justiça, aproveita Mungau para dizer. É mais forte que ele”.

“No pequeno salto que dá na cadeira dir-se-ia que o Director se assustou com a interrupção. (...) O Director não gosta de interrupções, muito menos de grandes respostas. Faz perguntas apenas para que os prisioneiros exercitem o dom da confirmação quando muito a contenção”.

“Justiça..., acaba ele por dizer pensativo. Não vemos aonde quer chegar, 15.6. O que é justiça? O que somos cada um de nós? Se bem entendemos, havia uma segunda intenção na sua interrupção, na relação que procurou estabelecer. Está, contudo, redondamente enganado, 15.6! A justiça é grande demais para ser aplicada a um homem só! A justiça, caro 15.6, é uma categoria universal a que só por meio da colectividade se chega. A singularidade não passa de uma fase transitória, antiquada, incapaz de estabelecer relação significativa com a justiça. A singularidade vem do tempo que não havia justiça, o tempo da barbárie! Por conseguinte, 15.6, transforme-se primeiro, colectivize-se, e depois venha colocar a questão da justiça! Teremos nessa altura todo o gosto em debatê-la! Mungau permanece calado. (BORGES COELHO, 2007, pp.80-81)

Fica evidente que caso o personagem discutisse ou tivesse uma opinião acerca de algum tema e se o tema for a justiça, sua atitude seria repelida pelo diretor da instituição. Há no discurso do que comanda o campo dito de reeducação, uma orientação socialista: colectividades! collective-se! A singularidade é coisa do tempo da barbárie! Os tempos agora são da modernidade, a nação que se organize em torno do coletivo e fica bem claro que *o collective-se é o mesmo que doutrine-se!*

J. Mungau permanece em silêncio e diretor ainda informa: Não estamos a ensinar-lhe nada, bem sabemos. Você é educado, cresceu na cidade e tudo o mais. A propósito sabe escrever? (BORGES COELHO, p.81). A partir dessa pergunta sobre o poder da escrita a situação do narrador personagem irá tomar outro caminho; de prisioneiro ele passará a ser um colaborador do campo de trânsito.

Quando o diretor do campo pergunta se sabe escrever e o descreve como educado e da cidade, o discurso é de que os do campo, das aldeias de fato geravam a ideia de atraso na construção da identidade moçambicana no pós-independência. Teremos em seguida um Mungau que ascende no campo e partilha das mesmas ideias que se propagam nesse ambiente. Mesmo a “contragosto” ele colaborava com o sistema, comportamento típico de quem, não conseguindo impor-se ao sistema, acaba por absorvê-lo, por fazer parte dele e também por ser um deles. Tudo isso, por uma questão de sobrevivência. Mungau, desde a sua prisão, questiona a si e ao sistema a causa de estar ali, o que nos leva a pensar ser J. Mungau um afeito ao governo socialista moçambicano e que por uma razão que a narrativa não oferece pistas, é recolhido e levado com outros para os campos.

2.3 REEDUCAR OU DOUTRINAR? OS CAMPOS E O BIOPODER EM PAUTA NA LITERATURA DE JOÃO PAULO BORGES COELHO.

Em *Vigiar e Punir* (1987), Foucault apresenta a arquitetura do *panóptico de Bentham*:

(...) O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo o efeito da contraluz, pode-se perceber a torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções-trancar, privar da luz e esconder-se se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (p.163-164).

A descrição acima do *panóptico* é uma referência na sociedade moderna disciplinar. As prisões e outras instituições que tem como objetivo disciplinar os corpos e torná-los dóceis como diz Michel Foucault, acabam tendo essa mesma representação. Tanto os campos de concentração na Alemanha Nazista e os campos ditos de reeducação na Operação limpeza em Moçambique, acabam tendo essa mesma projeção e estrutura da Engenharia que tem como função prender, segregar e anular o indivíduo em sua história e memória.

Pensamos nos campos na Moçambique pós-independência e pelo descrito na ficção de Borges Coelho, concluímos que muito se assemelha ao *panóptico de Bentham* acima apresentado. É importante discutir e convocar os termos da biopolítica e biopoder para melhor nos situarmos no contexto que a obra *Campo de Trânsito* (2007) nos apresenta e traz como representações do factual, o que nos coloca, enquanto pesquisador numa busca pelo o que se construiu e se denominou como campo de reeducação em Moçambique nos anos que se seguiram após a libertação.

Negri (2003, p.107-108) indica e reforça o entendimento sobre biopoder e biopolítica, assim como suas diferenças:

Antes, porém, vamos reforçar a diferença entre biopoder e biopolítica. Denomina-se biopoder, identificando-o, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítica ou de biopolítica quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou do contexto biopolítico pensando no complexo das resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder.

Esta concepção sobre biopoder e biopolítica ajuda a entrar nessa discussão com mais cuidado nos termos e modos de construção da identidade de nação nova, de homem novo e uma rejeição total a tudo aquilo

que remetesse aos vícios e modos dos tempos coloniais. Os poderes são representações, lutas e emblemas difundidos na intenção de manter a máquina ou aparelho de Estado e não foi diferente na construção de um novo Moçambique.

Sobre a construção do homem-novo, termo utilizado para a construção identitária da nova nação, Moçambique irá abrigar, nesse período, a prática de reconduzir através de políticas de controle, aqueles que não tinham o aspecto da nova nação.

Vasco Gomes (2017, p.20) informa que o projeto de unidade interétnica é iniciado por Eduardo Mondlane, ao juntar os partidos todos numa única força política e militar, a FRELIMO, o que após sua morte em 1969 passa a ser respeitado e mantido por Samora Machel, que dá continuidade à ideia do seu sucessor, porém acrescenta ao seu discurso a figura do homem novo, mudando radicalmente o conceito do inimigo a ser destruído. Torna-se o primeiro presidente da República Popular de Moçambique, e o discurso que refere o homem novo e inimigo mantém como parte de uma linguagem e ideário revolucionário, através de textos e intelectuais a serviço do novo sistema.

O ideal era que a nação falasse a mesma língua, tivesse os mesmos preceitos e valores: unidade nacional, esse lema era defendido pela FRELIMO e por todos os que se assentavam no Estado moçambicano. A concretização, ou seja se unificasse a nação, o que já era uma preocupação dos revolucionários e agora no governo de Samora Moisés Machel, deveria esse projeto tomar forma e isso custou o silenciamento de muitas vidas e o afastamento das mesmas sendo levadas para os campos ditos de reeducação que surgiram com essa perspectiva: produzir o homem novo e eliminar o inimigo comum que era caracterizado pela tradição e costumes tão diversos o que seriam características não só de Moçambique, mas dos países africanos.

Retomando Vasco Gomes (2017, p.28):

(...) A linha tênue que separa os *inimigos dos homens novos* era determinada pelo o poder do soberano que é incorporado na decisão dos policiais de linha, aqueles que lidavam cotidianamente com o policiamento nas ruas das cidades e que, mediante critérios aleatórios, definiam quem deveria ser incluído nos campos de reeducação ou nas cidades. Obviamente, determinavam quem deveria ser incluído pelas margens ou marginalizado pela inclusão. Assim sendo, são os policiais que classificam e selecionam entre os descolonizados os *inimigos* e separam-nos do convívio dos *homens novos* sob o pretexto da garantia da ordem pública (segurança) e a possibilidade de inseri-los no campo de reeducação pela força do trabalho.

Dessa forma, Moçambique sob a égide de Samora Moisés Machel e o ideário de separação entre o *homem novo* e o *inimigo* pôs em marcha um processo civilizatório e descivilizatório pela violência estatal com a coordenação da polícia e outras instituições. Os campos representavam o lugar para depositar, prender e vigiar aqueles que eram considerados perigosos para a “nova sociedade” composta por “homens novos”. Vasco Gomes (2017), informa questões que merecem destaque, tais como; é importante frisar que o processo e seu desencadeamento foi de ordem racional e orientado para certo resultado que seria a produção do homem moçambicano destribalizado, militarmente disciplinado e simpatizante do único partido político no poder, produtivo e com labor.

Havia certa expectativa de que o confinamento e o trabalho forçado, nos campos que seriam de reeducação, mudaria a conduta e comportamento dos moçambicanos considerados *inimigos*, com a previsão e possibilidade de serem convertidos ou reeducados em *homens novos* para serem protagonistas do processo de criação do Estado Pós-colonial.

Sobre o poder disciplinar e em questões de biopoder, Michel Foucault(1997), analisa que a sociedade é formada não apenas pelo poder soberano, mas, por micropoderes que se instalam e mantêm entre um si relações. Na sociedade moderna os tais micropoderes se fazem presentes nas instituições disciplinares. O campo, além de servir para a tal “limpeza” que se ordenou na sociedade moçambicana no pós-independência, também

serve ao Estado moderno como instituição normatizadora e doutrinadora de uma única verdade e posição política.

Sobre o “poder disciplinar”, Alves Diniz e De Oliveira (2014, p.143) afirmam:

Para tratar da questão do poder, Michel Foucault elaborou um estudo na década de 1970, utilizando uma abordagem ainda inovadora do ponto de vista metodológico. O que se encontra em suas análises do poder é um deslocamento do modo como ele pode ser investigado. Pois, enquanto as teorias clássicas atribuíam ao estado uma espécie de monopólio do poder, Foucault desenvolve a sua análise não a partir do centro, isto é, do Estado, do poder instituído e estruturado, mas das suas periferias, dos “micro-poderes”, para enfim, descobrir como ele permeará todas as estruturas sociais. Ele proporá uma pesquisa de cunho histórico e, a partir dela, procura reconhecer as diferentes formas de domínio de poder, analisando as suas transformações e sua constituição histórica. Inspirado em Nietzsche, Foucault chamará de “genealogia” o método usado para identificar a articulação de novas formas de poder.

Em *Campo de Trânsito* (2007) os poderes se estabelecem a partir da nova orientação política no Moçambique pós-independência. O Estado vai determinando quem deve ficar na sociedade nova e também os que devem ser retirados e doutrinados para que assim possam servir à nação em algum outro momento. Deixar os velhos hábitos, vícios, tradições e erguer a partir de um realinhamento doutrinário uma Moçambique, nação que deixaria de ser diversa e passaria a ser una.

Um artigo intitulado *As feridas abertas pelo processo de reeducação em Moçambique* no *Jornal Made for minds*, Edição 31 de Julho de 2013 (*feito para mentes*) informa que entre 1974 e 1980, milhares de pessoas, entre elas prostitutas, dissidentes políticos e Testemunhas de Jeová – foram forçadas a ir para campos de reeducação e a maioria delas não voltou.

A postura do governo marxista-leninista moçambicano tinha a intenção de eliminar velhos hábitos associados ao colonialismo português e ao sistema capitalista e dessa forma criar uma consciência socialista. Os primeiros anos da independência de Moçambique foram conturbados. Em 1974, Armando Guebuza, na época ministro da administração interna do governo de transição anunciou a criação de campos de reeducação, seguindo

o modelo de outros regimes totalitários socialistas como o da Antiga União Soviética e China por exemplo. O artigo ainda informa que o alvo das rusgas se alargou depressa, além de prostitutas, milhares de outras pessoas como dissidentes políticos, suspeitos de ligação ao poder colonial português, alcóolicos, autoridades tradicionais (como régulos e curandeiros) e Testemunhas de Jeová (grupo religioso que se recusa ao serviço militar obrigatório) foram apanhados nas ruas de Moçambique, em particular, em Maputo, Beira e Inhambane, segundo relatos na Imprensa internacional.

Os detidos eram, normalmente, encaminhados para os postos de polícia e, sem qualquer comunicação à família e sem decisão em tribunal, eram levados a centros de reeducação no Norte do país. Com a falta de dados oficiais sobre esse período da história de Moçambique (1974/1980) principalmente, estima-se que em 1980, cerca de 10 mil pessoas estavam concentradas em 12 centros de reeducação. O número viria a crescer segundo dados do Antropólogo e Historiador Omar Ribeiro Thomaz da Universidade Estadual de Campinas. Em novembro de 1975 foi anunciada a detenção de três mil pessoas em atritos e rusgas efetuadas nas cinco principais cidades do país segundo o jornal tanzaniano *Daily News*. Informa o Jornal *Made For Minds* que em 1982 foi anunciada a suspensão de mais de 500 funcionários públicos e seu conseqüente desvio para os campos.

Alguns dos centros de reeducação ocuparam antigas instalações de bases militares e estavam em locais remotos de difícil acesso. Conta-se que os fugitivos, quando não apanhados pelos guardas, acabavam por serem denunciados pelos camponeses da região ou devorados por feras. Os centros em sua maioria, se encontravam na Província noroeste do Niassa, sendo a maior e menos habitada parte do país.

Vários temas são apresentados no artigo: *As feridas abertas pelo processo de reeducação em Moçambique*. Obedecer para sobreviver na reeducação, Félix Bingala um dos que sofreu e foi confinado na reeducação, ele diz que muitos moçambicanos perderam a vida, ao serem comidos por leões ou tentarem fugir. E sobre o cotidiano nos campos ele informa:

Quanto ao cotidiano, o ex-reeducando lembra: de dia é trabalho, pegar a enxada para a machamba, ir à pesca, fazer cestas (quem soubesse), comida para a gente comer. Mas a comida não chegava para tudo e vinha da província para lá. Houve dificuldades mesmo. Se alguém saísse um pouco, a população iria amarrar. Nós éramos chamados presos, éramos amarrados, e esticados. Tinha de se cortar o cabelo assim, usar saco para se saber quem era fugitivo. Até havia uma cova grande. Se você praticou alguma coisa, você desce com a escada até lá, tira a escada, fica ali, caga ali, mija ali, de, manhã tira, comida vem, recebe e come. Essa era a punição. FELIX BINGALA: Sobrevivente do campo de Reeducação.

Outro sobrevivente à reeducação fala sobre o cotidiano nos campos:

André Ernesto Embalato, natural de Gaza, passou também por centros de reeducação. Trabalhava numa pastelaria, em Maputo, quando em 1975 foi apanhado pela polícia sem documentos de identificação. Esteve igualmente em Sakuze antes de ser transferido para o Niassa. “A vida é de ser mandado, de ser batido de qualquer maneira. Quem não obedecia à ordem era batido. Quando tocava o apito, devia-se correr, se fosse quando se estivesse a comer devia deixar a comida e receber a ordem. Se não receber ordem tem porrada, acontecia assim”, diz André Ernesto Embalato.

É necessário dizer que algumas autoridades e outras pessoas com o término e fechamento dos campos, através de inquéritos confidenciais ordenados por Samora Machel em 1981, ficaram, por assim dizer decepcionadas, pois queriam o prosseguimento da operação reeducação. Foi assim com Joaquim Chissano, que na época ocupava a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros e viria a suceder Samora Machel na presidência após sua morte em acidente de avião. Chissano lamenta o fim da reeducação e elogia o processo ao dizer numa entrevista, em 2012 à *DW África*:

Foi pena que nós não (continuássemos) a ter campos de reeducação. Porque não eram campos de tortura, eram realmente campos de reeducação. A pessoa regenerava-se. Nos criámos campos para pessoas criminosas, pessoas que

tinham roubado ou até assassinado. E eram reabilitadas. Era um lugar onde as pessoas faziam sua agricultura, tinham o seu rendimento, refaziam sua vida, tinha alfabetização, aprendiam ofícios. (CHISSANO 2012/DW África)

No entanto para algumas centenas de pessoas esse período foi difícil e evita-se falar sobre os fatos e situações ocorridos dentro e fora dos ditos campos de reeducação. A obra *Campo de Trânsito* (2007), de Borges Coelho, é uma abertura para adentrar nesses fatos e investigar como as pessoas eram tratadas nos campos.

As opiniões sobre a “operação produção” trazem à atualidade as marcas da história de Moçambique. A partir da ficção nos debruçarmos sobre os fatos ocorridos nesse período. O regresso dos campos autorizados por Joaquim Chissano imprime aos moçambicanos o caráter dos sem chão, desterritorializados e perdidos num contexto de abandono. Essas pessoas só puderam contar com o apoio da *Cáritas*, organização humanitária da Igreja Católica Apostólica Romana, que os assistiu no Niassa com mantas, comida e foi nessa altura, segundo a ativista moçambicana “Maria” que: víamos esqueletos humanos, pedaços dos corpos. A ativista moçambicana com o apoio da *Cáritas Internacional* (Alemã) ajudou a preparar a viagem de regresso de muitos moçambicanos entre 1988 e 2000.

É importante suscitar a fala dos excluídos em Moçambique pós-independência. São muitas as situações pelas quais passou esse país na descolonização. Temos a violência colonial que por anos se arrastou pelo território moçambicano. No pós-independência havia sim a necessidade de organização do país e uma política de reconstrução da nação. Mas, os campos de reeducação e a Operação Produção assim denominada imprimiu um estatuto de violência e barbárie. São campos de confinamento, violência e segregação. É moçambicano contra moçambicano num sistema de voz única e verdade absoluta imposta pelo governo no pós-independência. Como falar em reeducar e corrigir? Temos uma sociedade que nesse viés oprime e anula os direitos civis numa neocolonização, ou seja, colonizar à moda da casa, retirar os cidadãos e cidadãs moçambicanos no intuito de limpar, higienizar e

doutrinar uma nova nação é também aspecto de colonização ou neocolonização.

2.4 A OPINIÃO DOS MOÇAMBICANOS ACERCA DA REEDUCAÇÃO

No artigo *os indesejáveis da nação*, de Rainério dos Santos Lima (2014) a temática campo de reeducação é explicitada. O autor nos coloca frente a questões já abordadas aqui em outros momentos desse texto. Sobre a memória dos que estiveram nos campos e daqueles que também tiveram seus familiares arrancados de sua convivência para serem inseridos violentamente nessa doutrinação política, é importante que os escutemos, que suas vozes tenham audibilidade e possam dar testemunho de uma história ruim e mesmo que se esforcem para que não se fale sobre esse evento, tal fato histórico já faz parte da memória coletiva e social dos moçambicanos.

Assim, Santos Lima (2014) informa sobre a memória dos reeducandos que:

Transportados para outro lugar, a reeducação pertenceria a um tempo a ser evitado, esquecido; o próprio campo seria devorado pela floresta e arruinado pelos bandos armados e pela guerra civil. No entanto, o tempo de permanência no campo, como uma memória atávica das circunstâncias do choque que insiste em não cair no esquecimento, estaria inscrito definitivamente na identidade dos reeducandos, assim como a experiência do deslocamento.

As situações pelas quais se viram forçados a participar, alguns e não poucos moçambicanos no pós-independência, sendo levados aos campos de reeducação, passam a compor os que precisavam de uma nova consciência para que assim, a nação moçambicana fosse levada a êxito em suas proposituras marxistas.

Simone Pallone (2008) da Revista *Com ciência* entrevista o Professor e Antropólogo/Historiador da Universidade Estadual de Campinas no Brasil, Omar Ribeiro Thomaz, que sendo uma das referências sobre os campos de reeducação em Moçambique, contribui ao falar sobre as condições difíceis de guerras entre brancos, negros, nativos e colonizadores e nas medidas impopulares tomadas pelo governo no pós-independência. Transcreveremos, na íntegra, partes da entrevista que contemplam esse aspecto sobre aqueles que tiveram seus direitos civis violados na Operação produção executada pela FRELIMO – Frente de Libertação Moçambicana no Governo de Samora Machel.

Comciência: Em seu trabalho o senhor trata dos deportados no período pós-colonial em Moçambique, pessoas que eram levadas dos centros urbanos para os campos de reeducação criados logo após a independência. O que o senhor tem descoberto pelas narrativas das pessoas? A atuação da FRELIMO marca realmente uma ruptura entre o período colonial e pós-colonial?

Omar Ribeiro Thomaz: A primeira coisa a dizer é que trabalho com a idéia de deportado, mas as pessoas que passaram por essa experiência se dizem raptadas. Em alguns contextos elas de fato foram sequestradas pela Frelimo ou pela Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) durante a guerra civil. Eu uso o termo deportação, que não é o termo que o Estado da FRELIMO usava, para me referir as pessoas que eram enviadas para os campos, fossem os de reeducação ou os de trabalho. Eu uso o termo raptados para aqueles que foram sequestrados durante a guerra civil, por parte da Renamo, que era o movimento que se opunha ao governo da Frelimo, e que compunha a maior parte de seu exército com jovens que pegavam nas ruas, sem consultar os pais e sem nenhum processo formal. Isso era um rapto, um sequestro. As pessoas que eu entrevistei diziam: “fomos raptadas”. Elas faziam uso do mesmo termo que se usa para falar das pessoas que foram raptadas efetivamente pelos exércitos, quer da Renamo, quer da Frelimo, que muitas vezes usavam do mesmo expediente.

Pelas falas de Omar Ribeiro Thomaz, vamos nos situando no contexto em que aconteciam os raptos e sequestros dos cidadãos moçambicanos. Pela força e pelo poder um cotidiano de violência era imposto no Moçambique

que se descolonizava e estabelecia um novo governo, que para melhor assentar-se trazia em si também a marca daquilo que aprendeu com o colonizador português, que era mandar e operar também pela violência, se antes colonial, agora pós-colonial. Na continuidade da entrevista:

Comciência: Em que contextos surgiram os campos de reeducação?

Omar Ribeiro Thomaz: O contexto é o da guerra da independência de 1964 a 1974. Em abril de 1974 a Revolução dos cravos em Portugal acabou ditando uma certa disponibilidade dos portugueses para negociar com a Frelimo, que na prática, tinha também uma vitória militar, pois os movimentos de libertação africanos estavam ganhando as guerras em Moçambique, Guiné-Bissau e Angola. A Frelimo já sinalizava a formação de um regime de natureza revolucionária, marxista-leninista, e mesmo sem clareza do que estava por vir, a maioria da população branca, criada na sociedade colonial fascista portuguesa – cerca de 200 mil pessoas, que moravam em Moçambique- não se mostrava disposta a viver uma revolução ou sob um regime de maioria negra, onde não pudessem manter privilégios. Nesse período, de muitos conflitos entre brancos e negros nas cidades, boa parte dessa população branca abandona o país rumo a Portugal. Alguns permaneceram, mas procuraram sabotar iniciativas do regime que se instalava. Outros eram apenas suspeitos de sabotagem. A esses, sendo portugueses, era aplicada uma punição: tinham 24 horas para abandonar o país e podiam levar 20 kg de bagagem. Essa medida ficou conhecida como 20-24 e aconteceu com uma certa frequência nos anos posteriores aos acordos entre a Frelimo e Portugal e após a independência em junho de 1975. Logo após o estabelecimento dos acordos entre Frelimo em Portugal- em 7 de setembro de 1974- ocorreu uma série de expedientes de ordem administrativa que vão dar origem ao que posteriormente irão se chamar de campos.

Omar Ribeiro Thomaz a Simone Pallone (2008), informa sobre os meios e expedientes que foram sendo medidas urgentes, sendo a primeira coisa eliminar o *Habeas Corpus* e em seguida foi também criado um regime de exceção, conferindo à Frelimo ou aos órgãos ligados ao regime, poderes extraordinários no tratamento às pessoas acusadas de sabotagem ou que teriam um comportamento inadequado, mulheres suspeitas de prostituição, indivíduos alcoólatras, pessoas consideradas desocupadas, vadias ou ligadas

ao tráfico. Dessa forma, essas pessoas foram levadas aos campos de reeducação, pois deveriam ser re-socializadas pelo trabalho.

O trabalho nos campos de reeducação era nas roças, que se chamavam machambas e nesse processo deveriam aprender os princípios do marxismo-leninismo e da construção do homem novo. A esse processo deu-se o nome de Operação limpeza que começou em 1974, precisamente em 12 de novembro, cerca de 124 mulheres foram enviadas para campos e não se sabe para onde. Foram colocadas em caminhões e levadas.

Ribeiro Thomaz *apud* Pallone (2008), comenta que não se sabe ao certo o número dos campos, mas com base em documentos encontrados nos arquivos do Departamento do Estado Americano, calcula que no final da década de 70, havia entre 20 mil pessoas, sem contar as 10 mil Testemunhas de Jeová que também foram enviadas para a reeducação. A operação produção afetou entre 50 e 100 mil pessoas só na cidade de Maputo. Em Inhambane e na cidade da Beira, a operação produção também foi marcante. Dessa maneira um grande número de pessoas foi levado da cidade para os campos sem nenhuma notificação prévia ou julgamento. Além dos campos de reeducação havia também campos para presos políticos, João Simão e Uria Simango foram levados para um campo de prisioneiros no Niassa ao norte de Moçambique e ali morreram.

Interessamo-nos também saber como os sobreviventes dos campos de reeducação sentem-se hoje e o que desejam como reparação do governo moçambicano.

A esse questionamento, vamos com Omar Ribeiro Thomaz:

As reivindicações não são claras. De forma geral querem o reconhecimento do sofrimento pelo qual passaram. Existe a ideia de que “nós sofremos, foi um sofrimento injusto”, ou seja, fui injustamente acusado de improdutivo, quando eu não era improdutivo, durante anos eu tive vencimento – salário – e agora eu não tenho reconhecimento, nem um pedido de desculpas. É muito interessante, conversando com eles, percebemos que não querem dinheiro, uma indenização, a casa de volta. O que eles gostariam é

que presidente em vigência na época, Armando Guebuza, fosse a Inhassune e pedisse perdão, pedisse desculpas pelo o que aconteceu. Imagino eu que eles esperam um reconhecimento público, diz Omar Ribeiro Thomaz.

Comciência: Essas pessoas não falam em voltar para as suas casas, para as cidades de onde vieram ou foram retiradas?

Omar Ribeiro: Thomaz: Não, eles consideram que houve uma ruptura. Afirmam claramente que há uma vida antes e uma depois da operação produção. Mais de uma vez falaram: eu não recuperei a minha vida e não vou recuperar nunca.

Comciência: Os mesmos têm medo de sofrer esse tipo de agressão novamente?

Omar Ribeiro: Têm. Isso também repetem com frequência, que não gostariam que isso ocorresse outra vez. O que indica que ainda acreditam que existe essa possibilidade.

Não há uma história oficial do país. A Frelimo se nega a dar qualquer informação sobre o desaparecimento e morte dos presos políticos. Embora não se tenha um silêncio por parte do Estado. Algumas vezes eles fazem referências às lideranças. Mas todo mundo fala, a população comenta o tempo todo. Os intelectuais viveram nesse período. No final da década de 80, o editor do principal Jornal do país, *Notícia*, era Mia Couto. É importante frisar que a Frelimo não era um bloco e que havia dissidências e oposições. Também faz-se urgente dizer que a Operação produção era vista por intelectuais, poetas, escritores, professores universitários com verdadeiro horror. Com maior ou menor encantos todos sonharam com a libertação do país e com o fim da pobreza, o que não aconteceu, gerando uma certa amargura de todos os que se comprometeram com o fim do regime colonial.

João Paulo Borges Coelho no seu discurso ao receber o “Prêmio Leya”, se refere à África como esse espaço tantas vezes disputado e por várias formas de produzir a sua ficção com base nas histórias de Moçambique:

Todavia, há uma matéria-prima que desde sempre foi passando despercebida às pesquisas, apesar das esforçadas expedições, da sofisticação das análises e dos testes, dos radares e sondas, enfim, dos satélites. A matéria-prima a que me refiro, em estado bruto parece uma pedra vulgar em nada distinta das outras pedras. É uma pedra feita das histórias das pessoas deste país, Moçambique, e desta região: dos seus desejos e sonhos, das suas memórias e disputas, dos lugares que habitam e do que fazem no seu dia a dia – enfim, dá vida que têm. Talvez (e porque é esta a

ordem do mundo enquanto não a conseguimos mudar), uma pedra despojada, mas ainda assim capaz de uma beleza e forças singulares.

Essa escrita com força e base no cotidiano e história dos moçambicanos, seja essa história algo difícil de se falar (os campos de reeducação) porque a censura, o medo e outros aparatos do Estado moçambicano não permitem que seja contemplada, revisitada, visibilizada para que não mais ocorra tal evento. Borges Coelho o faz na sua ficção em *Campo de Trânsito* (2007) apresentando-o como esse espaço onde várias mentalidades e subjetividades foram realinhadas e sufocadas em um sistema que instaurou sua ordem com uma dose de violência aos “cidadãos improdutivos”, e se eram assim denominados era para que fossem “produtivos” na escala do poder e construção dessa identidade de um Moçambique novo e com novos homens às custas de muitas vidas e histórias que foram esquecidas e jogadas em campos de segregação e extermínio.

Carmem Lúcia Tindó Secco (2011) no ensaio: *O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em As duas sombras do rio*, de João Paulo Borges Coelho, na Revista *Via Atlântica*, tece considerações sobre aspectos fundantes da obra de Borges Coelho e nos fala que:

A cisão constatada não foi apenas causada pelas guerras, pois, desde o colonialismo, o norte e o sul de Moçambique já se encontravam cindidos. A guerra civil apenas aumentou essa fissura. A unidade interna, durante a luta anticolonial, já se revelava fraturada, dividida entre as ações da FRELIMO e da RENAMO, o que internamente, também refletia as dicotomias externas do contexto mundial da Guerra Fria, incentivada por polarizações extremadas entre capitalismo e socialismo. Criticamente, a enunciação romanesca vai problematizando e desfazendo tais binarismos redutores.

O tempo na narrativa de Borges Coelho permite essa visita à história de Moçambique. Pelo viés da ficção somos convocados a conhecer os fatos que trazem esse “cindir” do qual nos fala Tindó Secco (2011). *Campo de Trânsito* (2007) de Borges Coelho, também discute esse cindir/cisão do povo moçambicano. Ao ser retirado como improdutivo para os campos ditos

de reeducação, parte dessa sociedade se divide em opiniões, conceitos e ressentimentos.

A história dos sequestrados, banidos e raptados na própria sociedade é uma ferida, uma cisão na vida dos moçambicanos, nos primeiros tempos em que se conquista a tão sonhada liberdade da colonização e em seguida para que o programa de governo seja cumprido e as metas alcançadas, divide-se uma sociedade em vários pedaços: os civis que não colaboram ou são simpáticos às ideias de Samora Machel e sua governação passam a serem denominados improdutivos, coisa que muito incomoda os sobreviventes dos campos ditos de reeducação.

Mungau, personagem de *Campo de Trânsito* (2007) tem trabalho, residência fixa. Enfim, é um civil com suas ocupações e não consegue entender a causa de sua prisão:

Ainda bem que nada tens a dizer porque eu também nada tenho a perguntar-te, e assim ficamos conversados. Quem te disse que eu queria informações? Farto de informações ando eu! Sente pelo o tom da voz, que o Bexigoso pretende intimidá-lo. Ou então está-lhe na natureza aquela permanente impaciência, a agressividade das polícias. Resolve não e dobrar.

Que me quer então? Pergunta num tom de ligeiro desafio a que o outro não parece atribuir importância.

Quero apenas que assines isto.

E estende-lhe a folha de papel.

Mungau suspira, sem olhar ainda para ela.

Compreendo, diz, mostrando alguma resignação.

Quer que eu assine uma confissão...

Qual confissão? Alguém falou aqui em confissão?

Queres complicar a tua vida mais do que já está? Vocês estão sempre a querer armar-se de vítimas. Toma cuidado que de vítimas percebo eu! A escolha é tua!

(...) Por alguma razão me trouxeram para aqui. Alguma informação que pensassem que eu tinha.

Lá estás tu! Já te disse que não preciso de informações nem de confissões! Nada do que possas dizer-me interessa! Quem precisa de saber coisas és tu!

(...) Há, portanto, uma ligação entre o comando e a firma onde trabalha. Tenta explorar esta nova e importante informação. Foram eles a denunciá-lo à polícia. Ou pelo contrário, foi a polícia que o desmascarou no emprego? Procura saber mais o tom do Bexigoso deixa muito pouca margem para as suas indagações.

Assinas ou não assinas?

Suspira.

Farei o que for necessário.
Escreves *tomei conhecimento*, colocas as datas, assinas em baixo e esta conversa fica terminada! Grita-lhe. (BORGES COELHO, 2007, p.22-23)

O diálogo tenso entre Bexigoso, que comanda os prisioneiros e Mungau, não evolui muito, pois o que detém a ordem lhe entrega um termo/papel e não admite que seja perguntado por coisa alguma. O autoritarismo é a base do cotidiano no campo de trânsito. Mungau se pergunta e procura alguma relação entre a firma em que trabalha/trabalhava e o comando, quem havia denunciado quem? É uma dúvida que persiste e persegue os pensamentos do prisioneiro.

Can (2011) sobre o destino de J. Mungau, associa e estabelece uma ponte com o hino de Duran na “Ópera do Malandro”, de Chico Buarque, contexto da Ditadura militar brasileira. O mesmo tendo sido capturado sem motivo aparente em sua casa, faz uma viagem e pernoita no campo de trânsito local em que se decide se os prisioneiros vão para o Campo novo ou Campo antigo. Nazir Ahmed Can, diz que Mungau torna-se num elemento mais desta espécie humana que é agarrada por uma lei que se serve do homem para depois o isolar e o desnudar, colocando-se precisamente fora e acima de si própria, no espaço soberano da exceção. A lei que é mote na canção de Chico Buarque na *Ópera do Malandro* (1979) “é a que tem ouvidos pra te delatar(...) nas pedras do teu próprio lar(...) A lei te vigia, bandido infeliz, com seus olhos de raio X, a lei te procura amanhã, com seu faro de dobermann”.

Mungau, prisioneiro do Estado moçambicano, é levado a assinar papéis, dos quais não tem ele a menor noção do que sejam. Sua relação no campo para onde se dirige irá definir a performance de narrador que recolhe em si os despojos de um Moçambique oprimido no regime colonial e agora opressor e cruel para com seus filhos na tão sonhada e defendida liberdade. Seja no campo transitório ou no campo novo para onde se dirige, ele, Mungau passará a compor, recolher e servir como voz, mesmo que sem muita difusão do que aconteceu nos campos de reeducação no Moçambique liberto.

CAPÍTULO 3

MEMÓRIA, REPRESSÃO E SILÊNCIOS NA OBRA *ENTRE AS MEMÓRIAS SILENCIADAS*, DE UNGULANI BA KA KHOSA

Moçambique não se encontrou. Devo dizer, embora existam teorias em contrário, que o papel do Estado é fundamental na libertação de iniciativas que conduzam a cidadania plena. E os primeiros anos de independência forma fulcrais na definição da pauta da nossa sinfonia cultural. Esmagamos as notas da diversidade, silenciámos as vozes que vinham das furnas do tempo e, movidos por pretensões ideológicas de difícil sustentação, tentamos erigir um corpo, permitam-me o empréstimo, sem ADN, incharacterístico, insosso, descolorido, de voz monótona, desenraizada, totalmente à deriva. Perdemos, na euforia da libertação, a oportunidade de libertar a memória e traçar, com inteira liberdade, o nosso destino cultural.

(Ungulani Ba Ka Khosa (2015, p.130) *Memórias perdidas, identidades sem cidadania*. In: Revista crítica de Ciências Sociais).

A ficcionalização dos fatos ocorridos no pós-independência em Moçambique são fios que tecem a literatura de Ungulani Ba Ka Khosa. Sua obra ficcional evidencia e traz à reflexão o comportamento autoritário e repressor do governo socialista de orientação marxista – leninista de Samora Moisés Machel. *Entre as Memórias Silenciadas* (2013), estrutura sua narrativa como uma orquestra de marimbas com dançarinos e coro. Assim, se organizam com as seguintes denominações: Mutsito (Introdução orquestral), representando a entrada dos dançarinos (Ngweniso), chamada dos dançarinos (Ndano), a dança (Doinya, Chibudo, Mzeno) preparação para os conselheiros (Nsumeto), os conselheiros(Mabandhla), final dos dançarinos (Njiriri) e o final da orquestra(Mutsito).

O romance de Ungulani Ba Ka Khosa apresenta os universos rural e urbano e as relações que os mesmos mantiveram com o novo regime. As opiniões e posicionamentos sobre a construção do novo Moçambique e do “homem novo” é assunto diluído na obra ficcional, de maneira a transfigurar esse momento histórico nas vidas e destinos atropelados pela reeducação nos campos. Fernanda Gallo (2015) apresenta os outros personagens mais elucidativos que se fazem presentes no *Entre as memórias silenciadas* (2013). A autora, diz que a vida na reeducação é uma ferida não cicatrizada na história de Moçambique:

(..)Tem como ponte o personagem central Pedro, irmão de Gil, e suas relações com os amigos Mário, José e Antônio na boêmia Maputense. Com maestria, Khosa explora a complexidade psicológica de personagens como Lotasse, pai de Pedro, que deixou a terra ancestral e emigrou para a cidade após o trauma de ver o pai matar seu boi predileto para um ritual familiar. Através dele narra-se a vida em Lourenço Marques, antigo nome de Maputo no período colonial. (...) Já Pedro vive um misto de êxtase e melancolia acompanhado do amigo Mário, cujo pai foi acusado de comprometido com o regime colonial; de Antonio, o branco preto, entusiasta da revolução sempre a vomitar frases prontas da cartilha socialista e, finalmente, de José, que traficava sutiãs e calcinhas das cooperantes brancas, com quem transava, para as prostitutas do seu subúrbio.

É dramatizado o ambiente rural e urbano na obra de Ba Ka Khosa com os cidadãos moçambicanos levados à reeducação. Há uma constante busca pelas memórias subterrâneas e forçadamente postas no campo do esquecimento pela construção do “homem novo” e da “nova nação,” longe dos tribalismos e vícios do período colonial, o que também configura um crime contra a comunidade moçambicana, ao se impor um projeto político que inclui o apagamento dos registros e códigos culturais em um país tão diverso e com identidades que se constroem e se negam à medida que operar uma nação por via de mão única é no mínimo um retrocesso, num lugar em que diversas culturas se construíram e se impuseram ao longo dos anos de colonização e também no processo de descolonização.

A memória como instrumento, recurso subjetivo e cultural, apela e acena para que os fatos por mais traumáticos que se apresentem não sejam excluídos e suprimidos da história de quem os sofreu.

Bezerra e Duarte (2017, p.165-167) afirmam que nesse contexto de união entre a memória individual e a memória coletiva é inserida a obra do moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa, *Entre Memórias Silenciadas* (2013), romance concebido com diferentes personagens e apresentando múltiplos discursos, contextualizados no período da primeira república, no retorno a um Moçambique em pleno movimento revolucionário. Assim, Khosa busca, nesse texto, um caminho na esteira da Pós-colonialidade e como autor inscrito no que Francisco Noa postula em relação às literaturas nacionais: o que entende se que as literaturas nacionais e no caso de Moçambique, na sua emergência e afirmação é que encontram-se em rota de colisão culminando em processo de ruptura e negação com a portugalidade manifesta nos textos coloniais.

Tutikian (2014, p.68) sobre *Entre as memórias silenciadas*(2013), observa que o romance é formado por diferentes personagens em diferentes espaços e discursos sociais, numa orquestra polifônica(...) e que do diálogo entre a Literatura e a História é de onde emergem essas vozes, memórias subterrâneas, personagens que são trazidos à ficção, tecendo aos poucos e com extrema habilidade as memórias subterrâneas.

Dessa forma, o texto de Khosa é de valia na investigação desta Tese que propõe investigar, através do registro ficcional, o que eram e como se organizavam os campos de reeducação. Aproximações com a história de Moçambique, no período em que se deu a implementação dos campos de reeducação, entre os anos de 1974 e 1980 com o intuito de eliminar os comportamentos associados ao colonialismo português, ao sistema capitalista e aos hábitos culturais considerados um atraso para a nova nação em construção. Tutikian (2014) informa que os centros de reeducação ficavam em zona de florestas densas ou em locais remotos, completamente isolados das comunidades. Através do trabalho forçado na agricultura, os reeducandos deveriam aprender os princípios do marxismo-leninismo, o próprio sistema de reeducação buscava inspiração nos modelos soviético e chinês.

Esta problematização e visita ao contexto histórico já explicitado em capítulo anterior desta tese, convoca ao aprofundamento da discussão por outros prismas, os quais tomaremos como carro da história de Moçambique em busca de elementos que possam referendar a discussão e contribuir na reflexão maior; a de que não queremos que esse evento de exclusão e dos direitos civis se repita em qualquer espaço ou país.

3.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA PÓS-COLONIAL

A História e a Memória estão interligadas pelo fato de a primeira alimentar-se tenazmente da segunda. Para cada povo há modos diferenciados de narrar seus feitos por outrem ou terem suas narrativas e processos históricos atropelados, anulados e até mesmo negacionados como o foram a história dos africanos e povos colonizados.

É tarefa dos Estudos Pós-coloniais discutir e interpretar a reconstrução dessas narrativas obliteradas pelo Imperialismo e Colonialismo, apresentando as vozes e acontecimentos que foram propositalmente silenciados pelos longos períodos de invasão e implementação de um sistema perverso, que além de negar a existência do outro não lhe permite que tenha voz e possa ser reconhecido como cultura e organização política.

Rita Chaves (2005, p.221), expõe sobre a história e a literatura a reflexão que os Estudos Pós-coloniais já definem em suas bases:

Com vínculos tão fortes com a História, a literatura funciona como um espelho dinâmico das convulsões vividas por esses povos. Nela refletem-se de maneira impressionante os grandes dilemas que mobilizam a atenção de quem tem a África como objeto de preocupação: relação entre a unidade e diversidade, entre o nacional e o estrangeiro, entre o passado e o presente, entre a tradição e a modernidade.

A relação entre História e Literatura se estreita mais ainda quando a ficcionalização dos fatos traz à tona determinados traumas e memórias, os quais estão sempre sendo inspirados nas figuras políticas e públicas, nos emblemas de uma nação e nos heróis inventados pela história oficial orquestrada com o intuito de novamente colonizar aqueles que supunham terem se livrado do colonizador e da brutalidade do sistema anterior. Constatam nas autoridades que se pretendiam libertárias e revolucionárias, o mesmo comportamento de colonizador, outrora vivido e renascido nas novas formas de organização política, como no caso da implementação do sistema dos campos de reeducação, vergonha da história de Moçambique.

Com o advento dos Estudos Pós-coloniais como afirma Spina (2015, p.597), começou a ganhar força a ideia da reescrita da história, a partir da desconstrução do passado e da tentativa de reconstrução de identidades culturais rasgadas pelas relações de poder e vivências subjacentes ao mundo colonial. Assim, Spina diz que nesse processo de reavaliação do passado, onde a voz narradora passa da posição hegemônica do colonizador para a subalterna do colonizado conforme a leitura de Gramsci feita pelos *Subaltern Studies*, a literatura ocupa um lugar privilegiado e desenvolve verdadeira função de arquivo, constituindo uma arma de reivindicação do direito dessas identidades existirem.

As aproximações entre História e Literatura atrai frente à ficção de Ungulani Ba Ka Khosa e com especial atenção a obra *Entre as Memórias Silenciadas* (2013) pelo fato de narrar a vida dos reeducandos e suas falas e posicionamentos acerca do regime totalitário que determinava e doutrina, além de manter longe das suas famílias e presos à uma rede de catequização das pessoas e esquecimento diário das identidades pela reeducação dos corpos e sua docilização.

Sheila Khan (2016, p.221-222), diz:

As sociedades mantêm com seus tempos históricos uma relação de amor, ódio, esquecimento e exaltação. No âmago dessa relação, as memórias assumem o papel de criadoras

de narrativas importantes para estabelecer pontes de união entre seus cidadãos, tornando-as ferramentas maleáveis em prol de um constante processo de interpretação e negociação com realidade em mutação. Claramente, as narrativas caracterizam-se para a memória humana como elementos portadores de coerência, de continuidade e de estabilidade identitárias. A seleção de memórias define e reflete o modo como as nações, os países e as suas comunidades dialogam com o seu patrimônio cultural, social e ontológico. Esta escolha não é de todo anódina e destituída de um certo sentido crítico e estratégico. Pelo contrário, revela que, a par de uma historicidade ou narratividade do que é socialmente definido como oficial e legítimo, existe um outro lado ocultado, esquecido, ignorado e conscientemente definido como pouco válido para uma determinada época, etapa histórica e política de uma sociedade e de um país.

Para tanto, basta que se observem as narrativas coloniais as quais se encarregavam de ovacionar o Império e o Colonizador em detrimento da cultura do natural da terra e denominado também pelo o Império como colonizado. A narrativa dos subalternizados não era prioridade na sequência da história e dos fatos por aqueles que dominavam as estruturas de dominação e poder.

Patrick Chabal (1954, p.15) expõe que a literatura é uma componente da identidade cultural de todos os Estados-nação, apesar de evidentemente ser muito mais que isso. Nessa perspectiva, a moderna literatura é melhor compreendida do ponto de vista histórico como uma das mais importantes formas de produção cultural, através da qual um Estado-nação pode ser identificado.

Ungulani Ba Ka Khosa, ocupa-se de representar o período de 1974-1980 aproximadamente, no *Entre as memórias silenciadas* (2013) ao tecer pela literatura os fios da história, num exercício de memória e reconstrução dos fatos ocorridos e silenciados pelas próprias autoridades moçambicanas, pois, a ordem da nova nação estaria comprometida pelos atos de barbárie praticados pelos agentes do Estado ao conduzir e sequestrar os moçambicanos em seu próprio território, por um crime não cometido e para mostrar a força da nova nação que submeteu milhares de moçambicanos às situações vexatórias nos temidos campos de reeducação no Niassa, um dos

locais para onde foram levados como presos aqueles que nem mesmo compreendiam o motivo da cassação dos seus direitos civis.

Convocamos as reflexões de Inocência Mata, que diz:

Num tempo distópico, atravessado pelo desencanto e pela perda da inocência, o tempo pós-colonial, Memória e História são agora matrizes do novo discurso da identidade cuja topologia passa também pela revitalização de um passado e o questionamento de um passado mítico, construído sobre uma mística do heroico e do épico, em que radica o discurso nacionalista. (MATA, 1999, p. 253)

O desencanto e a perda da inocência associados ao tempo pós-colonial, como expõe Inocência Mata, é sentimento de frustração pela ânsia e sonho na reconstrução das sociedades pós-coloniais. Aqueles que compuseram o quadro de lutas pelas independências sentiram-se traídos quando os governos assumiram o compromisso de os libertar, passam também a aprisioná-los numa nova ordem política e numa via de pensamento único como fez a FRELIMO, partido único que conduzia os destinos do Moçambique recém-liberto.

Sobre a relação entre História e Literatura, cabe dizer que:

(...) São outras tantas questões que articulam o debate, que aproximam e entrecruzam as narrativas histórica e literária, entendendo-as como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto. (PESAVENTO, 2003, p.32)

Entre os discursos ficcional e histórico há o papel da memória como elemento que tece e oferece à humanidade o conhecimento de fatos e eventos traumáticos, os quais podem se perder na poeira das interpretações

e renascerem pelo viés histórico e literário, cada qual mantendo sua forma de trazer a narrativa com fidelidade ao tempo histórico, como no caso da história. Pela ficção evoca-se também lembranças e fatos revisitados com nomes e lugares reinventados ou não, mas com aquele distanciamento de datas precisas, citação de figuras políticas e regimes, restando ao leitor a capacidade de pelo discurso metafórico identificar eventos traumáticos ou não para as sociedades representadas nesse mesmo discurso.

Sheila Khan (2016, p.220) situando o tema da memória em contexto à Moçambique pós-libertação, afirma:

A memória que um país constrói sobre si mesmo pode alcançar registros entre si contraditórios. Se por um lado se apresenta magistral; por outro lado pode assumir uma visão omissa, seletiva e sinuosa de si mesma, resvalando quase para uma leitura ficcional dos seus anais. A memória não se escreve por linhas retas e rigorosamente definidas. Curiosamente, manifesta-se com alguma frequência por uma habilidosa maneira, que ora tenta resgatar seus escombros as glórias do seu passado, ora para esconder sem pudor e moral os feitos dignos e exemplares dos seus homens e mulheres.

As figuras políticas que tem representado as novas democracias e a reconstrução dos Estados-nação oferecem essa dupla categoria sobre a qual Sheila Khan(2016) discute; se por um lado as lutas pela libertação colonial envolveram grande ou a maior parte da população desses países, por outro lado, também, ao se estabelecer a nova ordem, os direitos civis fundamentais desses povos não são considerados e se impõe uma nova forma de colonizar e oprimir, causando traumas e constrangimentos irreparáveis como no caso dos campos de reeducação.

Relembrar os fatos traumáticos vividos nos campos de reeducação é doloroso como qualquer rememoração de uma afronta ou crime cometido cometidos contra uma população. Mesmo a literatura não sendo tendo o dever de denunciar esses fatos, junto às instituições e agências de discursos e no caso da ficção, envia à sociedade de forma “despretensiosa”, ecos de um passado recente e que mesmo sem ser mencionado nas notícias

internacionais e sem uma política de reparação aos que sofreram esse trauma, sobreviventes ou não, essas pessoas têm família e história, e essa história e memória não podem ser desprezadas.

Reconheçamos que:

Neste contexto, importa problematizar os regimes de adequação entre os sujeitos que experienciam em sentido direto um evento, um momento, um fenômeno, e os sujeitos que recebem os testemunhos, que narram ou que traduzem a experiência dos outros, como uma segunda memória. Existem hierarquias entre aquele que conta, que dá o testemunho, e o destinatário pós-geracional desse testemunho, que o reescreve numa outra narrativa? Será aquele que narra a memória tem a mesma legitimidade e autoridade na sua narrativa, quando comparada com a autoridade da narrativa original? Como medir e interpretar os intervalos críticos entre uma e outra memória? Quais as autoridades da memória e da pós-memória? Quando em diálogo ou confronto? Na presença dessas autoridades, quem são e onde estão os autores? Qual o valor de falarmos de uma memória multidirecional com várias escalas autorais? Será mais apropriado falar em dever da memória ou em direitos conflituais de memórias e pós-memórias? (SILVA, KHAN & MENDES, 2016, p.6)

Como uma segunda memória, a literatura de Ungulani Ba Ka Khosa se utiliza do ficcional e mostra os horrores dos campos de reeducação em Moçambique. São personagens que espalhados pela narrativa nos espaços urbano e rural dramatizam e vivem o tempo do horror e da repressão implementados como política de Estado que se utiliza do termo “reeducar”, para instaurar um cotidiano de medo, doutrinação e isolamento criando uma geração que ao retornar para a sociedade não tinha mais relação alguma com a realidade e passaria a compor os quadros dos excluídos e indesejáveis da nação, como referenda Rainério dos Santos Lima (2017, p.38):

Assim, no romance em tela, os sujeitos ficcionais, marginalizados do projeto da nação independente, são despossuídos de seus direitos de cidadania e submetidos pelo poder instaurador da nova ordem socialista aos campos de reeducação com o objetivo não só de se tornarem corpos

dóceis ao regime revolucionário – o sentido biopolítico do homem novo – mas de modo a impossibilitar a formação de memórias que testemunhassem a própria existência dos campos de reeducação. Caberia à ficção Pós-colonial testemunhar no lugar dos sobreviventes do campo, silenciados que foram durante o Estado de exceção.

Ungulani Ba Ka Khosa expõe essa mancha na história de Moçambique contemporânea, seus campos de reeducação são similares ao campos de concentração na Alemanha nazista, por estabelecerem uma rotina de horror, de morte e sujeição à vontade do Estado:

(...) Nós não éramos coisa alguma. Éramos nada. Não tínhamos nada. A nossa fronteira de existência estava entre a humanidade e animalidade. De dia havia Homens à nossa guarda. À noite éramos entregues às regras da natureza. Estávamos na zona de ninguém. Diziam-nos que a felicidade eterna nos esperava para lá da inexpugnável e desconhecida floresta. Éramos pessoas em o palco da existência que chamam sociedade. Os nossos nomes só tinham validade pelos delitos cometidos, Ah és o drogado, o bêbado, o reacionário, já me recordo...Por essas razões, as nossas casas não precisavam de portas que nos defendessem da incursão maléfica do Homem, porque a nossa vida estava no limite da fronteira humana. Os leões e as hienas, companheiros da nossa tragédia, não se aventuravam a transpor o limiar dos nossos aposentos. Diziam-nos que tal decoro e respeito pelas casas devia-se à ausência das criaturas da felicidade e sobrevivência da prole humana: as crianças. (KHOSA, 2013, p.59)

Gil, personagem e narrador das situações vividas no campo de reeducação, levado à reeducação por apoiar a prostituição na Mafalala, bairro boêmio de Maputo, expõe a situação desumana a qual eram expostos os que ali estavam. Como presos eram vigiados durante o dia e a noite entregues às regras da natureza, ou seja, aos perigos das hienas e leões que de maneira fronteira partilhavam da mesma comunidade: homens e feras reduzidos e incorporados à floresta como partes diluídas e esquecidas na brutalidade da natureza animal.

Teixeira Ribeiro (2017, p.33) enfatiza:

O texto de Ba Ka Khosa transita por entre as várias realidades de Moçambique, esquadrihando os espaços da barbárie, sobretudo aquela “racionalmente instituída”. É assim que, num romance como *Entre as memórias silenciadas*, encontramos o símbolo maior da degenerescência da ideia de Progresso: os famigerados campos de reeducação. Lugar de formação do “homem novo” – conhecedor da soberania pátria e dos valores comunistas, após a Independência do jugo colonial – esses campos receberam todos os elementos indesejáveis à construção de um país livre, livre de “vícios sociais”, sejam eles endógenos ou exógenos. Artistas, prostitutas, profissionais liberais, homossexuais, curandeiros, opositores do regime, todos são levados para “reaprender” a ser gente. O campo ressurgue na narrativa não como espaço de cultura ancestral, mas como cárcere da diversidade, trazendo, junto ao precário cultivo da terra, um nauseante cheiro de morte. Todos são mendigos subjugados pelo mito do Progresso, sejam eles comandantes ou comandados.

São prisioneiros que numa instituição do Estado moçambicano perambulam pelo campo sem um destino certo e no momento em que o país liberto poderia oferecer segurança, garantias de direitos fundamentais e a possibilidade de participarem da “reconstrução da nação”, são encarcerados e categorizados como “impróprios” para o convívio social.

3.2. ESTADO DE EXCEÇÃO E OS CAMPOS DE REEDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Segundo Agamben (2004, p.12-13), entre os elementos que tornam difícil uma definição de Estado de exceção, mantém-se uma estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência, sendo oposto o Estado normal, a guerra civil se encontra numa zona de indecibilidade quando ao Estado de exceção, que é a resposta do poder estatal aos conflitos internos mais extremos. O autor toma como referência um clássico exemplo o Estado nazista sob a batuta de Hitler que mal o poder lhe foi entregue, promulgou, em 28 de fevereiro, o Decreto para a proteção do povo e do Estado. O decreto nunca foi revogado, de maneira que todo o Terceiro Reich pode ser

considerado do ponto de vista jurídico, como um Estado de exceção que durou 12 anos.

Tomamos nota do que Agamben (2004) aponta ainda sobre o totalitarismo moderno que pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do Estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Essa prática tem se tornado ainda que não declarado no sentido técnico, uma das práticas essenciais dos Estado contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.

Nesse contexto, na Alemanha nazista foram erigidos os campos de concentração, artefactos do mal, instrumentos de anulação da vida e vergonhas da humanidade.

Analogamente, em Moçambique, no pós-independência entre 1974/1980 foi vivenciada prática análoga aos campos nazistas, o surgimento dos campos de reeducação, no intuito de “reeducar” e construir a ideia de homem novo para uma nova nação, higienizada nos propósitos do socialismo por Samora Machel e comando da FRELIMO.

São dois exemplos de Estados de exceção; a situação na Alemanha nazista, tema já balizado nessa tese e os campos de reeducação em Moçambique, cada qual, ao seu modo, opunham-se aos direitos civis e impuseram uma ordem à parte daquilo que pregavam como nação livre dos vícios, acabaram por manter um cotidiano de medo e horror ao privar o cidadão dos direitos fundamentais e a vida

Para Arendt (*apud* AGAMBEN,2017, P.126):

O totalitarismo tem como objetivo único a dominação total do homem. Os campos de concentração são laboratórios para a experimentação do domínio total do homem, porque a natureza humana sendo o que é, este fim não pode ser atingido senão nas condições extremas de um inferno construído pelo homem.

Nesse contexto, estabelece-se por uma ordem maior, totalitária e que não dialoga com os cidadãos, o campo de reeducação. Como prisão em meio a uma sociedade também presa a certa estrutura de poder que só enxergava um partido político único, respeitado e ovacionado pelo fato de ter conduzido a libertação do período colonial, a FRELIMO sob a governação de Samora Machel, impõe-se e obriga aos “reeducandos” uma vida à parte da sociedade moçambicana categorizados como doentes, improdutivos e imprestáveis à construção do país.

3.3. A HISTÓRIA E A MEMÓRIA PELO CINEMA DE LICÍNIO AZEVEDO”

Entre as Memórias Silenciadas (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa traz a figura de Lotasse, personagem que habitava o espaço rural e vai para a cidade frustrado, após a morte do seu boi de estimação, usado em uma cerimônia em honra de seus antepassados. Ao mudar-se para a cidade vai trabalhar em vários serviços domésticos até ocupar o cargo de assistente de projecionista no cinema “Gil Vicente” na Lourenço Marques. Suas memórias do tempo em que vivera no campo com sua família confundem-se com as imagens dos filmes exibidos no cinema e conflituam os espaços urbano e rural respectivamente faces de um mesmo país dilacerado pela guerra civil e pelas mudanças políticas que ainda são novidades para o povo e para o personagem Lotasse:

A cada filme que rodava, Lotasse erigia o seu próprio, com cenários que o sonho edificava na savana distante da sua adolescência. As palhotas viravam casas de construção sólida; os carreiros avenidas largas e medidas, os pretos, homens, vestiam fatos e andavam descalços. As mulheres, ainda não tinham o direito de sair das casas de construção sólidas. Os poucos brancos que mantinham o cabelo corrido, continuavam patrões em andavam em carros a manivela ou em jarretes puxadas por pretos. (KHOSA,2013, p.27)

O cinema no qual Lotasse passaria parte de sua vida, evoca imagens coloniais. Os filmes que ali eram exibidos traziam ainda a força da imagem eurocêntrica e norte-americana pela invasão dos nomes dos artistas e títulos dos filmes, a presença imposta de uma outra cultura ainda povoa a memória do personagem e não lhe causa comoção, sente-se uma pessoa à parte daquilo que é forçadamente obrigado a ver todos os dias em função do trabalho que exerce:

Lotasse usava o calção mais respeitável do seu guarda-roupa e dirigia-se, a passos de senhor, ao cinema Gil Vicente. O cinema mudo era o seu mundo. O resto não o interessava. Quando os cinematógrafos exibiam espetáculos de revista, anunciando, em cartazes coloridos, bailarinas em trajes menores, Lotasse não se comovia, pois o ritmo e o compasso das revistas não entravam em sua estrutura musical. Em tais ocasiões em na posição de distribuidor de lugares pela sala de espetáculos, sentia-se entediado com a barulheira dos actores e os risos sem sentido da plateia. (...) Para ele, só o cinema, o movimento das imagens, o som do piano, a rebeca de eleição, tinha interesse. (KHOSA, 2013, p. 28)

A cultura de Lotasse não se enquadrava aos espetáculos do cinema “Gil Vicente”. O cinema, com suas imagens e o som da música, era o que o atraía em seu trabalho. Vindo do campo, de uma realidade rural, o personagem não via nada de interessante nas danças e números que ali eram representados. Já o cinema, por apresentar uma outra linguagem e plasticidade, aproximava-se da sua infância na savana (p.27) que, de fato, era o seu mundo. As imagens ali exibidas evocavam a memória recente, da qual teve que se afastar para sobreviver em outro espaço, com outra dinâmica e organização que lhe trazia desconforto.

A experiência de Lotasse remete ao que aponta Pollak (1989, p.6-7)

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume que resume a imagem que uma sociedade majoritária

ou o Estado deseja passar ou impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.

O que Lotasse deseja esquecer? a experiência da guerra civil devastadora em seu país recém-liberto, a incerteza que pairava sobre os moçambicanos no que se relacionava à segurança, trabalho e garantias de direitos? A vida nas aldeias tornara-se impraticável com os homens a buscarem trabalhos nas cidades e perderem suas memórias pela poeira e cinzas de um Moçambique imerso na desigualdade e violência a ocupar todos os espaços, sejam urbano ou rurais. Memória em chamas ou semeada em cinzas é a metáfora de um país que não encontrou seu caminho, pois refém de uma colonização ferrenha, tem nos primeiros anos de independência equívocos referentes a políticas que dessem conta das necessidades de seu povo.

Ao contrário uma sociedade em ruínas e incendiada pela ideia de divisão. Dividir para reeducar e trazer à sociedade “curado” aquele que “mancharia” o nascimento de um novo país.

Além da obra de Ungulani Ba Ka Khosa, *Entre as memórias silenciadas* (2013), temos o cinema de Licínio Azevedo, brasileiro do Rio Grande do Sul e radicado em Moçambique desde 1975 que produz cinema, programas de televisão com grande atividade no cinema moçambicano. No filme “Virgem Margarida”, é apresentado o cotidiano dos moçambicanos levados à reeducação e em especial caso, as mulheres.

São memórias subterrâneas e pouco ou nada revisitadas, mas, que a literatura de ficção e o cinema também expõe como ferida e imagem que se pretende ser esquecida.

O cinema no qual Lotasse trabalha é incendiado e muitas das memórias e imagens são queimadas e nada pode ser recuperado desse acidente:

O Sr. Júlio de Matos, operador de máquinas, chefe directo de Lotasse, estava no quiosque quando, alertado pela multidão que acorria do cais e da vizinhança do Gil Vicente, viu nuvens de fuma alteando-se do tecto do cinema. (...) Quando os bombeiros chegaram, quinze minutos depois do alerta, pouco mais puderam fazer que circunscrever o fogo ao perímetro do cinema. O cinema Gil Vicente ardeu por completo. (KHOSA, 2013, p. 29)

Utilizamos a representação do incêndio do cinema Gil Vicente na Lourenço Marques de outrora, tido como um segundo trauma para Lotasse que antes já perdera a relação que tivera com o universo rural e vivia das imagens projetadas no “Gil Vicente” que agora em chamas e cinzas representava uma segunda perda para o personagem.

Entre as memórias silenciadas(2013), de Ba Ka Khosa, tem título metafórico e que reclama por não esquecer os fatos ocorridos na colonização e também no pós-independência.

As chamas e cinzas do incêndio do Gil Vicente não poderão se repetir ao tratar do que fora os campos de reeducação para a sociedade moçambicana nas décadas de 70 e 80 do século passado.

Trazemos para as discussões desta tese o cinema feito em Moçambique por Licínio de Azevedo, um cinema que destoa daquele proposto por Samora Machel e pela FRELIMO, no intuito de dinamizar a sociedade socialista em construção. Com o olhar desse cineasta, tem-se através da linguagem do documentário e do filme propriamente dito, o escavar e trazer à tona essa memória que o esquecimento não sepultou, como diz Santo Agostinho (2001, p.98)

Virgem Margarida (2012), filme de Licínio Azevedo retrata a exposição de um cotidiano de opressão e medo, a retirada das mulheres que estivessem na rua, prostitutas ou não, quem fosse encontrado sem documentos pelas

ruas de Maputo e outros lugares eram categorizados como desocupados, vadios e impróprios para o convívio social. O filme *Virgem Margarida*, recupera e mostra por outra visão esse cotidiano.

Segundo Manjate (2017, p.113) após a independência de Moçambique, Samora Machel, presidente de Moçambique, criou o Instituto Nacional de Cinema (INC) que se ocuparia da produção de filmes, documentários “oficiais” e para a formação de cineastas. Era necessário levar a todos as ideias e os ideais sonhados para a jovem nação, o público-alvo não era a burguesia, mas os operários e os analfabetos que na época eram 95% da população. A preocupação dos cineastas como afirma Teresa Manjate (2017, p.113) era a de adequar a linguagem cinematográfica a esse público.

O cinema como indústria cultural é responsável pela divulgação de imagens e ideologias as mais diversas. Em Moçambique também não ficou sem prestar o seu papel na fomentação de documentários e filmes que ovacionassem o sistema vigente e informasse às massas aquilo que era propositalmente filtrado pelo regime socialista de cunho marxista-leninista, adotado por Samora Machel na sua governação.

Porém é importante dizer que sobre o cinema e a vida cultural em Moçambique:

A história do cinema em Moçambique, no seu período pós-colonial, inclui uma série de acontecimentos importantes, que partem da implementação de um modelo de cinema estatal, como estratégia para a consolidação de um governo de orientação marxista, inspirado nos modelos desenvolvidos em Cuba e na URSS. Nesse modelo de produção, os filmes eram usados como importante ferramenta para a difusão dos ideais revolucionários, um meio para conduzir a população à construção de uma nova nação, um novo homem, que refletisse criticamente sobre sua condição social. Um cinema com finalidade social. Ao mesmo tempo, o Estado conferia ao cinema um importante papel educativo, pois, o país enfrentava altos índices de analfabetismo em língua portuguesa, sua língua oficial, além do fato de existirem

diferentes línguas nativas faladas ao redor do país, fatores que, somados aos problemas sociais, frutos do período da colonização, tornavam o cenário em Moçambique bastante complexo. (SORANZ, 2014, p.14)

Nomes como do brasileiro Rui Guerra, o franco-suíço Jean-Luc Godard e o francês Jean Rouch irão desenvolver o cinema moçambicano desse período (pós-independência), confirmando uma experiência singular de cinema revolucionário em um país que havia conquistado sua independência recentemente diz Soranz (2014, p.149)

Adorno (1996, p.119) sobre o cinema e sua forma de atuar, diz:

O filme não deixa mais a fantasia e ao pensamento dos expectadores nenhuma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no quadro da obra fílmica (...) o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade.

Para tal fim também se ocupa o cinema estatal; identificar e mostrar para uma população a ideia de verdade a ser construída e imposta e construção de um sujeito pelos moldes daquilo que se pretende como “verdade” pelo o Estado. Essa mesma atividade é vista também na prática da alienação das massas na Alemanha nazista governada por Hitler e em outros regimes ditatoriais que usa do cinema, da Literatura, do Jornalismo, das Artes plásticas e da Educação para doutrinar e manipular aqueles que se encontravam nos territórios do horror e do medo.

O apelo e a construção de uma identidade nacional para Moçambique era assunto de pauta primeira para Samora Machel. Unificar o que estava dividido e espalhado culturalmente, combater os tribalismos e fazer “morrer a tribo para nascer a nação” lema levado até os extremos daquilo que se podia exigir e permitir na esfera da normalidade.

Licínio Azevedo ao filmar “Virgem Margarida” em 2012, vai na contra-mão daquilo que se esperava de um cinema estatal, ou seja um cinema que servisse aos interesses do governo moçambicano ou dos “heróis nacionais”.

Ao tratar dos campos de reeducação, Licínio Azevedo oferece via outra forma de representação, o cinema, um retrato da sociedade moçambicana do período pós-independência.

Hilary Owen, explora a temática acima referida e diz:

Virgem Margarida trata a pós-independência imediata de 1975 e o tópico controverso e, ainda em grande medida, *tabu* dos campos de reeducação no Norte do país, onde foram conduzidas da cidade capital milhares de prostitutas ao lado de outras mulheres “inocentes” para serem transformadas em “mulheres novas” e cidadãs exemplares para o Estado marxista-leninista. O foco principal do filme é precisamente esta inocência de uma mulher virgem, a Margarida, uma noiva recém-lobolada, de 16 anos, apanhada por engano no meio de um grupo de prostitutas, que tentam protegê-la no campo. Licínio Azevedo já tinha tratado este tema no seu filme documentário *A última prostituta* (1999). As mulheres entrevistadas para este documentário contaram-lhe a história trágica de Margarida, que ele depois decidiu focalizar de forma mais ficcional, embora ainda com base verídica, para o filme *Virgem Margarida*. (OWEN, 2016, p.298)

O filme *Virgem Margarida* também explora e apresenta uma narrativa que deve ser revisitada. Tanto nos textos ficcionais de Ungulani Ba Ka Khosa e de João Paulo Borges Coelho há material mais que suficiente para que essa história não passe despercebida e possa parecer as autoridades moçambicanas e internacionais como um caso isolado do governo socialista de orientação marxista-leninista de Samora Machel em idos de 1975 e anos seguintes. Licínio Azevedo em entrevista à Marta Lança, da *Buala*(2012), esclarece que o seu filme “A última prostituta”, é um documentário clássico de entrevistas. Uma fotografia de Ricardo Rangel, com dois militares escoltando uma prostituta chamou sua atenção e que o depoimento de uma outra prostituta, sobre uma camponesa que tinha se deslocado até a cidade comprar enxoval e sem documentos e que fora levada para os campos por engano. Com base nessa história contada por reeducandas: uma virgem num centro de reeducação entre setecentas prostitutas.

Cordeiro (2013), sobre o documentário *A última prostituta* (1999), inspirado em uma única fotografia a preto e branco, serve para algumas

mulheres vítimas desse processo falarem pela primeira vez, a quem está por detrás da câmara e talvez a pessoas próximas e também consigo mesmas: quando falam sobre a violência a que foram sujeitas, choram. No filme também choram diz o realizador Licínio de Azevedo, que mesmo de rostos tapados, destapam tudo. É a primeira vez que elas se exprimem, diz o cineasta: Os testemunhos mostram a revolta total e absoluta dessas mulheres.

É importante relacionar o documentário *A última prostituta* (1999), e o filme *Virgem Margarida* (2012), de Licínio de Azevedo como expressão que destoa do cinema proposto no pós-independência, pois informa, através do documentário e do cinema numa linguagem que aproxima o factual e ficcional e diz uma versão da história que obliterada e violentamente posta no “esquecimento”, surge como um revide e provocação aos moçambicanos de hoje para que revisitem sua história recente e possam dizer algo sobre essa situação de barbárie que vem a conhecimento e a público por João Paulo Borges Coelho em *Campo de Trânsito* (2007), *Entre as memórias silenciadas*(2013),de Ungulani Ba Ka Khosa assim como pelo trabalho de Licínio de Azevedo no documentário *A última prostituta* (1999), e pelo filme *Virgem Margarida* (2012).

3.4 A POÉTICA DO MEDO: SILENCIAMENTO NOS CAMPOS DE REEDUCAÇÃO

Entre as memórias silenciadas (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa, evoca a poética do medo, ou seja, uma retórica, uma expressividade que reprimida passa a estabelecer um cotidiano e linguagem do não-dito.

É ilustrador o poema de Carlos Drummond de Andrade (2008, p.159), que expõe essa angústia de um cotidiano pautado no horror e no medo, o poeta brasileiro como homem de seu tempo usa a linguagem poética para dizer pela subjetivação da realidade que há uma insatisfação e um medo que é descrito:

Congresso Internacional do medo

Provisoriamente não cantaremos o amor,
 que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
 Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
 não cantaremos o ódio porque esse não existe,
 existe apenas o medo, nosso pai e companheiro,
 o medo grande dos sertões, dos mares dos desertos,
 o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
 cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
 cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,
 depois morreremos de medo
 e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e
 medrosas.

A vida no campo de reeducação surge como a personificação do silenciamento e do medo expressos nas ordens dos comandantes e daqueles que se utilizam do poder e do autoritarismo, que só podem se manter através da construção de uma ordem e do medo, sentimento que gravita o campo e mantém todos os reeducandos numa existência sem sentido. Para onde iriam após a reeducação?

Isolados do que acontecia no restante do país recém-liberto, estavam mais para retirados e excluídos da sociedade do que para pessoas em processo de educação ou reeducação, termos que se contradizem e são usados para maquiar o que de fato eram os campos de reeducação: depósitos de pessoas, recolhidas como o “lixo humano e social” que não caberiam no Moçambique “limpo e higienizado” pelo Marxismo-leninismo traduzido na governação autoritária de Samora Machel.

A rotina no campo de reeducação é perpassada pelo medo das feras da floresta (do Niassa) e dos que comandam aquele espaço:

No recolhimento das casas, as pessoas seguiam com a atenção de sempre os passos e rugidos dos leões vagueando pela noite. Já nos havíamos habituado ao canto de perigo e de morte que troava dos bramidos dos predadores. Era o nosso canto de cisne, a melodia mais lancinante, o chamamento que poucos atendiam. Os tremores vinham do corpo quando nos imaginávamos presas e carne cruamente mutilada por esses predadores. O imaginário tornava-se aterrador quando os rugidos dos leões se juntava ao coro mefistofélico das hienas em gargalhares ruidosos nas

alcatéias que se revezavam pelas ruas, à espera de prováveis despojos que os leões poderiam deixar das incautas presas. (KHOSA, 2013, p.56)

Retirados para um lugar preparado pelo Estado, esses cidadãos, ao terem seus direitos civis cessados passam a viver uma vida de medo, vazio e horror. Quem são essas pessoas e quais crimes cometeram para serem esvaziados de suas subjetividades e dos direitos que tinham? Condenados por crimes que não cometeram, vivem à margem de um sistema que os priva de suas vidas na perspectiva de os tornar “melhores e reeducados”.

São criaturas que silenciadas não perdem a voz apenas do ponto de vista físico, mas, tem suas vontades, histórias e memórias furtadas por um Estado castrador e autoritário. Homens e mulheres arremessados por uma força brutal de um governo que por incapacidade de lidar com as diferenças e os diversos universos que compunham aquela sociedade, violentamente os silencia e lhes rouba memórias e vidas.

Em se tratando de Silêncio:

Para o nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem que abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. Atulha o espaço de sons e cria a ideia de silêncio, ele apaga uma das mediações que lhe são básicas. (...) Quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o pensamento, a introspecção, a contemplação etc. (ORLANDI, 1997, p.3)

Os reeducando são forçados a silenciar. Quem é detido, preso e levado a um espaço de cessação de direitos civis não é uma pessoa que está em condições de ter poder de fala ou não, o que lhe restava era aceitar a situação e viver por tempo indeterminado sob a guarda do Estado. Mesmo que mantivessem a capacidade de pensar e contemplar a própria situação, essa habilidade de nada lhes valeria, pois continuavam em situação de anulação das vontades e animalizados pela natureza bruta da qual estavam

próximos e pelo Estado de exceção que os tratava como cidadãos de segunda categoria.

Armando, personagem de *Entre as memórias silenciadas*, homossexual e dissidente, impróprio para o exército da Academia Militar de Nampula. Questionado pelo o comandante, é entre os outros personagens, quem vai sofrer os abusos do chefe, o que evidencia um cotidiano de silenciamento e autoritarismo:

- Filho da puta!...Tirem-me esse gajo daqui, porra!.. Paneleiros aqui?!...

(...) Não, meu comandante. Ninguém sabe. Eu guardei esta minha doença, meu comandante. Por isso não posso ser do exército, meu comandante.

-Claro!.. Um paneleiro no exército!.. O que é que eu fiz, meus oficiais?...Ter um paneleiro na minha Academia... Porra! Tirem-me esse filho da puta... Dêem trinta chambocadas nesse cu de merda e mandem para o tipo para o Niassa. Que apodreça por lá... Um gajo que leva no cu na minha academia?!..Uma doença de brancos aqui no meu quartel?...Porra!...(KHOSA,2013, p.61-62)

Há um interrogatório no qual Armando, o homossexual, é surrado e enviado à reeducação no Niassa para que se cure e se adeque a ideia de “homem novo”. O personagem de Khosa personifica o que ocorreu na reeducação. Sendo homossexual não serviria para o exército revolucionário e era, segundo o comandante, portador de um doença de brancos para se referir ao colonialismo.

Em situação de medo, Armando, confessa a sua homossexualidade como uma “doença” para a qual não haveria “cura”. Não poderia compor e servir o exército revolucionário e causa uma reação de muita revolta no comandante:

Cuspia nas paredes, no chão, na secretária e em tudo que via quando a palavra paneleiro lhe vinha à mente. Não estava em si. Para ele era feitiço o que estava a acontecer. Que diria o comandante á na nação? Erguer um exército com maricas, paneleiros?!.. Não!.. Não houve vigilância revolucionária. Os

seus homens estão sendo comidos pelo inimigo. O imperialismo infiltrou os seus homens na Academia. Com a fúria decrescendo, ia martelando o tampo da secretária desprovido de papéis e canetas, enquanto se amaldiçoava e temia, no fundo de si, porque conhecia os seus camaradas chefes, represálias futuras pela incúria de ter tido no seu seio um paneleiro assumido, um homo quê?

— Sexual, comandante!

— Porra! E lançou um escarro à parede ao lado da que figurava o prócere da pátria. (KHOSA,2013, p.62-63)

Ungulani Ba Ka Khosa, expõe a repressão pela qual também os homossexuais passaram ao serem incluídos na lista daqueles que deveriam ir à reeducação. Era impossível aceitar um “paneleiro”, (assim eram chamados pejorativamente os que tinham uma sexualidade dissonante da heterossexualidade.) Inimigos da nação, deveriam sair da sociedade e compor junto às outras categorias também tidas como impróprias para o convívio e reconstrução do novo Moçambique.

Victor Igreja (2015, p.34-35) em “Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique”, diz:

(...) O projecto pós-colonial da Frelimo de resolver as chamadas querelas tribais consistiu na adopção pelo o partido de uma agenda modernista e de nacionalismo estatal, um nacionalismo erguido em oposição às etnicidade existentes(Cahen,2000).Além disso, as autoridades da Frelimo associaram grupos religiosos cristãos e mulçumanos, chefes indígenas (chamados régulos pelas autoridades coloniais portuguesas), curandeiros e alguns elementos da população às forças retrógradas da sociedade, e acusavam-nos de serem contra a revolução socialista. Como é sobejamente sabido, no contexto da revolução dirigida pela Frelimo, era norma fuzilar as pessoas. (Matsinhe, 2009). Muitos indivíduos acusados de serem antipatriotas foram torturados e mortos, e outros foram presos ou deportados para os chamados campos de reeducação no Centro e Norte do país. É de notar a este respeito que aquele que é considerado o primeiro líder da Renamo, André Matsangaissa, foi um dos habitantes desses chamados campos de reeducação em Sakudzo (distrito de Gorongosa). Isto mostra até que ponto os campos de reeducação também

acabavam por reeducar pessoas contra o projecto da Frelimo, (IGREJA, 2015, p.34-35)

Dutra (2009, p.81) insere a ficção de Khosa e o contexto histórico de Moçambique pós-independência:

Com efeito um dos traços principais de sua escrita é uma indisfarçada disforia que o incita a esmiuçar as lacunas do tecido da história de Moçambique, apontando para novas representações dos fatos que a constituem. Neste sentido, é indubitavelmente a atuação que teve no pós-independência, a partir de 1978, nos campos de reeducação administrados pela FRELIMO, com o intuito de forjar o “homem novo”. Vêm dessa época seus primeiros impulsos literários, quando, após presenciar uma série de arbitrariedades.

Dutra (2009) *apud* Chabal (1994) reforça que perante as situações nos campos de reeducação, Khosa sente a necessidade de escrever para que o maior número de pessoas soubessem dessa realidade ignorada, já que não sabiam. Achava que era importante que as pessoas tivessem conhecimento de que isso estava acontecendo. Khosa diz, que o contato que teve fora com presos de delitos comuns e não presos políticos:” Para mim foi uma realidade nova ver aquilo”. Presenciar uma experiência e, por outro lado, os erros que se iam cometendo nessa experiência. Assim, era difícil ver a frustração das pessoas: a experiência de que passados dois, três anos, as pessoas estivessem reeducadas, mas de fato realmente não estavam diz Khosa a Patrick Chabal.

Esquecer um acontecimento da natureza dos campos de reeducação no Moçambique pós-independência remete ao silenciamento proposital das agências do Estado, também dos medos e traumas impostos pela rotina de barbárie e autoritarismo se tornam vivificados pela ficção de Ungulani Ba Ka Khosa e permite uma revisitação ao tempo passado em um lugar criado e arquitetado pelo governo ironicamente chamado “campo de reeducação”. Não houve educação e muito menos reeducação.

À primeira vista, quando se toma conhecimento pelo relatos de populares ou do cinema e documentário de Licínio de Azevedo, os fatos, pessoas e situações de medo e torpor, elementos que pontuam esses “espaços panóticos” (FOUCAULT, 1987) não se pode perder de vista que inseridos na história, construindo-a e recriando a partir de personagens e figuras que escreveram ao seu modo como deviam se comportar uma parcela significativa de moçambicanos que não estavam alinhados ao modo de governar de Samora Machel.

Contribuições como as de Irene Cardoso (2001), fazem com que se perceba a estreita e delicada relação entre o que esquecer e o que lembrar em um evento como os campos de reeducação no Moçambique pós-independência e campos de concentração na Alemanha nazista, igualmente categorizados como traumáticos e barbárie por apresentarem uma verdade única com vertente política e de governação e pelo autoritarismo de Estado que se pauta no extermínio daqueles que, alijados socialmente, são um estorvo para essa novas sociedades que se elaboram ditas libertadoras e higienizadoras: exterminando, matando e excluindo da sociedade todos aqueles que não identificados ao projeto de governo ali proposto e imposto.

(...) o acontecimento histórico, a partir do recorte da memória, na sua relação com o esquecimento, que, ao fazer surgir constelações de sentidos que não coincidem imediatamente com nenhum fato histórico específico, pode reunir significados entrecruzados por temporalidades históricas diversas e distanciadas do ponto de vista cronológico. A memória tensionada pelo esquecimento pode se constituir num movimento que anacroniza significados de um passado ao torná-los presentes pela rememoração. (CARDOSO, 2001, p.22)

Ungulani Ba Ka Khosa, no *Entre as memórias silenciadas* (2013), narra uma história de medo e horror com apelo à urgência de não esquecer o que houve na sociedade moçambicana nos idos 1975 a 1980 pela imposição de uma política que sequestrou os direitos civis de muitos moçambicanos, enviando-os violentamente e forçadamente aos campos de reeducação.

Assim por uma nova ordem que se ocupava em limpar da sociedade moçambicana os impuros, os campos de reeducação foram implementados com uma lei à parte (uma legislação para quem estava nos campos e uma outra para os que não estavam presos neles) nesses campos as pessoas eram sumariamente mortas e riscadas da lista dos que poderiam compor a nova nação:

Isso é que me dói, Gil: o esquecimento, a impunidade que os rodeará. Somos número, carne para o abate, gente sem nome e registro. Não há história para nós. Não há memória. Estes campos irão ser comidos pela floresta. Não restará vestígio do que fomos aqui. A selva apagará a presença humana. Nunca seremos como os outros que legaram, pelo menos, em respeito à memória, dos grandes e pequenos holocaustos, os testemunhos da sua existência. Aqui não. Aqui não haverá registro, não haverá testemunhas. Este tempo será de sonho, ficção. Quem irá acreditar que um puto de vinte anos foi para a reeducação por ter inventado, em finais do século vinte, a história de ser um homossexual, ou que alguém aqui caiu por emborcar uns mililitros de uísque da garrafeira do chefe, ou de quem ousou namorar a filha do governador, do general da guerrilha, do herói da nação, ou porque se recusou a levantar o braço do viva em comícios cansativos? Não haverá memória desses tempos. E eles continuarão sendo ilustres figuras do tempo. Brilharão em fóruns de todas as latitudes com discursos descarnados e de ocasião, tornando-se títeres da história comandada por outros. (KHOSA, 2013, p.122-123)

O personagem desabafa e mostra em seu discurso, que serão esquecidos e riscados da história em meio ao medo e a barbárie a qual é submetido com seus companheiros. Armando, o homossexual em conversa com Gil, preso no campo por incitar a prostituição, são exemplos de que não estavam ali por praticarem sequestros, atentados à ordem vigente ou um crime contra a humanidade. Eram pessoas comuns, catalogados como “impuros e impróprios” pela cartilha do governo de Samora Machel. Eram os dissidentes de uma causa que nem conheciam.

Prisioneiros da República Popular de Moçambique em campos de morte e medo enlaçados por uma lei à parte, confirmando o que diz Agamben

(2004) sobre Estado de exceção. A memória sobre os fatos ocorridos nesse período é eclipsada pelos grandes feitos de um partido libertador e nacionalista que libertou o país de anos de colonização. Junto ao inimigo comum temos o herói nacional e a narrativa da qual se ocupa a comunidade. Não é a história dos reeducandos e dessa forma os que viveram esse momento vergonhoso da história de Moçambique não foram visibilizados pelo Estado moçambicano em política de reparação ou um pedido de desculpa formal e público. Até aqui não se tem notícia de que isso ocorreu, e nessa dupla violência, sofrida pelos que tiveram suas vidas interpeladas e suas cidadanias negadas pela reeducação, não foi dada a devida importância e reparação ao menos simbólica pelo crime contra essas pessoas pelos anos de 1975 a 1980, quando os campos começaram a ser desativados por questões de logística do governo de Moçambique.

CAPÍTULO 4

LITERATURA DE TESTEMUNHO, TOTALITARISMO E AS MEMÓRIAS NÃO-SILENCIADAS

O que encanta nas noites africanas são os pirilampos, animais de brilho intermitente, descontínuo, fugaz. Por entre as árvores deslustradas eles adquirem a plenitude do brilho por segundos. A luz ténue dá outra cor à savana. São momentos fascinantes nas noites, segundos que ficam nas retinas da memória. Depois, ao de súbito vem a escuridão, as trevas. Momentos de incerteza, de receio. E de repente a luz, a vida. Inconstância. O viver intermitente entre a graça e a aflição. Quantos de nós não assistimos, apavorados, ao acender e apagar de luzes das nossas independências?

(Ungulani Ba Ka Khosa (2013, p.3), In: *Entre as memórias silenciadas*. Nota do Autor).

A partir da leitura da ficção dos autores moçambicanos, rastreamos as falas e modos de dizer de um projeto que cindiu a sociedade de Moçambique e privou parcela considerável da população dos direitos civis fundamentais, detendo e tornando prisioneiros do Estado todos os que “manchariam” a experiência e o governo Socialista de orientação Marxista-leninista sob a égide de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique, um herói nacional.

Seria uma experiência no plano ficcional daquilo que se denomina “Literatura de Testemunho”. Aquele que viveu o horror da barbárie, da guerra, da perda da família e do território, e sobrevivendo a tudo isso, pode relatar a sua vivência de medo e sofrimento, funcionando como um manifesto e chamamento para que a sociedade não se cale e aprenda com suas tragédias anunciadas e arquitetadas, também a não repetir tais danos, assim como recusar qualquer tipo de agressão à vida e aos humanos.

Borges Coelho e Ba Ka Khosa, representam, com seus personagens o cotidiano de medo imposto pelos campos de reeducação em Moçambique, recriando o ambiente daqueles locais e a rotina que ali era vivida.

Ficcionalizados, os homens e mulheres que passeiam por suas obras, moçambicanos rebaixados à categoria de “improdutivos”, carecendo de “reeducação”, estão silenciados pelo poder do Estado e da sociedade que ajudaram a libertar, nas mãos dos dirigentes que pensaram como alternativa para a reconstrução da sociedade afastar e silenciar todos os que não se ombreassem aos militantes da nova ordem.

Em *É isto um homem* (1988), de Primo Levi, apresenta a ficcionalização do horror vivido pelo autor em Auschwitz em 1944. Sua ficção é um esforço para relatar a situação de medo, injustiça e terror vivido em um campo de concentração nazista para onde foi enviado e do qual sobreviveu. Sua obra funciona como ponto de partida também para a experiência e aquilo que a Crítica tem estudado como Testemunho.

O prefácio escrito pelo autor, funciona como um chamamento e voz-denúncia com representatividade sobre a experiência vivida por milhões de judeus, evidencia a necessidade de dizer de si, de falar à humanidade sobre a barbárie vivenciada nos campos de concentração nazistas:

A necessidade de contar aos outros, de tornar os outros participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, o caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto com a finalidade da liberação anterior. (PRIMO LEVI, 1988, p.8)

Tão logo nos aproximemos da ficção de Primo Levi, damo-nos conta dos abusos e sofrimentos pelos quais passaram os judeus nos fatos rememorados por quem também participou como vítima do holocausto e narra num outro patamar de linguagem, em discurso transfigurado o que eram os campos de concentração:

Justamente porque o Campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para

viver, é essencial esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma de civilização. Sim somos escravos, despojados de qualquer direito, expostos à qualquer injúria, destinados a uma morte quase certa, mais ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar para defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar o nosso consentimento. Portanto, devemos nos lavar, sim; ainda que sem sabão, com essa água suja e usando o casaco como toalha. Devemos engraxar os sapatos, não porque assim reza o regulamento, e sim por dignidade e alinhamento. Devemos marchar eretos, sem arrastar os pés, não em homenagem à disciplina prussiana, e sim para continuarmos vivos, para não começarmos a morrer. (PRIMO LEVI, 1988, p.55).

A experiência pela qual Primo Levi passou no campo de concentração é traumática e castra a experiência humana a ponto de o prisioneiro tentar nos atos mais simples do cotidiano manter-se de pé e buscar, nos limites da barbárie, uma força para manter a vida e a dignidade. Seu objetivo, nesse instante da narrativa, é “sobreviver para relatar a verdade, para dar seu depoimento e que para sobreviver é preciso salvar ao menos a estrutura de humano, forma de civilização”.

Impossível um ser humano conseguir manter a sua dignidade em um ambiente inóspito e prisional como era um campo de concentração nazista. Porém a experiência e o esforço para manter-se vivo já era uma forma de sobrevivência e ter a esperança de estar vivo para falar de si e relatar para a humanidade os fatos de terror vividos, torna a literatura de Primo Levi uma das experiências de testemunho mais elucidativas.

Situação semelhante, no terreno da memória e a imaginação do espaço que o mantém prisioneiro do Estado, provoca em J. Mungau, em *Campo de Trânsito* (2007), de Borges Coelho, a experiência similar à de Primo Levi, em *É isto um homem* (1998), ao tentar manter a cabeça e os pensamentos ordenados e não enlouquecer frente à situação de autoritarismo pela qual passou. Se em *Primo Levi* há uma tentativa vã de manter a dignidade para sobreviver e falar de si a posteriori, em *Campo de Trânsito*, J. Mungau diz que não há como sobreviver e manter-se de pé naquela situação. Imagina-se num palco e procura a plateia (a humanidade) que o veja e ateste

que ele é vítima de um equívoco e de uma injustiça e assume a enorme pena que sente de si mesmo:

Resolve alargar o espaço. Imagina a cela como um palco (o que não é difícil desde que consiga abstrair-se de uma das quatro paredes, precisamente aquela que a grade diferencia das restantes). Olha essa parede e vê, imersa na penumbra cerrada de uma plateia, centenas de pares de olhos fixos nele, interessados. Esta nova perspectiva atenua a solidão. Os gestos que faz agora são seguidos por uma multidão de expectadores silenciosos. Alguns haverá que com ele sejam solidários. Representará para eles, mostrar-lhes-á – nos gestos humildes a que se esforça para emprestar dignidade - que, mais do que um simples detido, é produto de um equívoco e de uma injustiça que devem comuns naquele comando. Por um momento, das duas sensações- a humildade e a dignidade- sente crescer a primeira, avolumar-se até tomar conta do palco inteiro. Move-se com gestos lentos e explícitos para que quem veja saiba claramente o que está ali em jogo: é ele a vítima! Quase sente os aplausos chegando, a plateia aderindo. Comungando com ele a pena que sente de si próprio. (BORGES COELHO, 2007, p.20)

O palco a que se refere J. Mungau é a “encenação” do horror e medo impostos pela FRELIMO e pelo governo que se pautava no autoritarismo, a ponto de criar um espaço para reeducar os dissidentes do regime em voga e os improdutivos para a nação moçambicana. O personagem de *Campo de Trânsito* (2013) usa a cela, instrumento de dominação e castração do direito de ir e vir, e ali propõe a sua peça teatral, que tem como base textual os atropelos de um país que torna boa parte da população refém do medo e encarcerada no próprio território. Nesse instante ocupa a categoria de destituídos da pátria e silenciados pelos comandantes que varriam o país da “sujeira étnica” e a todo custo insistiam na morte da tribo e no nascimento de uma nação unificada é representada por J. Mungau.

No texto de Ungulani Ba Ka Khosa, *Entre as memórias silenciadas* (2013), a cena do horror se impõe a cada fala dos personagens; seja por medo, insatisfação e perda dos direitos civis, os homens levados à reeducação, entre si, dialogam sob a vigilância do Estado.

Armando, o homossexual, personagem do romance de Khosa, preso no campo de reeducação, ao pressentir a mudança de campo e sua morte lhe sobrevivendo, conclama Gil, preso por incitar a prostituição, a pensar sobre o silêncio sobre os que foram presos na juventude sem tempo e nem condições de entender o que estava acontecendo no seu país e nem que espécie de revolução e independência fora essa, pois, que não se estendiam a todos, privando e categorizando alguns como improdutivos e imprestáveis à reconstrução do novo Moçambique:

(...) Vou para a minha definitiva viagem. E os mais fodidos nisto é terem me tirado a juventude para nada. Amanhã ninguém se lembrará deste macabro gesto de nos atirarem para estes ermos espaços com a finalidade de criarem um homem novo. E o mais lixado, meus amigos, é que nem personagens de um filme de terceira categoria seremos. Nem sei se haverá, nos escritores alinhados, algum com coragem para reter esse momento, esta pausa, esta vírgula na história destes jovens loucos que se tornaram deuses do saber na febre da independência. Ninguém guardará na memória estes tempos falhados. Para muitos, estes momentos, estes episódios, serão, em abstracto, uma experiência que teria valido a pena, não fosse a mão estranha e inimiga. Nunca se retractarão em público ou em privado. Com os filhos em idade de entenderem, omitirão o facto de terem cometido a pior borrada da vida em truncarem a juventude, aos adultos e aos velhos, os sonhos, a plácida reforma, e a morte sem sobressaltos, por uma ideologia que nunca entenderam e assumiram. (KHOSA,2013, p.122)

Pensando acerca do Testemunho, é importante referendar:

Testemunha não é somente aquele que viu com os próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história dos outros: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p.5)

Os casos observados na ficção de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa acerca dos campos de reeducação, insere os mesmos naquilo que denomina a crítica como Literatura de Testemunho.

Seligmann-Silva (1998, p.10) defende que não podemos pensar em *Literatura de testemunho* sem ter em mente essa concepção anti-essencialista do texto. Nesse gênero, a obra é vista tradicionalmente como a representação de uma cena, mas qual a modalidade dessa representação? Que certamente não podemos aceitar o seu modelo positivista. O testemunho escrito ou falado, sobretudo quando se trata do testemunho de uma cena violenta, acidente, guerra, nunca deve ser compreendido como uma descrição realista do ocorrido, de resto testemunha-se sempre como o diz Walter Benjamin uma cena traumática.

A representação de uma cena traumática passa pelos labirintos da memória. Daí que os entulhos revirados e modulados pela linguagem literária rastros de testemunho do que foi presenciado e vivido. Não se fazendo necessário uma cópia fiel do trauma vivido, pois, em se tratando de assuntos reprimidos, silenciados propositalmente e tidos como tabu para uma sociedade, muita coisa no sentido de imagens, representações, símbolos e falas escapam ao olho e vigilância daquele que se intitula “guardião da história” (o Estado e outras instituições normatizadoras).

Maciel (2016, p.75) reitera:

A literatura de testemunho pode ser entendida como uma forma de recriação de mundos baseados em experiências memorialísticas de sujeitos que testemunharam, de alguma forma, um evento histórico. Narrativas testemunhais são reconstruções de mundos implantados pelo autor. O testemunho é uma possibilidade de apresentar relatos com um peso traumático e inarrável, levantando questões e dando voz às narrativas de minorias, de sobreviventes de holocaustos e de outras formas de genocídio, repressão e violação dos direitos humanos.

Assim, o que ocorreu nos campos de reeducação no Moçambique pós-independência, ressurgiu na ficção via testemunho pelos personagens de *Campo de Trânsito* (2007) de João Paulo Borges Coelho e em *Entre as memórias silenciadas* (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa. É transfigurada a realidade vivida nos campos de reeducação e entra em acordo com o pensamento de Seligmann:

(...) a literatura de *testimonio* antes de qualquer coisa apresenta-se como registro da história. Na qualidade de contra-história ele deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial. Não existe aqui o topos da singularidade nem o da unicidade do evento testemunhado: pelo contrário, enfatiza-se a continuidade da opressão e a sua onipresença. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.89)

A História e a Ficção aqui entrelaçadas num jogo nada tranquilo, remove falas, insere outros discursos, contempla outras direções e se propõe uma a ouvir a outra sem perda de sentidos e local de pertença. Quem faz o exercício de historicizar a sociedade, o faz com o olhar mais próximo e comprometido com a veracidade dos fatos, embora essa veracidade tão defendida pela história não pode dar conta de tudo que ocorreu, de trazer à cena ocorrida tão exatamente como se deu. É urgente e necessário ouvir as vozes subalternizadas e postas em silêncio propositalmente por quem está no comando da sociedade em que a cena histórica se elaborou e foi contada como “verdade única”.

Não é de interesse desta discussão criticar a história e ovacionar o discurso ficcional como forma de única de investigação da verdade factual. O que se apresenta nessas considerações é a necessidade de utilizar outros símbolos e discursos que podem ser encontrados nos cidadãos que não puderam e nem podem falar sobre determinado trauma por razões diversas e legitimadas pelo poder de quem usa de todos os instrumentos de dominação para dizer a história que interessa e que o promove como senhor e herói.

O testemunho impõe antes de tudo, contato e vivência do trauma e da barbárie pelos quais passaram determinada comunidade e que deve ser lembrado para não se repetir:

O testemunho, como exercício de narrar e elaborar traumas sociais, na prática política, conforme veremos, é uma tentativa de se escovar a história a contrapelo, abrindo espaço para aquilo que normalmente permanece esquecido, recalcado e legado a um segundo (ou último) plano. (SELIGMANN-SILVA,2012, p.103)

A ficção de João Paulo Borges Coelho e a de Ungulani Ba Ka Khosa dialogam com a literatura de testemunho por tratar em seus romances, de abusos sofridos por um regime político, que por autoritarismo e pensamento único nas proposituras de governabilidade, impôs a comunidade de Moçambique entre outras práticas e abusos de poder aquilo que se denominou como campo de reeducação, para onde eram forçadamente encaminhados os que não estavam na agenda do governo como “normais e produtivos”.

4.1 LITERATURA E TOTALITARISMO: A BARBÁRIE NOS CAMPOS DE REEDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Hannah Arendt explicita o termo totalitarismo, distinguindo-o de ditaduras:

A distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras, impostas pela violência, é que o primeiro volta-se não apenas contra os seus inimigos, mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O clímax de terror é alcançado quando o Estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje. É este o momento quando o poder desaparece inteiramente. (ARENDR,1985, p.30)

Para que se cogite e explicito o termo barbárie, nos apropriamos das reflexões de Walter Benjamin sobre:

Ora os dominantes de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. Isso diz o suficiente para o materialismo histórico. Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo do triunfo que conduz os dominantes de hoje (a marcharem por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas também, à corveia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN apud LOWY, 2002:70)

Ainda que o poder instituído permita o uso da violência, perpetuando a mesma como forma de manutenção da ordem ali expressa:

A função do poder/violência, na institucionalização do direito, é dupla no sentido de que, como o seu fim, usando a violência/poder como meio; e, por outro lado, no momento da instituição do fim como um direito, não dispensa a violência/poder instituinte do direito, estabelecendo como direito não um fim livre e independente da violência(*Gewalt*),mas um fim necessário e intimamente vinculado a ela, sob o nome de poder(*Match*).A institucionalização do direito e a institucionalização do poder, e nesse sentido, um ato de manifestação imediata da violência. A justiça é princípio de toda institucionalização mítica do direito. (BENJAMIN,1986, p.172)

Com o olhar para as considerações de Walter Benjamin sobre a barbárie que se institucionaliza pelas normativas do direito, redirecionamos o olhar para o que se passou em Moçambique no pós-independência com a implementação dos campos de reeducação, como direito e violência e poder, resultando na prática cotidiana da barbárie direcionada aos civis sujeitados à vontade e a lei do Estado a viverem confinados em campos tão vergonhosos e produtores de poder e morte como o foram os campos de concentração nazistas.

O que se verifica na composição dos personagens de João Paulo Borges Coelho em *Campo de Trânsito* (2007) e em *Entre as memórias silenciadas* (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa, são pessoas que detidas são enviadas a espaços previamente pensados pelo Estado e denominados de “campos de reeducação”, para viverem à parte da sociedade e presos em um regime que deveria proteger e oferecer garantias de direitos e políticas públicas para um povo que compõe uma nação recém-liberta do regime colonial.

Arendt (1985) aponta para o conceito de domínio totalitário como aquele baseado no terror, fabricando os inimigos e desconfiando até de amigos e correligionários. Essa prática torna o poder absoluto e detentor da única cartilha que doutrinará corpos e mentes, subjugando-os e sujeitando todos à sua vontade, no intuito de se estabelecer um governo totalitário de orientação única, que foi o ocorrido em Moçambique com a libertação e imposição da FRELIMO como único partido, o que naturalmente favorecia os seus dirigentes a permanecer no poder até os dias atuais.

O totalitarismo afronta e destrói as liberdades, o rastro de sujeição, medo e destruição torna os que habitam os espaços dominados por essa convicção de poder, pessoas amedrontadas e sem perspectiva de vida, pois perdem o direito maior que torna a aventura humana possível e empreendedora; a liberdade:

O verdadeiro novo e assustador desse empreendimento não é negação da liberdade ou a afirmação que a liberdade não é boa nem necessária para o homem, e sim a concepção

segundo a qual a liberdade dos homens precisa ser sacrificada para o desenvolvimento histórico, cujo processo só pode ser impedido pelo homem quando este age e se move em liberdade. (ARENDR,1999, p.51)

Ao separar os improdutivos dos produtivos, Moçambique cinde seu território e cria na mesma sociedade os inimigos da nação, pessoas destituídas de cidadania e humanidade e as envia à reeducação em campos afastados dos centros urbanos. A liberdade que deveria se estender a todos é quebrada ao tornar prisioneiros pessoas que na maioria dos casos não sabiam qual o crime havia cometido contra o Estado.

Instaura-se então uma rotina de medo, pois a qualquer momento os caminhões e viaturas poderiam interpelar e prender um cidadão, os motivos já elencados em outro tópico deste trabalho estão entre outros: “estar nas ruas sem portar documentos, dissociar do regime em voga, ser participante da religião Testemunha de Jeová, ser homossexual, prostituta, bêbado, ou quem se indispusesse” com o governo de Samora Machel, responsável pela implementação dos campos de horror.

O cotidiano e como as refeições são servidas em *Campo de Trânsito* (2007), evidencia a coisificação do ser humano nesse sistema prisional:

De dia esforça-se por permanecer atento. Uma semana pode ser muito tempo. Mungau passa-a observando e aprendendo. Alguns dos prisioneiros têm ideia, espírito prático para resolver os problemas com que deparam. (...)Outras vezes as soluções são tão absurdas que só o inventor lhes conhece o sentido e, quando lhe aplica, fá-lo por obstinado orgulho, vergonha de se desdizer. (BORGES COELHO, 2007, p.46)

Os prisioneiros representados na ficção de Borges Coelho em *Campo de Trânsito* (2007), vivem em situação de desumanidade, desde o cotidiano que a maioria fica sem nada para fazer, outros em aulas de doutrinação socialista, perambulam pelo campo como seres sem vida e vontade.

Rebaixar um ser humano à desumanização é uma das estratégias mais frequentes seja nos campos de concentração ou nos campos de

reeducação. É uma forma de dizer ao outro que ele acabou, que está reduzido a nada. Mostra-se no gesto da alimentação a supremacia do Estado totalitário que trata os inimigos e correligionários (outrora amigos) em inimigo comum que deve ser monitorado, vigiado e coisificado uns na presença dos outros como forma de mostrar o poder e quem o comanda.

Sobreviver e morrer em um campo de reeducação, a maneira como o corpo do morto era tratado também mostra o descaso com o ser humano em seu instante derradeiro, no romance *Entre as memórias silenciadas* (2013), de Ba Ka Khosa:

Quando a morte batia em determinada casa, era de responsabilidade dos companheiros da morada fazer chegar o corpo, manhã cedo, ao alpendre do velório. Em seguida informava-se aos militares sobre a ocorrência. Estes, com simples acenos de cabeça, limitavam-se a confirmar óbito. Todos sabiam que o cadáver permaneceria, durante a manhã e à tarde, exposto no alpendre e, salvo os companheiros da casa, a mais ninguém era permitido velar até o cair do dia, altura que se regressava da mata e se passava, em fila, em redor do corpo, no adeus ao finado. Todos passavam em silêncio em volta do corpo sem féretro, pois a esteira que o cobriria até o milharal era a mesma de todos os defuntos: tal medida em envolver um cadáver numa esteira, deveu-se a um comandante que se comoveu ao ver cadáveres envoltos em mantas esburacadas ou remendadas com pedaços de cascas de árvores. A um gesto do comandante, os próximos cintavam o corpo à esteira e carregavam-no até a sepultura, onde se desembaraçavam o cadáver. (KHOSA, 2013, p.146-147)

A morte no campo de reeducação aconteceria duas vezes, a primeira quando o civil moçambicano era retirado da sociedade e preso num sistema que não o reeducava, quando morria pela segunda vez, do ponto de vista orgânico e físico, sua morte era algo que não trazia ao Estado responsabilidade alguma no que diz respeito a informar os familiares e amigos sobre o ocorrido. Assim, seguia o corpo para o cemitério improvisado devido inclusive a estrutura dos campos pensados e implementados na urgência de um regime, a morte era bem-vinda para que corpos e mentes fossem riscados da lista de viventes e da dignidade humana.

A maneira de entender e referendar a questão da morte em África é diferenciada dos rituais visto no Ocidente:

As filosofias conhecidas da África tradicional possuem em comum ser dinamistas. Representam o mundo não com uma entidade estável, fixa no ser, mas como um devir em perpétuo crescimento(...) Participando da mesma vida, todos os seres, inclusive o homem, sentem uma profunda fraternidade. Nesta perspectiva, o homem não se situa no mundo afirmando-se, como o ocidental, frente ao que não é ele mesmo nem suas obras, mas sim, sentindo-se com uma parte da natureza em continuidade com ela. (ALTUNA, 1985, p.52-53)

No romance *Entre as memórias silenciadas* (2013), os mortos são levados para um milharal e o coveiro, velho Tomás é aquele encarregado de preparar o funeral e enterrar os mortos:

O velho Tomás está ao meu lado. É o meu companheiro de destino. O cabelo e a barba tornaram-se tão brancos que todos o reconhecem à distância. É o homem mais antigo do campo. O comandante há muito tempo que o reformara das atividades obrigatórias do campo, E para ocupar seu tempo vai pintando, nas palhotas dos mortos, cruces de tamanhos e cores diferentes. A quantidade de mortos é tão elevada que as cruces se sobrepõem em configurações geométricas tão ou mais abstractas que as telas da nossa pintora Bertina Lopes. De princípio acharam-no louco, mas depressa se aperceberam que o único cemitério que tínhamos eram as casas; elas eram os nossos cenotáfios, porque os cadáveres, esses iam a enterrar no milharal. E por cada planta que despontava na infundável plantação, sabíamos que o húmus que a fazia crescer vinha dos nossos mortos. E não era raro, no decorrer das refeições, tentarmos adivinhar, num permanente jogo de incerteza e de alto exercício à memória que se definha em muitos, se o sabor do milho assado ou cozido vinha carne feita de húmus do João ou Francisco ou José. (KHOSA, 2013, p.49-50)

Esse quadro sobre o costume de tratar os mortos é mais uma desumanidade no campo de reeducação e o velho Tomás, coveiro e figura importante naquele espaço em que os costumes e tradições deveriam ser

esquecidos, procurou através da relação entre o homem e natureza, perpetuar as memórias que deveriam ser esquecidas e ao pintar cruzeiros nas palhotas unia o sagrado da tradição Católica e cristã ao gesto de enterrar os mortos no milho para que tivessem ali aqueles que sem pátria e sem chão funeral que se aproximasse da tradição africana. Ao transfigurar os corpos em natureza vegetal, o coveiro imprime a esse último instante o plantio de almas e homens, une homem e terra, homem e natureza, numa poética em que a morte não encerrará aquelas memórias, mas, transfigurar-se-á em alimento para os próprios companheiros de prisão: maneira de os manter vivos, na memória e reintegrados a vida social pelos *húmus* produzidos e que fortaleceria os alimentos ali cultivados e à terra, metáfora de uma nação indigesta.

A morte como processo natural pela velhice é assimilada pela cultura africana como ritual para o qual ao longo da vida o indivíduo se prepara:

Uma “boa morte”, ocorre na velhice, e é natural, morte morrida(...). Por oposição, a má morte tem lugar antes do tempo, em situações de calamidade, em acidentes, na juventude ou provocada, a morte matada(...). A “boa morte” é preparada com antecedência pelo próprio indivíduo que, ao chegar a uma idade relativamente avançada, começa a fazer os preparativos: escolhe a mortalha, que mantém sempre pronta a ser utilizada; vai dando indicações as pessoas de família ou amigos sobre a forma como gostaria que os rituais fúnebres decorressem, sobre o local onde gostaria de ser sepultado, etc. (FERNANDES, 2004, p.55-56)

Isso não é o que ocorre no campo de reeducação. Desde o momento da prisão levados a esse sistema punitivo, os civis com seus direitos sequestrados já são mortos e não contam mais para a sociedade. Quando morrem fisicamente não têm parentes para chorar e preparar os ritos fúnebres, restando o milho, local de plantio da cultura a ser utilizada na alimentação, é também local onde tentam encerrar as vidas dos presos. Quem imaginaria que os corpos dos reeducandos mortos fossem enterrados em um milho? Uma estratégia também do Estado totalitário que pensa nos seus atos em detalhes. O milho é o local ideal e último espaço onde se

faria uma busca pelos mortos e vestígios do que houve nesse período da história de Moçambique.

Assim, enterrar os mortos com os ritos devidos e o respeito que merecem evitaria uma desordem futura:

Os indivíduos para os quais não foram executados os ritos fúnebres, assim como as crianças não baptizadas ou que não receberam o nome, ou não foram iniciadas, são destinados a uma existência lamentável, sem poder jamais penetrar no mundo dos mortos nem se agregarem à sociedade aí constituída. São os mortos os mais perigosos, porque desejariam reagregar-se ao mundo dos vivos, mas não podendo fazê-lo conduzem-se como estrangeiros hostis. Não dispõem dos meios de subsistência que outros mortos encontram em seu mundo, e por conseguinte devem procurá-los às custas dos vivos. Além disso, estes mortos sem lar e nem lugar sentem frequentemente um desejo de vingança. Deste modo, os ritos dos funerais são ao mesmo tempo ritos utilitários de grande alcance, que ajudam a livrar os sobreviventes de inimigos eternos. (GENNEP, 1978, p.136)

Entre as memórias silenciadas (2013) ficcionaliza, entre outros aspectos, do período pós-independência de Moçambique, a morte e como agem os reeducandos em um campo de reeducação. O velho Tomás, portador de uma cultura ancestral, preocupa-se em recriar o máximo um ambiente que se aproxime daquilo que seria um funeral e um cemitério digno para os que ali se encontram. O comandante indica a plantação de milho como um local para despojar os corpos mortos como espaço não suspeito caso houvesse uma inspeção das autoridades internacionais preocupadas com a existência dos campos, seria pouco provável encontrar os corpos também “plantados” como vegetais junto ao milharal e outras culturas ali cultivadas.

Ungulani Ba Ka Khosa, conhecedor dos costumes moçambicanos referentes à morte e a outros aspectos da tradição, considerando que num país de diversas línguas e povos, a população em suas especificidades não irá se comportar da mesma maneira em relação ao cotidiano e suas

demandas, como, no caso dos rituais de funeral e morte, compreende que algo na diversidade une o povo moçambicano; o respeito a vida e a morte:

Como um cuidador dos mortos, o velho Tomás imprime, naquele ambiente hostil, um cuidado para esse momento derradeiro para aqueles que já mortos para a sociedade, saem da vida sem que os seus familiares saibam o motivo e as circunstâncias pelas quais passaram:

O nosso coveiro, o que imortaliza os mortos nos traços que deixa nas paredes, é o velho Tomás, meu companheiro de casa. Todos o respeitam, não só pela idade e pela triste história que o trouxe ao campo, mas pela dignidade que dá aos mortos, presenteando-os com traços que sempre renova quando a memória do tempo teima em apaga-los com a chuva e o vento a abaterem-se sobre as paredes. Em dias ou semanas em que a morte física não se faz ao campo, é reconfortante ver o velho com seus fios de algodão desgrenhados na cabeça e no queixo debruçado nas paredes dos defuntos, restaurando os sinais dos mortos com a sobriedade e o talento que nada deviam, em aprimoramento, aos restauradores de museus de antiguidades remotas e recentes.(...),Os comandantes do campo não enxergavam nos traços do velho Tomás outro sinal senão o da restauração do ar colonial que as casas emprestavam à imensidão do verde na época chuvosa e no castanho na época seca, cores que marcam as estações tropicais símbolos ligados à terra e à fecundidade. (KHOSA, 2013, p.50-51).

Considerado um camarada para os comandantes, as ações do coveiro não poderiam ser associadas ao gesto de perpetuar a memória dos reeducandos mortos: “Pois esperavam que os altos dignitários limpassem a sua folha de modo a gozar da liberdade que lutara. E ali, aos olhos dos homens fardados, o Tomás era o pintor das alegrias nos traços que davam outra cor à paisagem, e não o perpetuador da memória dos mortos que eram anunciados pelo silêncio que se abatia sobre o campo quando a palavra morte corria de casa em casa” ... (KHOSA, 2013, p.51-52)

No entanto, o velho Tomás se utiliza dessa função de cuidar dos mortos e da memória dos vivos, ex-colaborador e camarada, o que atesta o narrador, passa a agir dentro do sistema contra o próprio sistema. Ao pintar

as casas dos reeducandos mortos e cuidar do ritual funéreo, chama atenção da comunidade para que não seja esquecido o crime maior cometido contra esses civis presos num campo de reeducação que se pauta pelo autoritarismo e barbárie ao manter no cárcere homens livres que por apresentarem um “defeito” para a reconstrução do novo Moçambique, são banidos e silenciados da memória individual e coletiva, agindo como se fosse algo normal e justificável pela reeducação, termo que não apresenta relação com o ato de educar, pelo contrário, reeducar em um campo fechado e tornar prisioneiros homens livres é um ato de barbárie e sequestro dos direitos humanos.

O coveiro do campo de reeducação, age como Moisés na história do povo hebreu que para escaparem das dez pragas que Javé enviaria ao Egito pela desobediência do Faraó, em libertar o seu povo, os judeus sacrificaram um cordeiro e molharam com o sangue do animal o umbral de suas portas:

E eu passarei pela terra do Egito esta noite, e ferirei todo primogênito na terra do Egito, desde os homens até os animais; e em todos os deuses do Egito farei juízos. Eu sou o senhor. E aquele sangue vos será por sinal nas casas em que estiverdes; vendo eu sangue, passarei por cima de vós, e não havendo entre vós praga de mortandade, quando eu ferir a terra do Egito. E este dia vos será por memória, e celebrá-lo-eis por festa ao Senhor; nas vossas gerações o celebrareis por Estatuto perpétuo. (ÊXODO, 12:12-14)

Se a Páscoa dos Judeus era motivo de celebrar a libertação da escravidão no Egito dos Faraós, ao pintar cruces nas casas dos mortos, o velho Tomás, personagem de *Entre as memórias silenciadas* (2013) o faz para que a memória não se perca, não seja diluída e o cuidado que tem para com os mortos é gesto que sinaliza para que o que ocorreu na história dos reeducandos mortos e sobreviventes não seja eclipsado e esquecido.

4.2 A NAÇÃO FABRICANDO DESUMANIDADES: O MAL ESTAR PÓS-COLONIAL POR JOÃO PAULO BORGES COELHO E UNGULANI BA KA KHOSA

Categorizar o Pós-colonial não o fecha na simples enunciação de que seria tudo que politicamente aconteceu após a independências a queda dos impérios e das colônias. Como num riscar da mente tudo se transformou em novo e resolvido quando a questão envolve sujeito, identidades, território, nação, fronteiras e movimentos dos mais diversos os quais também “dão conta” do sujeito pós-colonial. Hall (2003, p.116) sobre o tema é esclarecedor ao dizer que o pós-colonial representa uma necessidade genuína, uma necessidade de superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade das velhas categorias de explicar o mundo, e replica: Algum crítico pós-colonial ousaria discordar desse julgamento?

A nação tem sido tema recorrente nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, seja pelo viés de sua construção, luta pela independência, guerra civil temas que ilustram a ficção moçambicana por autores como Mia Couto, Paulina Chiziane e João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa também ficcionalizam os instantes da nação em seu nascimento e construção agônica frente aos desafios enfrentados pelo governo socialista e pela Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique, que se pautou, entre outras características, pela imposição de uma vertente de pensamento ideológico único e violência aos civis que não estivessem aptos para compor o quadro dos doutrinados, camaradas fiéis e servis à elaboração do Estado moçambicano independente.

Sobre a construção do Estado-nação, Amílcar Cabral:

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimenta da realidade viva do meio e negue tanto as influências nocivas

como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras. Vemos assim que, se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um ato de cultura. (CABRAL, 1976, p.225)

A valorização da cultura nacional e a unificação do Estado moçambicano, nivelando as línguas e expressões culturais diversas para que a tribo morresse e nascesse a nação, é um dissenso com o pensamento de Amílcar Cabral que prima pela libertação nacional como um ato de cultura.

Nasce a nação e com viés ideológico Socialista Marxista-leninista e os que a compõem devem também se alinhar às novas maneiras de se portar e conduzir-se nos ditames da governação de Eduardo Mondlane e após a sua morte no comando de Samora Machel. Segundo Ngoenha (1998, p.24), a moçambicanidade, sendo uma transcendência das etnias e dos protonacionalismos, das religiões pela política, parecia ser suscetível de ultrapassar a oposição entre uma posição que fosse objetiva e outra subjetiva e de manifestar a tensão entre o projeto global da moçambicanidade e a realidade concreta das particularidades nacionais. Sendo assim, o medo de sucumbir no altar das pertenças étnicas vai levar o projeto moçambicano, a criar mecanismos de integração nacional exógenas e, conseqüentemente, a alienar a força motriz dos grupos e das instituições.

O ideal de construção da nação moçambicana pode ser explicitado justamente pelo desprezo às culturas tradicionais e os valores ancestrais tão caros em África:

Assim, o leitmotiv da Frelimo, “*Do Rovumo ao Maputo, um só povo, uma só nação*”, não foi só um apelo à unidade voluntária, ou mesmo à unicidade obrigatória: era a negação da própria existências das identidades realmente vividas no seio da população, às quais se opunha o projeto de uma identidade nova, definida geograficamente (Moçambique) e linguisticamente (o português) mas exterior ao vivido das pessoas. A Frelimo, como Portugal, teve de utilizar uma identidade exterior às identidades sociais existentes afim de legitimar a nação. Esta “cultura política” relativa ao projeto nacional é infinitamente mais importante e durável que o recurso instrumental ao marxismo, que, na realidade, nada

mais é do que o aspecto contextual deste projeto. (CAHEN, 2005, p. 59)

Com relação à novidade que seria o nascer de uma nova identidade que suplantasse as outras formas de representações que já existiam, o campo de reeducação surge como o espaço para fabricar desumanidades. Para o mesmo espaço de sujeição e dominação iriam todos os que não estivessem alinhados à perspectiva de unidade nacional e carecessem de reeducação o que, na verdade, não se consolidou como um projeto de reeducar ou treinar habilidades que tornassem os reeducandos melhores no âmbito profissional para assim servirem ao país com competências e modos melhorados, caso tivesse havido um processo de inclusão em programas educacionais.

O que há de fato com a implementação dos campos de reeducação é um processo de enquadramento do sujeito enquanto ser social que preso, passa a ser controlado numa disciplina que o torna sempre vigiado por uma instância de poder que determina a sua vida e o espaço por onde deve transitar e viver os últimos instantes dessa vida, o que pode ser verificado no que afirma Michel Foucault:

A disciplina é, antes de tudo, análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. A disciplina exerce o seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre o seu desenvolvimento. (...) A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-lo às vezes ou ver se o que fizeram conforme à regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. (FOUCAULT, 1996, p.106)

Fabricando um cotidiano de medo e repressão, os campos de reeducação em Moçambique foram e podem ser associados ao modelo de disciplina acima exposto por Michel Foucault em *Microfísica do Poder* (1996), pelo fato de quando implementados no Moçambique pós-independência, os campos que se diziam de reeducação tinham essa função de “higienizar e curar” os que trariam ao país novo uma ideia de atraso, doença e vício que

muitos ainda traziam pelos hábitos da colônia ainda impregnados em suas mentes.

A disciplina imposta nos campos estabelecia uma experiência de desumanidade, pois retirava dos cidadãos moçambicanos que eram levados à esses espaços a vida e a dignidade numa fábrica de medo, horror e sujeição ao governo de Samora Machel que seguia o plano do primeiro presidente Eduardo Mondlane. No tocante a realinhar todos ao regime que se pautava pelo Socialismo de orientação marxista-leninista e pela ação cotidiana da Frelimo que limpava a sociedade ao retirar das cidades os “vadios e improdutivos” no intuito de criar uma nova consciência forjada pelo trabalho nas machambas (lavoura), abandono e esquecimento nos campos, pois muitos que para lá iam passavam a maior parte do tempo à esmo sem uma atividade produtiva do ponto de vista intelectual e material.

É o que ocorre nos campos de reeducação, verdadeiras prisões que cindiam a população moçambicana e arquitetando um projeto de banalização da vida e fabricando desumanidades, impõe ao povo recém-liberto uma geografia que divide os espaços: os que devem permanecer livres para colaborar e ovacionar o regime vigente e os que devem ser violentamente afastados da sociedade por apresentarem marcas de atraso e perigo para a construção do homem novo.

Tudo deve estar sob o controle de quem governa e organiza o espaço e a nação em reconstrução:

Na sociedade do controle não há muros ou limites espaciais, mas sim mecanismos tentaculares, dispersos e fluidos de domínio. A tecnologia panóptica atinge novos patamares; vive-se a era da localização espacial por GPS, das imagens por satélite, da interceptação de mensagens, das escutas telefônicas. Cada indivíduo, a todo tempo, sofre algum tipo de monitoramento tecnológico, em geral aleatório, cujos dados, ao menos podem potencialmente, ser analisados podem ser analisados em concreto. (GAMA, 2010, p.65-66)

Os banidos para os campos de reeducação estavam para Moçambique pós-independência como inimigos da revolução e do país, e

desta forma não eram bem-vindos à sociedade enquanto não aprendessem os modos de homens-novos será um problema para o país que deveria entrar para o rol das nações que produziram uma política e aparato sociológico que trouxesse a ideia de progresso e modernidade, em confronto e negação da tradição e identidades que deveriam ser esquecidas para o benefício da nação.

O campo de reeducação é esse local para aniquilar e tornar desaparecidos da sociedade aqueles que não poderiam ascender à categoria de “homens-novos” e dessa forma a fabricação de desumanidades passa a ser uma prática do governo moçambicano nos primeiros anos do pós-independência, quando impõe a reeducação como processo violento e hostil aos civis não contemplados com a libertação tão sonhada por todos.

As identidades e costumes são silenciadas pela rotina do campo de reeducação. Khosa (2013, p.157) caracteriza essa sujeição nos personagens que se sentem sem pertença ao espaço que habitam e perdidos em meio a uma nação que os rejeita e os torna prisioneiros e criminosos de crime algum:

Os que prestavam a última homenagem seriam cinquenta, talvez sessenta, por excesso. Número reduzido. Muitos o fizeram por respeito ao velho Tomás. Outros pela simpatia que o finado espalhou antes da aspereza no trato, o ter afectado. Mas muitos ignoram-no. Ninguém, na verdade, excluindo os próximos, se preocupavam com os que partiam. A morte não era uma despedida. A ninguém era permitido saudá-la com as orações e os silêncios do sul, os cânticos, as bebedeiras em memória do morto, como é prática em certas zonas do norte do país, ou o sigiloso ritual fúnebre, a par do apressado adeus ao morto, em diferentes zonas do centro do país, ficamos órfãos de nossas liturgias, dos nossos ritos funerários, do nosso apego à ancestralidade, das nossas preces, dos nossos santuários, dos nossos espíritos protectores. A morte esvaziou-nos de tudo. Os próximos pautavam-se pelo silêncio; os mais distantes entregavam-se à rotina de sempre, distanciando-se da morte. Mas sabíamos que o corpo seria o húmus a fazer florescer o milharal. Quanto mais se morria, mais verde e reluzente era o milharal.

A maneira como Armando é sepultado como todos os outros no milharal do campo e transformado em húmus que “fortalecia o nascimento da nação” demonstra o nada que os homens presos na reeducação valiam para o país. A morte de um ou mais reeducandos fortalecia e legitimava o poder de quem orquestrou e financiou a fabricação de desumanidades que eram os campos de reeducação.

Não eram considerados parte da história de Moçambique e o funeral era mantido na ordem do campo e não era respeitado os costumes e a tradição que faziam aquele indivíduo privado da vida e das identidades e modos culturais que trazia em si. Se a ordem era justamente que a tribo morresse e a nação se erigisse, qualquer indício de relação com a ancestralidade e costumes era algo a ser banido e esquecido em nome da unificação da nação recém-independente.

Observa-se na narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa um enredo que incomoda e destoa daquilo que poderia se esperar da história do pós-independência de Moçambique. Essa ficção que acena para as memórias imersas em silêncios, provoca as vozes subalternizadas pela imposição de um espaço que ironicamente se pretendia como lugar de “reeducação” e torna-se um *lócus* de morte.

Inocência Mata (2005, p.17) sobre os textos que postulam acerca da memória e sobre as literaturas pós-coloniais em território africano de língua portuguesa:

As literaturas africanas, metonímias do percurso histórico dos países, parecem hoje coincidir no percurso de sua existência funcionando como *textos-memória* da História dos países. No seu período de emergência e consolidação dos sistemas literários, em que a literatura funcionou como subsidiária da afirmação nacional e identitária face à ideologia colonial, essas literaturas fizeram-se, *grosso modo*, *relatos da nação em devir*. Nesta marcha, o discurso prevalecente era aquele que buscava sintetizar as diferentes vozes (afinal, as diferentes visões sobre o processo de afirmação anticolonial), partilhar memórias históricas e forjadas e coletivizar angústias e aspirações.

Como narrativas da nação, sejam imaginárias ou ficcionalizando fatos e ocorrências da construção de um povo, o texto ficcional africano fez colidir os espaços colonial e o desejo de descolonização tão bem representados em obras de Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho, autores que servem de escopo para as análises deste trabalho.

É preciso refletir que no contexto atual, os temas da nação persistem nas literaturas africanas e um espaço e discurso diferenciados se anunciam e se impõem à medida que após a libertação e independência, muitas das aspirações em processo de devir não se concretizaram, porém, os textos ficcionais continuam explorando a temática da construção e ruínas em que se encontram os espaços ditos pós-coloniais:

Hoje, porém, em período pós-colonial, essas literaturas continuam a trilhar o caminho da nação. No entanto, ao invés de uma nação higiênica, este ainda relato da nação tem vindo a fazer-se pela encenação da fragmentária memória incômoda de diferenças, intolerâncias, conflitos, traições e oportunismos, numa enunciação narrativa predominantemente de modo evocativo, através da qual se convoca um passado bem diferente daquele antes textualizado – histórico, não já idealizado. Assim, um dos territórios da enunciação pós-colonial é o desvelamento da continuidade da lógica colonial de dominação, agora internalizada, para além dos inter-relacionamentos global/local nas relações transversais, que cruzam o interior destas sociedades. (MATA, 2005, p.17)

No pensamento pós-colonial a nação continua sendo um dos motes para a composição das literaturas africanas. O caminho, no entanto, é enredo que se tece em uma nação em crise, distópica e em ruínas pelas desigualdades e fabricação de desumanidades e implementação de espaços, que destoam dos discursos e bandeiras libertárias dantes difundidas e motivo de valorização da guerrilha e heróis nacionais, que fizeram a passagem da colonização às independências. João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa ambos representantes dessa ficção que se mostra insatisfeita com os destinos que tomou o novo Moçambique seja pela implementação dos

campos ditos de reeducação e outras formas de violação e violência pós-coloniais.

4.3 LITERATURA E NECROPOLÍTICA: QUANDO SE LEGITIMA A MORTE DO OUTRO

Pensar as sociedades pós-coloniais impele o indivíduo da contemporaneidade despir-se de muitos discursos os quais serviram de motivação e uma certa dose de otimismo no que tange à queda dos impérios. É perceptível e estarrecedor que os tempos em que vivemos elaboram outras formas de colonização que se mostram desde os Estados Unidos com suas práticas nefastas de dizimar o outro e aparecer mundialmente como a nação perfeita e democrática que a todos impõe suas vontades e políticas de segregação, exclusão e medo pelo poder militar e bélico.

Não é diferente em algumas “democracias” da América Latina e também em África, modulados por aproximações com um autoritarismo e governação de via única por assim demonstrado em Moçambique com um governo ainda mantido e exercido com o apoio do partido único a FRELIMO-Frente de Libertação de Moçambique, que historicamente libertou e fez o processo de independência do país e se mantém no poder até os dias que correm desde a libertação e descolonização.

A partir das considerações e reflexões feitas até o momento neste trabalho, é mister inserir uma discussão acerca dos encaminhamentos feitos nas nações que se erigem e se reorganizam após a “queda dos impérios” e a “descolonização dos espaços”.

Achille Mbembe (2016, p.125) ao expor e delimitar o campo da *Necropolítica*, orienta a refletir:

(...) Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de

insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e os interesses do corpo e da mente. De fato, tais como os campos de morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão verdade do sujeito, podemos olhar para as outras categorias fundadoras menos abstratas e mais táteis, tais como a vida e a morte.

Construir novas reflexões e perceber como o projeto de soberania se impõe e controla os corpos a ponto de sujeitá-los à vontade do Estado, decidir quem deve viver e quem deve morrer é base da reflexão que o camaronês Achille Mbembe discute sobre o termo “Necropoder e Necropolítica”.

Mbembe (2016, p.127-128) trata da soberania expressa como direito de matar. O autor relaciona a noção de biopoder a Michel Foucault e a dois outros conceitos: Estado de Exceção e Estado de sítio. Examina essas trajetórias pelas quais o Estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Nessas circunstâncias, o poder, e não necessariamente o poder estatal continuamente se refere e apela à exceção, emergência e inimigo ficcional e opera com base numa divisão entre vivos e mortos, tal poder tem relação a um campo biológico – do qual toma controle e no qual se inscreve. Assim, esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros, aquilo que Foucault rotula como racismo.

Quais os critérios que levavam a categorizar os civis moçambicanos para compor a reeducação? Serem improdutivos, mas o que era ser improdutivo? Qual o tipo de produção que se desejava no início da independência de Moçambique?

Improdutivos, eram os pobres, que sem trabalho nas aldeias e cidades perambulavam pelas cidades e vilas sem perspectiva de vida; eram as prostitutas que sem uma política de saúde pública e direitos humanos deveriam ser banidas da sociedade, dos velhos que representavam um atraso

para a nação “higienizada” que se erguia sob os comandos da FRELIMO e de Samora Machel; eram as Testemunhas de Jeová que não reconhecem nenhum governo na terra; eram os bêbados e vadios; os intelectuais que não rezavam pela cartilha do Marxismo-leninismo e assim, entre outras categorias, essas pessoas deveriam compor os campos de reeducação. Na verdade, campos de morte, pois, a política dissimulada da reeducação não reeducava a ninguém. Pelo contrário, excluía e matava socialmente todos os que não estivessem na mesma perspectiva que a governação que se propôs libertar o país, assim o fez e depois em campos de extermínio, mata e faz desaparecer da sociedade o que não lhes interessavam como gente e cidadão.

Em *Campo de Trânsito* (2007), Borges Coelho expõe o cotidiano de esquecimento pelo qual passam os que ali deixados já não faziam parte da massa humana de moçambicanos libertos e livres da colonização:

Estão finalmente dentro do Campo Antigo, o modesto aglomerado de casinhas de zinco como as que Mungau conhece, dispostas em duas pequenas filas, bordejando a única rua. De facto nem chega a ser rua, é apenas um caminho alisado pelos passos de ida e volta de quem não tem mais para onde ir; será também o pequeno regato que falta, quando chove me demasia. Mungau forasteiro, é olhado com curiosidade pelos prisioneiros que assomam as portas atraídos pelo cheiro da novidade. Homenzinhos franzinos, todos velhos (percebe-se porquê: pagam por crimes cometidos há muito tempo, ou não fosse este o Campo Antigo!), todos curvados e com óculos de lentes grossíssimas e uns olhinhos vivos espreitando por detrás delas. Onde terão arranjado esses óculos – nesse fim de mundo onde há sempre uma explicação política para a origem dos objetos que não provenham diretamente da natureza - é apenas um dos tantos mistérios que o campo encerra. (BORGES COELHO, 2007, p.93-94)

O que são essas pessoas para a nação moçambicana? Indivíduos que perderam o valor e direitos de estarem em seus locais de trabalho, de se relacionarem com seus familiares e de viverem os valores da tradição a que estão acostumados. João Paulo Borges Coelho ficcionaliza o campo de

reeducação e as características das casas todas iguais, os prisioneiros “homens velhos e franzinos”, denota que essa prática já tem algum tempo nessa sociedade, pois que os prisioneiros pagam por crimes cometidos há muito tempo e sugere J. Mungau que caso assim não fosse, o campo não era tão antigo assim.

O modo como os campos de reeducação são implementados retrata a autoridade exacerbada e funcional pelo comando de um governo que não está preparado para conviver e aprender formas de diálogo com o diferente, com as identidades de seu país não apenas urbano, mas, rural e perpassado por guerras colônias e civis que a independência não conseguiu resolver. Assim numa dupla violência, os campos são erigidos e para esses espaços do horror, os civis são encaminhados e mantidos como prisioneiros.

Peter Pál Pelbart (2011), em *A comunidade dos sem comunidade*, expõe que uma constatação trivial é evocada com insistência pela fala de pensadores contemporâneos, entre eles, Toni Negri, Giorgio Agamben, Paolo Virno, Jean-Luc Nancy assim como Maurice Blanchot, a saber que hoje vivemos uma crise do comum:

As formas que antes pareciam garantir aos homens um contorno comum, e asseguravam alguma consistência ao laço social, perderam sua pregnância e entraram definitivamente em colapso, desde a esfera dita pública até os modos de associação consagrados, comunitários, nacionais, ideológicos, partidários, sindicais. Perambulamos em meio a espectros do comum: a mídia, a encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas igualmente as recaídas étnicas ou religiosas, a invocação civilizatória calcada no pânico, a militarização da existência para defender a “vida” supostamente “comum”. No entanto, sabemos bem que essa “vida” ou esta “forma de vida” não é realmente “comum”, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, esses pânicos, esses circos políticos, esses modos caducos de agremiação, ou mesmo essa linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um sequestro. (PÁL PELBART, 2011, p.28)

Sem chão e perambulando em um território de medo, seguem os reeducandos num país que não os quer, que não os trata com a dignidade

que lhes é inerente à própria existência humana. São os personagens de João Paulo Borges Coelho em *Campo de Trânsito* (2007) e os civis ficcionalizados por Ungulani Ba Ka Khosa em *Entre as memórias silenciadas* (2013), herdeiros de uma injustiça e responsabilizados por crimes, os quais não cometeram.

As instituições e espaços criados e recriados para cindir, romper, escravizar e sequestrar os direitos dos cidadãos em seus próprios territórios são uma regra na atualidade quando o tema é dividir e até mesmo matar para reorganizar essa mesma sociedade de modo que determinadas categorias não atrapalhem e incomodem os que estão fartos e refestelados no “banquete pós-colonial” e numa sociedade calcada na violência e imposição de vertentes e verdades únicas.

Assim, os pobres nos campos de reeducação, de concentração e outros espaços denominados como campo de refugiados são os banidos da sociedade, que sem pátria perambulam por entre os continentes seja por terra ou por embarcações que mais parecem navios de morte atestam que a humanidade faliu em sua aventura humana e expõe cada qual a seu modo um cotidiano de morte e extinção da vida via “formas legais” como a implementação de um espaço que surge com a “nobre intenção” de reeducar uma população.

Retomamos as reflexões de Achille Mbembe, para que se perceba que os campos de reeducação são campos de extermínio de humanos:

As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potentado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo. Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos) as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora apresentada pelo massacre. (MBEMBE, 2016, p.141)

Com efeito, fica bem claro quem deve viver e quem deve morrer, para os campos de reeducação devem ir todos os que não interessam para a reconstrução da nação, mesmo que seja dito que a ida para esses espaços de morte seja para reeducar e assim retorná-los para o convívio social e habilitados para o trabalho em sociedade. Isso é o que de fato não ocorre. Nos campos a rotina de espalhamento para que não se organizem, a esmo vivem sem perspectiva de saírem algum dia e retomarem suas vidas.

A memória insiste em sobreviver no campo de reeducação, os reeducandos dialogam, o velho Tomás, Armando e Gil que fala sobre sua vida em Lourenço Marques, antes da reeducação:

Vivi por entre o labirinto das casas de caniço e de zinco, com pequena ruelas a não exigirem a disciplina do asfalto da avenida. Gostei da anarquia controlada das minhas ruas de infância, dos becos a lembrarem o labirinto do Minotauro das leituras da minha adolescência pela fascinante mitologia grega. O Teseu, o herói que mata o monstro e consegue sair do labirinto, éramos nós, quando gozávamos com a polícia montada que dizia perseguir os pretos pelo subúrbio adentro e não conseguia enfrentar o labirinto. Nós é que éramos os Teseus. O nosso fio de Ariadne, era a nossa cultura, o nosso submundo. Não havia minotauros que nos vencessem. Matávamos simbolicamente os polícias. Era a nossa lógica, o nosso pensamento estava para essas mitologias. (KHOSA, 2013, p.77)

As memórias são retomadas nas conversas dos reeducandos e o cotidiano a que estão submetidos não lhes permite mais que essas conversas a noite quando se encontram. Essas pessoas tiveram um passado e família, história e um lugar, disso se recorda como um passado distante e do qual não se tem mais ligação alguma. Nos campos de reeducação não há perspectiva ou alternativa de sair e retomar as suas existências, estão silenciados e mortos para a nação, a qual não os tem como pessoas que possam colaborar e efetivamente fazer parte dos trabalhos e das instituições como força produtiva, pois, que são categorizados como improdutivos e incapazes de

estarem no mesmo espaço social que os outros que “gozam” da liberdade e da independência de Moçambique nos primeiros anos da libertação.

O espaço denominado campo de reeducação, um eufemismo, nos convoca a pensar como as nações articulam instrumentos de dominação, poder e morte e que pode tais empresas passarem como meros acontecimentos da história e que se perderam na poeira da história e da memória pelo viés apurado do esquecimento proposital e forçado.

João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa em matéria de ficção e transfiguração da história de Moçambique pós-independência expõem pela pena da literatura uma sequência de fatos que dentro de narrativas do povo que se viu injustiçado por um governo que ao libertá-los, em seguida divide a sociedade e impõe via campos de reeducação uma rotina de medo e segregação.

Campo de Trânsito (2007) e *Entre as memórias Silenciadas* (2013) surge na crítica como retratos e relatos que não se permite falar em território moçambicano. Assunto tabu, o campo de reeducação não é tema frequente em outros autores de ficção de Moçambique, pelo menos até o momento em que corre essa pesquisa. Isso se dá pelo fato de que para Moçambique nomes como Eduardo Mondlane, Samora Machel, Armando Guebuza e outros são referências de heroicidade e compromisso com a liberdade do país, o que não está em pauta nessa pesquisa. É fato que os campos de reeducação existiram e a ficção abriu um leque de possibilidades de discussão e crítica ao transfigurar o cotidiano de horror e violação dos direitos humanos nesse momento específico da história de Moçambique.

Susan Sontag em *Diante da dor dos outros* (2003), diz:

Mostrar um inferno não significa, está claro, dizer-nos algo sobre como retirar as pessoas do inferno, como amainar as chamas do inferno. Contudo, parece constituir um bem em si mesmo reconhecer, ampliar a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros. Alguém que se sinta sempre surpreso com a experiência de fatos degradantes, alguém que continue a sentir-se decepcionado (e até incrédulo) diante de provas daquilo que os seres humanos são capazes de

infligir, em matéria de horrores e de crueldades a sangue-frio, contra outros seres humanos, ainda não alcançou em idade adulta em termos morais e psicológicos. (...) Deixemos que as imagens atrozem nos persigam. Mesmo que sejam apenas símbolos e não possam, de forma alguma, abarcar a maior parte da realidade a que se referem, elas ainda exercem uma função essencial. As imagens dizem: isto é o que os seres humanos são capazes de fazer – e ainda voluntariamente, com entusiasmo, fazendo-se passar por virtuosos. Não esqueçam. (SONTAG, 2003, p.47)

A literatura reverbera em sua linguagem figurativa os feitos e desmandos da humanidade, sejam as guerras, a fome, a barbárie, as catástrofes naturais e também as nem tão naturais assim, haja visto a intervenção do homem na vida e nos fenômenos sociais que eclodem pelos vários cantos do planeta e não escapam às lentes da fotografia, do jornalismo e da ficção como já se verifica ao longo desse trabalho.

João Alexandre Barbosa (2014) em *Literatura nunca é apenas literatura*, expõe motivos e justificativas que fazem do texto literário mais que uma representação e fruição:

É isso que tenho procurado chamar de leitura intervalar, isto é, leitura desses intervalos existentes numa obra. Uso para isso a expressão francesa *an abime* – leituras em abismo, leituras que dão arrepio – porque ela diz tudo. E nisso toco em outro ponto abordado aqui, a relação do leitor com o texto literário. Quando o texto realmente interessa, tal relação nunca é tranquila, mas sim tensa, de medo até, ou mesmo de terror- uma relação de qualquer forma, inquietante. As obras de arte – e isto vale para todas elas – que não provocarem a inquietação são obras que não tem interesse. E uma coisa bastante interessante: aquilo que chamamos obras perenes, que permanecem, muitas vezes não permanecem pelos seus significados, mas porque nós, seus pósteros, podemos descobrir nelas relações de significantes que levam a outros significados. (BARBOSA, 2014, p.4).

Os Textos ficcionais, *Campo de Trânsito* (2007), de João Paulo Borges Coelho e *Entre as memórias silenciadas* (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa com temáticas semelhantes: a transfiguração das situações

vivenciadas nos campos de reeducação no Moçambique pós-independência oferecem ao leitor o texto que contém as “tensões do pós-colonial” ao revidar e pôr em questão que o termo “pós” nem sempre oferece o mesmo significado e o fim do sofrimento da colonização e do império imposto aos povos que por esse sistema foram subalternizados. O pós-colonial e o pós-independência também ofertam à comunidade situações vexatórias e de violação dos direitos humanos como foi a implementação dos campos de reeducação, espaço que na independência impôs ao povo moçambicano uma prisão que cindiu e retirou do convívio da família e comunidade aqueles que não serviam ao ideário de nação nova e livre, inclusive dos civis que traziam desconforto, “sujeira étnica, identitária e cultural” a governação em voga na época.

4.4 MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA POR JOÃO PAULO BORGES COELHO E UNGULANI BA KA KHOSA: FIGURAÇÕES, TRÂNSITOS E CONTAMINAÇÕES

Sobre África e sua história enquanto continente temos ao longo dos anos de colonização dos seus países, narrativas de horror, violência e imposição da religião e da política dos colonizadores pelos europeus, o que custou muito aos africanos para que se libertassem das amarras do império. Mesmo após anos de libertação ainda é visível a presença da cultura do colonizador imposta pelo idioma, no caso de Moçambique a língua portuguesa, a religião cristã/católica, e no comando das instituições políticas de seus países que mesmo liberto, ainda mantém a presença do estrangeiro, ex-colonizador que se volta para o continente com outras formas de colonizar seja pelos acordos comerciais, embargos e imposição dos seus produtos, sejam eles na área do comércio e do câmbio e não escapa também a literatura e os bens culturais que são feitos e difundidos em língua portuguesa, uma das formas de colonização e dominação cultural e que se mantém até os dias atuais.

A importância e valor do continente africano é algo incontestável, a riqueza da cultura e das línguas que circulam pelos países e a literatura de

ficção tem evidenciado a qualidade na elaboração dos poemas, contos e romances com características e visão do africano sobre o próprio africano, princípio este que categoriza a literatura africana também no viés pós-colonial; por apresentar enredo, personagens, espaço e narradores que não mais seguindo o modelo da literatura da colônia, que ovacionava o império e tratava os africanos numa representação grotesca e até animalesca, a ficção pós-colonial sugere e parece dar conta dos aspectos que envolvem a feitura da obra literária e insere um discurso e vozes que dizem da África e dos seus problemas políticos e culturais assim como também e não apenas da beleza natural já tão estereotipada pelo cinema europeu e americano, mas, da lembrança, memória e recuperação de um passado glorioso, dos reinos que ali houveram antes da colonização e da reconstrução de suas democracias com os conflitos, arrumações e contaminações, o que é próprio de todos os povos que se (re) organizam após a barbárie colonial.

Temos em João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, a narração da nação em seus propósitos, empreitadas e fracassos em não conseguir estender a todos os cidadãos moçambicanos, os benefícios da República de Moçambique. A ficção de ambos recorta e redefine cartografias que expõe os civis e sociedade moçambicana divididos entre espaços urbano e rural, entre os que ficam em liberdade e os que devem seguir para a “reeducação”. Essa problemática que elabora os romances *Campo de Trânsito* (2007) e *Entre as memórias silenciadas* (2013) responde por uma ficção pós-colonial transfigurando uma sociedade fraturada no que tem de mais importante que é a salvaguarda dos direitos de seus cidadãos.

São escritas pós-coloniais, pois, reordenam os novos espaços, desmantelam antigas cartografias e geografias, dizem da insatisfação do povo no pós-independência e retoma caminhos que indicam as injustiças, pobreza e violação à vida, crimes já visto na colônia e que se transformam em outras ordens e meios de subserviência e subalternização das vontades.

Esse conceito de pós-colonial mantém aproximações com o que diz, Chambers:

Dentro desta ideia de pós-colonial de linguagem e poética, em que as raízes de qualquer um se transformam em rotas, a localização e o enquadramento global estão ligados em novos mapas de proximidades imprevistas. Os antigos lugares de cruel afastamento e irresolúvel desespero, uma vez suscitados pelo tráfico transatlântico de escravos (Lisboa-Luanda-Bahia) são hoje em dia transformados numa imediatidez de um outro sentido comunitário baseado em língua História (escravatura, colonialismo, imperialismo, nacionalismo) Esta reescrita e reformulação do passado e do presente é também uma re - escrita das geografias da modernidade e, em particular, das cartografias da cidade pós-colonial, tanto a de Lisboa como a de Luanda ou Maputo. Neste lugar as divisões binárias evidentes, invariavelmente codificadas em raça e racismo, entre o centro e o metropolitano e a periferia colonial, entre os ricos e os pobres, entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, desmoronam nos mapas ainda mais fragmentados e fluidos. (CHAMBERS, 2010, p.23-24)

A ficção pós-colonial em/com relação a obra de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, reforça a inscrição de um texto que abandona antigos padrões estéticos e informa da “contaminação” que os temas universais tais como as práticas excludentes presentes em outras democracias e outros regimes políticos dialoguem com a mesma intensidade e na frequência que faz eclodir uma escrita que alinha as demandas e desafios em África com os mesmo problemas vivenciados em outros continentes, como o caso dos campos de concentração nazistas em relação aos campos de reeducação no Moçambique pós-independência.

Matte Braun (2016, p.56) oferece o cariz da ficção de João Paulo Borges Coelho, quando diz:

A obra ficcional de João Paulo Borges Coelho constrói literariamente a nação moçambicana a partir de uma multiplicidade de pontos de vista, de vozes de personagens, de sujeitos que habitam esse território. Na ficção de Borges Coelho, essas subjetividades vão se cruzando, como se fossem linhas que, juntas, formassem o tecido social moçambicano. A ficção do autor se estrutura a partir da relação entre sujeitos, tempo e espaço. São personagens que convivem em diferentes momentos da história de Moçambique, como se nesses cortes espaços-temporais

estivessem a essência do tempo presente: capítulos de uma história ainda parcialmente contada. A literatura de Borges Coelho parece empenhada em examinar, refletir e debater a formação de Moçambique enquanto nação.

A nação moçambicana vista e transfigurada na ficção de João Paulo Borges Coelho expõe uma ferida não cicatrizada que foi a implementação dos campos de reeducação no pós-independência. *Campo de Trânsito* (2007) ficcionaliza uma situação de autoritarismo à medida que os civis moçambicanos são forçados e presos na reeducação, como medida do governo Socialista Marxista-leninista que numa espécie de socialismo africano, recria um espaço de horror do qual pouco se fala na atualidade pois sendo um dos temas da nação, envolve os heróis e salvadores do povo de Moçambique do colonialismo e acabam impondo também uma forma de governar que não difere muito daquilo que se praticava na colônia.

Em *Campo de Trânsito* (2007), J. Mungau, de prisioneiro passa a atuar como colaborador na organização e inspeção do campo velho para onde se dirige à mando do Diretor do campo em que está preso, pois para sobreviver no campo de reeducação, alia-se aos comandantes e vai fazer uma espécie de inspeção em outro campo:

(...) É isso que esperamos de si: que observe, analise e redija. Sobretudo que redija, 15.6! Claro que tudo isto faz parte de um processo, digamos, confidencial. Não queremos que se ponham por aí a comentar sobre as iniciativas e decisões directoriais. Nem tão-pouco que digam que accionamos prisioneiros para analisar as acções dos nossos colaboradores. O seu a seu dono! Mungau permanece em silêncio enquanto o Director abre uma gaveta e tira de lá um pequeno caderno e um lápis aguçado. Tome, vai precisar disto, diz, estendendo-lhe os dois objetos. Quero que entre imediatamente em funções. Amanhã viajará para a Aldeia acompanhado de dois guardas. Procure trazer-nos resultados concretos! Perfeitamente, excelência. Ah, e não se esqueça: máxima confidencialidade! (BORGES COELHO, 2007, p.84)

Para a sua sobrevivência J.Mungau se alia ao sistema que o traz como prisioneiro e colabora com o mesmo. Esse comportamento de servidão

e medo evidencia as formas de poder e cerceamento das vontades nos tempos em que as liberdades são vigiadas e contidas. Poderá ele, J. Mungau transitar pelo campo e ter alguns privilégios como usar talheres nas refeições quando os outros prisioneiros fazem as refeições de modo animalesco se utilizando de folhas de vegetais e das próprias mãos para manipularem os alimentos. J.Mungau age a partir de um conduta que o transforma também em um colaborador do próprio sistema que o oprime.

Nazir Can (2014, p.20) reconhece que sobre os períodos colonial e pós-colonial, tempos teóricos distintos:

(...) ambos o período colonial e o pós-independência, segundo o imaginário do autor, estão imbricados por uma relação dialética de violência simbólica: as relações de poder e de dominação orientaram-se, após a independência, fundamentalmente por uma vontade política de eliminação de todos os agentes que fomentavam a lógica colonial. Este facto, levado às últimas consequências, criou uma maneirista demarcação entre o “bom” e o “mau” e produziu uma espécie de esquizofrenia individual e coletiva, movendo a ideia de verdade (o que vem de trás é mau, e o que vai para frente é bom) para o centro da subjetividade do indivíduo.

João Paulo Borges Coelho, expõe em seu romance, o comportamento covarde de um dos prisioneiros do campo de reeducação, identifica e recria os espaços do pós-independência como lugares de negociação. Se como prisioneiro, J.Mungau não poderá fazer muito por si, se alia ao poder e transforma sua mentalidade passando a servir como um colaborador do sistema que reprova.

A FRELIMO e sua maneira de orquestrar os caminhos da nação solapou naquilo que ela mesma subestimou que se tratava das culturas, civis insatisfeitos com as mudanças e divide uma sociedade que não se ajustava à proposta da governação marxista-leninista, pois que muitos preceitos e formas de organizar o cotidiano e as organizações da sociedade recém-liberta não condizia com as formas e jeitos de observar e conduzir a vida dos moçambicanos tanto das aldeias como das cidades, pois, há que se considerar os espaços tanto urbano como rural e suas características que não

se encaixariam em uma cartilha de cisão, dominação e imposição de uma vertente única de “diálogo” e governação não apenas do território, mas, das vontades:

A escrita de João Paulo Borges Coelho reflete acerca desse tempo e o refrata, propondo uma discussão sobre o contexto sócio-histórico-cultural de Moçambique na pós-independência. Porém, o escritor põe de lado o preceito historicista da restituição e representação total do passado e trabalha na perspectiva da apresentação do passado pela memória. Nessa perspectiva, o passado moçambicano é reconstruído a partir do presente. Segue o autor a linha proposta por Walter Benjamin quando defende que o historiador deve visar à construção de uma montagem, vale dizer, de uma colagem de escombros e fragmentos de um passado que somente existe na sua configuração presente de destroço. E por meio da memória, (re) inscreve os traços deixados pelos tempos da pós-independência moçambicana no presente do país, enquanto propõe uma modalidade de relação com o passado que redimensiona a percepção sobre a identidade moçambicana (TABORDA MOREIRA, 2010, p.112)

Falar em identidade cultural moçambicana compromete e aliena as maneiras de enxergar Moçambique e apresenta - o apenas pelo viés da imposição de uma cultura vernacular pela língua portuguesa, na intenção de unificação da nação em um viés e padrão único de cultura e linguagem. Há que se considerar a história de Moçambique nos contextos antes, durante e após a colonização, assim como as cartografias que imprimem ao país a marca de várias culturas e línguas que ressurgem pela ficção e no tecido das memórias que embalam e advertem para um cuidado e respeito com a ancestralidade, caráter esse que está para o africano como elemento que o retrata nas diversas situações do cotidiano e vida de um modo em geral.

Os autores em estudo, João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, ofertam de maneiras diferentes e num jogo de silêncios e memórias sufocadas as vozes que dizem de um Moçambique nada democrático com os seus civis. Ao adentrar o campo da ficção e da transfiguração da história de Moçambique pós-independência, temos a presença dos que acreditam que a

pátria pode ser melhor, dos que não acreditam em mais nada e dos silêncios que representam tanto conformação e conformidade com o que se praticou nos campos de reeducação e também um silêncio por não estar a par do que ocorria no país recém-liberto e quem eram as figuras que produziram esse mal-estar em uma comunidade sedenta de liberdade e direitos humanos.

Importa acrescentar que:

A história da luta e a literatura que a alimenta, constitui assim o âmago da narrativa identitária do país. Mas também e simultaneamente do regime da FRELIMO que assume o poder na independência e se afirma como a única força capaz de liderar a missão de construir a nação rumo ao socialismo. E foi assim que, nos primeiros anos de independência, em nome da criação do homem novo, se uniformizaram diferenças entre os povos, culturas, religiões e modos de estar e se foi produzindo uma narrativa-história mais preenchidas por heróis ficcionados do que orgânicos, por acontecimentos falseados que reais, por fantasias que iam ocultando fantasmas. Os acontecimentos assim narrados e legitimados pelo poder e pelos seus protagonistas transformam-se em mito, apreendido desde a escola, e em pouco tempo esta narrativa nacional, de inimigo concretamente identificável(o colonialismo português) ganha uma feição de verdadeira mitologia nacional, em que o individual – a memória dos guerrilheiros, por exemplo, que vêm por vezes perturbar este discurso homogêneo, inquestionável e escolar-fica submerso num discurso coletivo, que começa a excluir mais do que incluir, a silenciar mais do que narrar, a ficcionalizar mais do que a historicizar. (RIBEIRO & VECCHI, 2012, p.14)

São situações que mencionadas nas ficções em análise, revolvem o passado e as memórias que devem na certa ressurgem das ruínas da nação que se ergue com um discurso dinâmico e libertador rejeitando o inimigo figurado no colonialismo português o que justifica a luta anticolonial e a liberdade de Moçambique. Porém, há espaços não narrados e historicizados. Ao criar os espaços dos quais pouco se fala e aqui retomados via ficção, os campos de reeducação não educou a ninguém, não melhorou a sociedade moçambicana, não trouxe nenhum benefício ao país que se libertava do jugo colonial.

Essas rasuras e contaminações da história de Moçambique são revisitadas à luz do ficcional e acena para essa mesma sociedade com vistas de que essas situações vexatórias e autoritárias não sejam repetidas. Na maioria dos casos de criação e recriação das identidades nacionais presume-se que um discurso de voz única seja recebido e digerido pelo povo sem contestação. Nesse caso, os campos de reeducação serviram vergonhosamente a esse propósito: retirar e silenciar os que não servissem para disseminar a ideia de nacionalismo exacerbado e criação do homem novo, lemas da FRELIMO.

Margarida Calafete Ribeiro (2012, p.14) pontua que a memória recente dos moçambicanos, e de João Paulo Borges Coelho, a que se refere como nosso escritor que na época da independência em 1975 tinha vinte anos de idade, está povoada por um cotidiano atingido pela guerra, nas suas várias e violentas vertentes e configurações e que se a isso juntarmos toda violência política, social e epistêmica do longo momento colonial e das suas heranças no Estado pós-independência, a herança dos moçambicanos é pesada, e é também por isso que para lidar com o peso da história que é simultaneamente o cotidiano das pessoas – que a narrativa da nação se liga e se legitima no momento crucial da luta de libertação que traz a independência como momento fundador da nação e de inquestionável glória.

Assim, para além de tudo aquilo que é aparentemente interno, esta é a narrativa que se opõe e se constitui como alternativa à narrativa colonial e que dessa forma e num primeiro instante, coloca sob suspeita a história única de que fala a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, na sua muito citada conferência de Oxford: *The danger of a single story*, conclui Margarida Calafete Ribeiro, referindo-se à hegemonia histórica e literária produzida a partir da Europa.

Com a ficção contemporânea de João Paulo Borges Coelho, os temas da nação são revisitados e transfigurados retomando caminhos, travessias e itinerários que não historicizados ressurgem pelas páginas de suas narrativas dizendo para Moçambique e para os leitores estrangeiros que algumas “verdades e inverdades” na história da humanidade podem e são hospedadas a contragosto pelas vias da ficção.

A caminho do campo de trânsito, J.Mungau observa a paisagem e as vilas por onde passa o transporte que traslada ele e os prisioneiros:

Passam por casas dispersas, por mulheres debruçadas sobre os seus afazeres ou indolentemente sentadas. Os camiões rasgam essa privacidade sem hesitar, assustando as aves que andam aos restos dos cereais, fazendo fugir ovelhas e crianças, despertando a curiosidade de quietos pastores que, apoiados em seus bordões, ocupam os dias seguindo perplexos tudo aquilo que se move. Deixam para trás uma espessa nuvem de poeira que desce sobre as pessoas e as coisas. Os detidos, em cima dos camiões olham curiosos para essa gente tão diferente que lhes retribui o olhar com idêntica distância. (BORGES COELHO, 2007, p.34)

O cotidiano que mostra os presos indo para a reeducação é o mesmo que mostra as pessoas indiferentes àquela situação ou que mesmo sabendo que haviam os tais campos, não compreendiam a dimensão do problema pelo qual passava a comunidade. Braun (2016, p.88) comenta que o projeto literário de João Paulo Borges Coelho biografava a sociedade moçambicana, em seu plano de realidade e em seu imaginário. Sua ficção apreende a cultura em ação e como organismo aberto em movimento. Constrói, desse modo, seu lugar de intérprete, de retratista e de alguém que dá forma a matéria, assumindo a posição semelhante à do antropólogo. Nesta posição coloca-se também como sujeito da história, conformando-se a ela. O que ele deseja são versões dessa história, um catálogo de possibilidades de existências.

Ao ficcionalizar um tema tabu em sua sociedade, João Paulo Borges Coelho inaugura e conflitua em sua ficção através de uma recriação do que foram os campos de reeducação; espaço, pessoas, política, biopoder, desterritorialização e apagamento das identidades são itens que espocam espalhando material via ficção na História, na Sociologia, Antropologia, Jornalismo, no Direito e na própria história do Moçambique contemporâneo que deve lançar um olhar para o passado recente de sua descolonização e independência na busca por uma política de retratação pública e reparação moral das vítimas da política de exclusão dos campos de reeducação

encontrando através do governo atual uma forma de discutir e admitir que houve a implementação dessa forma de controle das massas e das subjetividades e que é preciso dizer que foi um grave erro com sérias consequências para a vida dos sofreram tal cisão.

Com Ungulani Ba Ka Khosa na obra *Entre as memórias silenciadas* (2013), a representação do que fora os campos de reeducação surge revirando a história e permitindo a ficção como uma tecelã desenrolar e enrolar os fios da memória de Moçambique e acenar para aquilo que Jane Tutikian (2014, p.11) corrobora ao apontar que em se tratando do *Entre as memórias silenciadas*, o primeiro espaço da obra é o tradição personificada em uma velha centenária, o segundo espaço é o campo de reeducação, o terceiro a cidade de Maputo, o que seria uma divisão didática, pois, esses espaços se entrelaçam ou pela tradição, discussão político-ideológica, seja pelas histórias coletivas e individuais das personagens.

Ainda que:

O centro, entretanto, é justamente o campo de reeducação. Convém lembrar, aqui, que os campos correspondem à grande vergonha do pós-independência moçambicana. Entre 1974 e os anos 80, cerca de 10.000 pessoas – prostitutas, dissidentes políticos suspeitos de ligação com o poder colonial português, alcóolicos, autoridades tradicionais (como régulos e curandeiros) e Testemunhas de Jeová (que recusam o serviço militar obrigatório) - foram forçadas a ir para os campos de reeducação de onde a grande maioria não retornou. (TUTIKIAN, 2014, p.11)

A Literatura Africana de Língua Portuguesa e seus representantes contemporâneos dentre eles, João Paulo Borges Coelho com *Campo de Trânsito* (2007) e Ungulani Ba Ka Khosa e *Entre as memórias silenciadas* (2013) pontuam em suas ficções a transfiguração das situações vividas entre 1974 e 1980 período em que os campos de reeducação se mantiveram ativos a serviço do governo de Moçambique independente.

Fica uma reflexão entre tantas que fez com que se caminhasse até aqui. Os campos de reeducação no Moçambique pós-independência

existiram, foram implementados como uma medida de controle e reeducação das populações que não estavam aptas para compor o ideário da nação que se organizava sob os pilares do Socialismo Marxista-leninista, sistema que pontuou a reestruturação de Moçambique enquanto nação após a independência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos e travessias que esta tese percorreu, permitiu duvidar, dismantelar e reorganizar novas concepções acerca daquilo que a ficção moçambicana em João Paulo Borges Coelho com *Campo de Trânsito* (2007) e Ungulani Ba Ka Khosa, *Entre as memórias silenciadas* (2013) nos ofertou frente à ficcionalização da história de Moçambique entre os anos de 1974/1980 com a libertação e a implementação do governo Socialista de orientação Marxista-leninista de Samora Machel. Nesse período tem-se uma situação particular que cindiu a sociedade moçambicana caracterizada pela criação e manutenção dos temidos “campos de reeducação”, para os quais eram forçosamente encaminhadas as pessoas que não estavam “limpas e aptas” para compor o novo governo e as políticas do Moçambique pós-independência.

As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa também se caracterizam como ficção que se mantém inovadora, atual e uma espécie de lupa na qual se vê o passado colonial, no caso específico de Moçambique e a sua independência, de maneira a relatar, via ficção, os desmandos, acertos e equívocos que se fizeram presentes desde a colonização. A cisão dos direitos civis daqueles que passam a compor o quadro dos que não deviam figurar na história do Moçambique na independência e foram vítimas de autoritarismo e uma política aterradora quando impôs o toque de recolher, a abordagem cotidiana dos cidadãos que deveriam sempre à qualquer hora do dia portar seus documentos, cantar o hino do país que todos deveriam parar suas atividades para ouvirem e também entoarem civicamente o mesmo, além dos pronunciamentos do Presidente Samora Moisés Machel, feitos em rádio local os quais todos deveriam prestar atenção e a devida honra.

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), Partido que se impôs único e responsável pela libertação do país, é também quem executa as ordens de Samora Machel e impôs uma nova ordem assim como também a fabricação de um “homem novo” a partir da reeducação nos campos que mais oprimiam e traziam a população imersa em um cotidiano de medo, característica dos governos totalitários.

Investigamos a partir da ficção de João Paulo Borges Coelho com a obra *Campo de Trânsito* (2007), e Ungulani Ba Ka Khosa com *Entre as memórias silenciadas* (2013), a relação que a ficção sugere e representa fatos históricos como a retirada abrupta de uma parcela significativa de civis moçambicanos de suas atividades cotidianas em um espaço orquestrado e mantido pelo Estado na intenção de reeducar todos aqueles que deveriam abandonar os hábitos e costumes da tradição, vistos como algo negativo e remetiam ao período colonial e inserir esse cidadão em um nova consciência que era explicitada pelo ideal de homem novo, livre dos tribalismos e vícios que viessem atrasar o curso da história nova construída a partir da governação do Moçambique liberto e socialista.

Com base nos Estudos Socioculturais pela Literatura, o que nos obriga a frequentar a Teoria Pós-colonial e suas acepções em relação à África com a carga do passado colonial e o discurso (pós)colonial, que remete a uma série de ramificações, conflitos, entendimentos, desentendimentos e agenciamentos culturais. Nessa relação entre Literatura de Ficção e o Pós-colonial, somos arremessados nos recônditos e porões da história factual, forçando-nos a pensar literatura e história como discursos diferenciados porém aproximados à medida que ambas trabalham com e para além dos discursos e que essas falas carregam uma carga ideológica que não deve ser desprezada, aludindo a construção de espaços, territórios e nações que muitas vezes imbuídas dos “mais nobres propósitos”, carregam de fato a arquitetura de um mundo totalitarista e autoritário.

Ao pensar um mundo Pós-colonial, autores como Homi Bhabha (1998), Kwame Antony Appiah (199), Russel G. Hamilton (2009), Edward Said (2003), Aijaz Ahmad (2002), Alberto Memmi (2007), Ella Shohat & Robert Stam (2006), Thomas Bonnici (2000), Jean Pierre Chauvin (2015), Stuart Hall (2003), Francisco Noa (2002), Antonio Negri (2003), Aníbal Quijano (2010), Benedict Anderson (2005), levantam questionamentos e colocam outros argumentos vistos pelo imperialismo como verdades e vertentes únicas. Em linhas gerais o Pós-colonial permite uma virada teórica e epistemológica nos moldes em que se fazia crítica da cultura e da sociedade e nos conduz a acertos e revisão de ideias, permitindo que as sociedades possam ser

revisitadas e reviradas em suas construções históricas e também indicam uma reflexão que os termos pós-colonial, pós-colonialismo, neocolonialismo, de colonial, anticolonialismo são expressões flutuantes com significações e representações a sofrerem interferências e influências do local do qual se fala e dos que dizem e difundem esse discurso.

Em Quando foi o Pós-colonial, Stuart Hall, diz:

Quando foi o pós-colonial? O que deveria ser incluído e excluído dos seus limites? Onde se encontra a fronteira invisível que o separa de seus outros (o colonialismo, o neo-colonialismo, O Terceiro Mundo, o imperialismo) e em cujos limites ele se define incessantemente, sem superá-los em definitivo? (HALL, 2003, p.95)

Nessa relação com a queda dos impérios surge o pós-colonial com demarcação de um tempo histórico? Sim, porém, é mais que isso, como diz Stuart Hall (p.102), o termo pós-colonial não se prende ou se restringe a descrever uma sociedade ou época, ele relê a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e também transcultural, produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou global das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. E seu valor teórico como diz Hall, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do aqui e lá, de um então e agora, de um em casa e no estrangeiro.

Com vistas à ficção de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, foi possível ler e constatar através das representações e tipos (pessoas que comandavam e os comandados) que compuseram o Moçambique pós-independência, os abusos sofridos pelos civis que foram raptados e mantidos prisioneiros de um governo que se propusera libertador. Como corpus desse trabalho os romances *Campo de Trânsito* (2007) e *Entre as memórias silenciadas* (2013) cada qual a seu modo ficcionaliza as agonias, insatisfações e privação dos direitos fundamentais quando para campos de prisioneiros e não de reeducação foram forçados a compor essa geografia do medo, do horror e dos excluídos.

Para que percorrêssemos um caminho teórico e didático na construção da hipótese que nos moveu nesta pesquisa dois questionamentos são levantados: houveram os campos de reeducação? E como funcionavam tais espaços?

Foi necessário que fizéssemos um passeio pela história de Moçambique em seus aspectos desde a colonização e independência, confluindo nossas reflexões a entender que o colonial como medida e artefacto político dos impérios deixou resíduos na mente e nos costumes dos povos em processo de descolonização a ponto de percebermos que após a libertação se manteve uma ordem que muito se assemelhava ao que fazia o colonizador português no caso de Moçambique, local para onde se dirige os esforços dessa tese.

Na introdução da tese tivemos as intenções mapeadas e delineadas sobre aquilo que pretendíamos como investigação caracterizadas em a partir da ficção de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa nos romances *Campo de Trânsito* (2007) e *Entre as memórias silenciadas* (2013) averiguar como se deu a implementação dos campos de reeducação no Moçambique independente e como funcionavam esses espaços de poder, morte e cisão da sociedade moçambicana.

Tecendo relações entre ficção e história, prosseguimos na leitura e análises dos personagens e suas falas que ora modulavam total indiferença à situação política pela qual o país passava, no caso dos que comandavam e tinham a força da FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique como ordem única e definitiva e a voz dos excluídos, silenciados e postos à margem do país que se erguia e se reconstruía frente aos anos de ferrenha colonização, guerra civil e um modelo de governação que distante das realidades de um povo portador de uma forte cultura e costumes que naquele instante era considerado tribalismo e obscurantismo.

Nesse contexto entre 1974/1980 nos interessou a construção dos personagens de *Campo de Trânsito* (2007), de João Paulo Borges Coelho e também a maneira como Ungulani Ba Ka Khosa responde por sua ficção e construção dos seus personagens em *Entre as memórias silenciadas*

(2013). Ambos autores revivem e reconstróem via literatura de ficção o momento da guerra da libertação, independência, reconstrução da nação, imposição de políticas que cindiram a população como a construção e manutenção dos campos de reeducação como medida estatal para “reeducar e transformar as mentalidades” dos civis não adaptados ao novo governo.

As situações descritas no contexto citado já foi suficiente material para que se desse a investigação e a construção de uma estrutura textual e didática que respondesse pelo o que nos propusemos. Sendo assim, o *capítulo I se construiu a partir dos conceitos que caracterizam as Pós-colonialidades e suas representações nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Discutimos o que a teoria pós-colonial trazia de contributo para que apresentássemos uma relação com as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa em Moçambique, que responde não apenas por uma estrutura linguística que se elabora a partir da língua do colonizador, mas, por uma ficção que se constrói a partir da história de um país que se descoloniza e entra em novo sistema de governo, experimenta a libertação e muito ainda precisa para saborear a liberdade, aquilo que não chegou para todos como se previa e pregava na guerra da libertação.

Na construção do capítulo I apresentamos João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa como representantes da ficção atual de Moçambique e autores que nos ofertam o corpus da tese. Seus romances apresentam a nação por um viés que destoa do nacionalismo exacerbado e passeia sob os destroços da nação com seus fracassos o que ficcionalizam em *Campo de Trânsito* (2007) e *Entre as memórias silenciadas* (2013) ao apresentarem um outro moçambicano concordando com Braun (2016) ao trazer outras formas de narrar Moçambique e essas outras falas silenciadas. Se configura como instrumento e motivação para que se elaborasse este trabalho.

Foi também de interesse desse capítulo a colonização portuguesa como momento histórico que também é evocado na ficção dos autores em debate. Reconhecer também nos conceitos que gravitam em torno do colonialismo como: neocolonialismo, decolonial, pós-colonial, anticolonialismo, formas de reler as culturas e os modos de aprisionar as mentes em conceitos apenas ressignificados e relidos na história das nações

e em África. O capítulo I é finalizado com a literatura colonial e pós-colonial em Moçambique, suas aceções, teoria e autores que circundam os termos e o que os mesmos dizem de Moçambique e de sua mais recente literatura de ficção.

As interpretações que fazemos ao longo do capítulo II, intitulado “Campos de reeducação ou campos de prisioneiros? Os excessos de um governo independente”, se pautam pelo que seriam os campos de reeducação no Moçambique independente, demonstrando abuso de poder e autoritarismo ao excluir da sociedade uma parcela considerável da população no intuito de “reeducar” o que na verdade factual e ficcionalizada se mostrou como uma política à parte ou aquilo que Giorgio Agamben (2004), denomina como “Estado de exceção”, uma sociedade que dividida passa a compor um contingente que ocupa um espaço de poder e dominação que ironicamente foi delimitado como “campo de reeducação. Nesse momento do texto trazemos à reflexão os acontecimentos que mundialmente ficaram conhecidos como uma página de horror e barbárie que foram os campos de concentração nazistas na Alemanha da segunda guerra mundial e que fazemos um paralelo com os campos de reeducação por apresentarem a mesma arquitetura que consolidava a prática do autoritarismo, morte e apagamento de várias categorias que “afrontavam” o governo de Adolfo Hitler. O holocausto (A Shoah) como sacrifício de morte dos judeus nos campos na Alemanha não é diferente das vítimas de um governo que os retirou da sociedade e os manteve prisioneiros de crime algum até a morte de grande parte deles abandonados nos campos e sobrevivência de poucos, dos quais quase nada se fala na história contemporânea de Moçambique.

Também foi apontado como foco das análises o cotidiano dos campos de reeducação como locais de doutrinação ideológico. Os homossexuais, Testemunhas de Jeová, prostitutas, régulos, curandeiros, bêbados, professores e outras categorias estavam todos na mesma aula de ensinamento em como abandonar os velhos hábitos coloniais e adentrarem em nova concepção de homem e sociedade. Isso era feito sob pressão e prisão em um espaço que não poderia oferecer o mínimo de cidadania e muito menos educação. São pessoas, as quais Rainério Lima (2014) ao

explorar a temática da qual nos ocupamos, as categoriza como “os indesejáveis da nação”; pertencentes a um tempo a ser evitado, esquecido: o próprio campo seria devorado pela floresta e arruinado pelos bandos armados e pela guerra civil.

A partir do capítulo III os temas como: Memória, repressão e silêncios são categorias que auxiliaram nas análises feitas com base em *Campo de Trânsito* (2007) de João Paulo Borges Coelho e *Entre as memórias silenciadas* (2013), de Ungulani Ba Ka Khosa. As narrativas se entrecruzam e tratam da mesma temática seja pela prisão de J. Mungau e sua experiência no campo de trânsito ou pelos personagens a narrar o cotidiano em campos de reeducação a partir de uma orquestra que incide sobre a narrativa de *Entre as memórias silenciadas*, nos insere frente às narrativas dos romances como uma lente que situa o leitor frente ao que acontece nos campos de reeducação e no Moçambique independente.

A História e a Memória na literatura Pós-colonial, dizem desses discursos engendrados pelos que orquestram o poder e dele se valem para silenciar, reprimir, torturar e matar aqueles que possam “manchar” suas vaidades e nações erguidas na luta, na guerrilha e que passam a ignorar aqueles que os tornaram poderosos e donos do país. Tomamos para as nossas discussões nesse tópico os conceitos de Estado de Exceção nos quais dissertam Giorgio Agamben (2004), Hannah Arendt (1995) que sugerem questões sobre autoritarismos e totalitarismos para que pudéssemos refletir sobre a imposição da reeducação em Moçambique independente como uma política de Estado segregadora, configurando-se em um tratamento diferenciado aos civis moçambicanos levados à revelia aos campos de reeducação.

Para além da literatura encontramos também no cinema moçambicano de Licínio de Azevedo, as marcas do que foram os campos de reeducação para o contingente feminino, *Virgem Margarida* (2012) é parte do cinema praticado por esse brasileiro radicado em Moçambique e mostra também os silêncios e abusos sofridos por mulheres nesse período de truculência. Por este direcionamento, pensamos que a ficção de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa ao tratarem da mesma temática,

reverberam a partir dos fatos históricos ficcionalizados uma poética do medo, do silenciamento e repressão, sobre a qual toma-se conhecimento e parte daquilo que ofende qualquer cidadão que é a violação à vida.

Por fim no capítulo IV, tecemos uma reflexão acerca da *Literatura de testemunho, totalitarismo e as memórias não-silenciadas*, um título que se compromete com reflexões e tomadas de posições frente a temática que esteve presente na elaboração dessa tese. Refletir sobre a literatura como meio de trazer para o discurso figurativo os casos e eventos da sociedade, dilui o seu conteúdo pelas bordas da história e recantos dos fatos que se entrelaçam às vozes que não audíveis, reverberam pelas páginas da ficção e da arte medindo o homem e seu tempo pelo mesmo duelo em que se digladiam os que promovem o evento, os que sofrem negativamente e aqueles que de forma confortável se omitem a dizer sobre a barbárie, os crimes e horrores que se cometem em nome do Estado. Como referência da Literatura de Testemunho trazemos o texto Primo Levi com sua obra *É isto um homem?* (1998) que trata de sua prisão em Auschwitz 1944, os horrores que sofreu junto aos outros prisioneiros e a sobrevivência após o trauma do campo de concentração nazista. Para melhor clarificar essa discussão Marcio Seligmann-Silva (1998) esclarece os pontos que tratam da Literatura de Testemunho.

Com o olhar na literatura de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa retratam uma nação em ruínas e que não foi capaz de cuidar e manter todos os civis sob a salvaguarda do Estado e passa a tratar alguns muitos desses como apátridas, cria um sistema de repressão e medo para onde eram levados contra suas vontades e ainda com a justificativa de reeducá-los.

Concluimos a partir das análises que a investigação feita nesta tese com as hipóteses de via ficção, visitar e analisar as práticas de exclusão orquestradas e implementadas no Moçambique pós-independência, com a criação dos campos de reeducação feriram a cidadania dos moçambicanos, instauraram um cotidiano de horror e medo pelo autoritarismo do Governo de Samora Machel e da FRELIMO a medida que separaram os cidadãos em produtivos e improdutivos, como pessoas a serem reeducadas na cartilha do

governo que fora instituído após a independência. A política dos campos de reeducação não pode ser diferente do que se praticou na Alemanha nazista de 1942, dos campos de refugiados que se espalhou mundo afora privando os indivíduos de direitos fundamentais e impondo a fabricação de desumanidades e mortes como sugere Achille Mbembe (2016, p.125) ao trazer o termo Necropoder/Necropolítica como a fabricação da morte pelos instrumentos legais do Estado.

O caminho mais comum nos campos de reeducação era a morte dos prisioneiros. Isso é visto nas narrativas de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa. Se estavam presos pelo Estado em espaços longínquos, no Noroeste de Moçambique, na Floresta do Niassa e outros lugares ermos, caso tentassem escapar, as feras dariam sumiço aos corpos, outros morreram nos campos e os que sobreviveriam evitavam falar sobre o assunto por se tratar de uma política que foi feita e executada por figuras ilustres que lutaram pela libertação do país.

Mas ao tratar dessa temática que nos impeliu e nos trouxe até aqui, referendamos os autores em estudo, João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa pela ousadia e talento literário ao recriarem os campos de reeducação e relacioná-los ao contextos sobre o qual nos debruçamos, ou seja, de 1974/1980, período que se encerrava a luta pela libertação de Moçambique em 25 de junho de 1975, o que marcou também a implementação dos temidos campos em 1980, ano em que se desorganizaram os campos e muitos deles foram abandonados, assim como os que por lá vagavam, perdidos, sem memórias e se as tinham estavam silenciadas e borradas pelo o curso da história que nem sempre é companheira e justa com os homens.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE FICÇÃO

BORGES COELHO, João Paulo Borges. **Campo de Trânsito**. Editorial Caminho: Lisboa, 2007.

BORGES COELHO, João Paulo Borges. **Setentrião**. Editorial Caminho: Lisboa, 2005.

BORGES COELHO, João Paulo Borges. **As visitas do Dr.Valdez**. Editorial Caminho: Lisboa, 2004.

BORGES COELHO, **Crônica da Rua 513.2**. Editorial Caminho: Lisboa, 2006.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Entre as Memórias Silenciadas**. Alcance: Maputo,2013.

OBRAS DE TEORIA LITERÁRIA, CRÍTICA E ESTUDOS CULTURAIS

APPIAH, Kwame Anhony.**Na casa do meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto,1997.

AHMAD, Aijaz. Teoria **da Literatura e “Literatura do Terceiro Mundo”**: **alguns contextos**. In:Linhagens do Presente. Org. Maria Elisa Cevalco. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos.Boitempo Editorial: São Paulo,2002.

ALVES DINIZ, Francisco Rômulo, DE OLIVEIRA, Alves Almeida. **Foucault do Poder disciplinar ao Biopoder**. In: Revista Scientia, vol.2.nº 3, Nov.2013, Junho,2014.

ALTUNA, Raúl Ruiz de Asúa. **Cultura tradicional Bantu**. Luanda. Secretariado Arquidiocesano de Pastoral. Escola tipográfica das Missões.1985.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexão sobre a origem e expansão do Nacionalismo**. Lisboa: Edições 70,2005.

ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, Zahar,19996.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AMGABEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo,2ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG,2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**.6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2008.

APA, Livia. **Nação e narração: o que nos dizem os cinemas africanos?** In. Nação e narrativa Pós-colonial I: Angola e Moçambique. (org), Ana Mafalda Leite. (et e al) Edições Colibri:Lisboa,2012.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília,1985.

ARENDT, Hannah. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1999.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG,1998.

BRAUN. Ana Beatriz Matte. **O “outro” moçambicano: expressões da moçambicanidade em João Paulo Borges Coelho**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

BEZERRA, Rosilda Alves; SOUZA, Francisca Zuleide Duarte de; TEIXEIRA, João Batista. **Campos de reeducação em Moçambique: a ficcionalização da História em Campo de Trânsito**. In: Mulemba: Revista do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, vol.10, n.18, Jan/Jun,2018.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia, técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet:Brasiliense,1993.

BENJAMIN, Walter. **Crítica da violência, crítica do poder**. In: Documentos de cultura, documentos de barbárie. São Paulo: Cultrix/Edusp,1986.

BONNICI, Thomas. **O Pós-colonialismo e a Literatura**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá,2000.

BORGES COELHO, João Paulo. **Entrevista: A narração da Nação na Literatura moçambicana**. In: Nação e Narrativa Pós-colonial II – Entrevistas.Org.Ana Mafalda Leite, Sheila Khan, Jessica Falconi, Kamila Kraskowska.Lisboa; Edições Colibri,2012.

BORGES COELHO, João Paulo. **Discurso de aceitação do Prêmio Leya**. Revista Via Atlântica do Programa de Pós-Graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade de São Paulo.N.16, Dez/2009.

CAN, Nazir Ahmed. **Castelos de cartas marcadas: o discurso público da elite política nos romances de João Paulo Borges Coelho**. In: Nação e Narrativa Pós-colonial I.(Ensaio)Org. Ana M.Leite, Hilary Owen, Rita Chaves, Livia Apa. Lisboa: Edições Colibri,2012.

CAN, Nazir Ahmed. **História e Ficção na obra de João Paulo Borges Coelho: discursos, corpos e espaços**. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona.2011.

CAN, Nazir Ahmed. **Para além da história: Campo de Trânsito, de João Paulo Borges Coelho**. In: Revista Via Atlântica.n.16, Dez/2009.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese de Doutorado. Programa de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CHAVES, Rita. **Entrevista com João Paulo Borges Coelho**. Revista Via Atlântica. Universidade de São Paulo. Nº 16/ Dez/2009.

CHARTIER, Roger. **Literatura e História (Debate)** In: Topoi - Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.n.1, Jan/Dez, 2000.

COIMBRA NARCIZO, Makchwell. **A negação da Shoah na História: uma análise dos trabalhos “negacionistas” enquanto história e o problema da administração da memória**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

CORDEIRO, Ana Dias. **O inimigo de dentro da revolução**. In:

<https://www.publico.pt/2013/11/22/jornal/o-inimigo-de-dentro-da-revolucao-27421613>

CARDOSO, Irene. **História, Memória e Crítica do Presente**. In: Para uma crítica do presente. São Paulo: Editora 34, 2001.

CHAUVIN, Jean Pierre. **Anticolonialismo**. In: Revista de Estudos de Cultura. Nº 3, set/dez 2015. <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/download/4773/3993>

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade**, Lisboa-Vegas, 1994.

CHAVES, Andréia Bittencourt; FRAZÃO, Paulo Sérgio Pamplona. **O cinema e a manipulação das massas**. In: Revista Espaço Acadêmico.n.163.Ano XIV, ISSN-1519-6186.

CAHEN, Michel. **Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional?** Processo histórico e discurso ideológico – o caso das

colônias portuguesas e de Moçambique, em particular. Africa Studia, Porto, n.III,2005.

CHAMBERS, Iain.**Poder, Língua e a Poética do Pós-colonialismo.**In Via Atlântica-Revista do Programa de Pós-Graduação de Estudos comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo-USP.n.17, São Paulo.2010, p.19-28.

DO NASCIMENTO, Lucy Miranda. **La Escritura O La Vida: as cicatrizes indeléveis dos campos de concentração.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT.2011.

D.W.ÁFRICA/MADE FOR MINDS/Agência de notícias internacionais: as feridas abertas pelo processo de reeducação em Moçambique. (31/O8/2013)<http://www.dw.com/pt-002/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique/a-16948901>

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências dos séculos XII ao XX.** Companhia das Letras. São Paulo,1996.

FERNANDES, Margarida. **Hora di Bai: Os cabo-verdianos e a morte- uma passagem antropológica através da literatura de ficção.** Lisboa/Vega,2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.**Org e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal,1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes,1987.

FANON, FRANTZ. **Os condenados da terra.** Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF,2005.

FORNOS, José Luís. **Pós-colonialismo e literatura: notas sobre a identidade na narrativa de Luís Cardoso.** In: Revista Antares: Letras e Humanidades.vol.5, n.10, Julh/Dez 2013.

FOSTER, Ricardo. **El exílio de la palabra. En torno a la judío.** Buenos Aires: Editorial Universidade de Buenos Aires,1999.

FRITZEN, Marlova Terezinha. **Forçados e Migrantes, a transição das relações de trabalho em Moçambique e na África do Sul e suas imbricações.** Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em História, Memória e Imagem/Setor Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.Curitiba,2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34,2006.

GONÇALVES, Perpétua. **Dados para a História da Língua Portuguesa.** Maputo: Janeiro, 2000.

GREGÓRIO DIOGO, Rosália Estelita. **Ungulani Ba Ka Khosa: a literatura tem que transportar os valores locais da cultura e da língua.** Entrevista com Ungulani Ba Ka Khosa à Revista Scripta, Belo Horizonte, v.14, n.27, p.187-193:2010.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem.** Petrópolis: Vozes,1978.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos Impérios:1815 – 1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,2014.

HAMILTON, Hussel G. **A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial.** Texto apresentado na sessão de abertura do IV Encontro de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa em agosto de 2009.Área de Pós-Graduação e Centro de Estudos Portugueses da USP.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** (org.) Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Rezende. Belo Horizonte: Editora da UFMG,2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Thomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

IGREJA, Victor. **Os recursos da violência e as lutas pelo poder em Moçambique**. In: IESE- Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. In: Desafios para Moçambique. (org) Luís de Brito; Carlos Nuno Castel-Branco; Sérgio Chichava e António Francisco. Marimbiq-Conteúdos e Publicações – LDA. Moçambique-Maputo, 2015. ISBN:978-989-8464-27-9.

KHAN, Sheila. **Moçambique 41 anos depois: Crônica de uma imaturidade política**. In: Revista dos Estudos Iberoamericanos do Programa de Pós-Graduação em História-Escola de Humanidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.v.42, n.3.2016.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Memórias perdidas, identidades sem cidadania**. In: Revista de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. ISSN:2182-435. Colégio São Jerônimo. Largo D. Dinis. Apartado 3087. Coimbra-Portugal, 2015.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais**. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

LANÇA, Marta. **Reeducação de mulheres: Entrevista com Licínio de Azevedo sobre o Filme Virgem Margarida**. Revista Buala. 13 de Setembro de 2012.

LAQUEUR, Walter. **The Holocaust Encyclopedia**. New Haven/Londres. Yale University, 2001.

LÄMMERT, Ebehard. **História é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance**. In: História e Literatura. Revista

de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Avançados da USP- Universidade de São Paulo, v.9, n.23.ISSN:1806-95/92, Jan/Apr,1995.

LIMA, Rainério dos Santos. **Memórias indesejadas: os campos de reeducação na ficção de Ungulani Ba Ka Khosa.** In: Revista eletrônica Literatura e Autoritarismos: Dossiê, n.18 – ISSN 1679 – 849X.

LÖWY, Michael. (2002). **A filosofia da história de Walter Benjamin.** Estudos Avançados.USP.Universidade de São Paulo, 2002.In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200013&lng=pt&tlng=pt

MATA, Inocência. **A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?** In: O Marrare Revista de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro, ano 7, n.8,2007.

MACIEL, Carolina Pina Rodrigues. **Literatura de Testemunho: leituras comparadas de Primo Levi, Anne Frank, Immaculée Ilibagize e Michel Laub.** In: Opiniões. Revista dos Alunos de Literatura Brasileira, do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP- Dossiê Literatura e cidade.n.9,2016.

MENEZES, Maria Paula. **Nação e Narrativas Pós-coloniais: interrogações em torno dos processos identitários em Moçambique.** In: Nação e Narrativa Pós-colonial. Ensaios. Org. Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves, Livia Apa. Lisboa: Edições Colibri,2012.

MANJATE, Tereza. **Virgem Margarida e a Última prostituta: a morte das fronteiras entre o documentário e a ficção?** In: Mulemba-Revista do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro.v.9, n.17, Jul/Dez,2007.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador.** Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** In: Arte & Ensaios. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais-EBA-Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.n.32,2016.

NASCIMENTO, Lyslei. **Memória e Testemunhos: a Shoah e o Dever da memória.** In: IPOTESI Revista de Estudos Literários. Universidade Federal de Juiz de Fora.Vol.11, n.2, Ano 2007.

NASCIMENTO, Lucy Miranda do. **La escritura o La vida: as cicatrizes indelévels dos campos de concentração.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Mato Grosso,2011.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império.** Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NGOENHA, Severino Elias. **Identidade Moçambicana: já e ainda não.** In: SERRA, Carlos. (org.). Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização. Maputo: Livraria Universitária.UEM,1998.

NOA, Francisco. **Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária.** Col. Estudos Africanos. Editorial Caminho: Lisboa,2002.

ORLANDI, Eni Puccineli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp,1997.

OWEN, Hilary. **O jardim de tantos homens: a mulher nova e a nova libertação em Virgem Margarida e o Jardim de outro homem.** In: Cerrados. Dossiê Áfricas em Movimento: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília.n.41.ISSN:1982-9701.

PALONNE, Simone. Entrevista Omar Ribeiro Thomaz. Revista **Eletrônica de Jornalismo Científico Comciência**.10 de Abril de 2008 www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=34...entrevista...

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura.** In: História da Educação: Pelotas.2013.

PAREDES, Marçal de Menezes. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa.** In: Revista Anos 90, Porto Alegre, v.21, nº40, p.131-161,2014.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Trad. Dora R. Flaksman. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v.2, n.3, 1989, p.3-5.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (orgs) Epistemologias **do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

RICOUER, Paul. **A memória, A história e o Esquecimento.** Tradução Alain François (et, al) - Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Calafate Margarida. **O literário é político. A leitura em voo rasante de alguns tópicos da obra de João Paulo Borges Coelho.** In: Quderni di letterature iberich e iberoamericane, 2. (2012). P.13-18. ISSN:2240-5437.

RIBEIRO, Calafate Margarida; VECCHI, Roberto. **Versos e gritos: memória poética da guerra colonial.** In: Abril. Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF-Rio de Janeiro. v.5, n.9. Novembro, 2012.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo. O “Oriente como invenção do Ocidente”.** Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. **O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em *As duas sombras do rio*, de João Paulo Borges Coelho.** In: Revista Via Atlântica. n.16, Dez/2009.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. **Cenografias e cinegrafias do olhar e da memória.** In: Mulemba: Revista do Setor de Literaturas Africanas de

Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, vol.10, n.18, Jan/Jun,2018.

SPIVAK, Chakravorty, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad.de Sandra Goulart (et al) Belo Horizonte: Editora UFMG,2010.

SHOHAT, Ella, STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify,2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução.** São Paulo: Editora 34,2005.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. **Literatura de Testemunho: os limites entre a construção e a ficção.** In: Letras-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria-RS. Dossiê: Literatura, Violência e Direitos Humanos.n.16. Jan/Jul, 1998.ISSN:2176-1485.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração de traumas sociais.** In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (orgs). **Violência na História, Memória, Trauma e Reparação.** Rio de Janeiro: Ponteio,2012.

SORANZ, Gustavo. **O Instituto Nacional de Cinema e outras experiências audiovisuais em Moçambique no seu período pós-colonial.** In: Contemporânea. Revista de Comunicação e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. v. 12, n.1, Jan/Abr. 2014, p.147-164, ISSN:18-09936.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista.** In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP,2008, v.51, n.1.

TUTIKIAN, Jane. **Ungulani Ba Ka Khosa: o romancistas das memórias silenciadas.**In:Mulemba.Revista do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro.v.1, n.11.p.60-76, Julh/Dez.2014.